



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 110

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 11 de maio de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Paulo Gomes e Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de congratulação pelo 1.º Congresso de Jornalistas dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de congratulação às escolas profissionais dos Açores pela conquista de 16 medalhas no 45.º Campeonato Nacional das Profissões**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Guilhermina Silva (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Vílson Gomes (*PS*), o referido voto foi aprovado por

unanimidade.

– **Voto de congratulação pelos 75 anos da EB1/JI Irmãos Goulart (Fontinhas) - EBI Praia da Vitória**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*) e usado da palavra os Srs. Deputados Rodolfo Franca (*PS*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de congratulação a Mafalda Oliveira Silva pela conquista do título de Campeã Nacional de Juniores (sub-21) na Modalidade Judo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Vitória Pereira (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de congratulação pelos 25 anos da Ordem dos Enfermeiros**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de congratulação pela conquista da Medalha de Ouro para o queijo “Ilha Azul” e Medalha de prata aos queijos “Moledo” e “Capelinhos” no 13.º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de congratulação pela distinção Fotógrafo Europeu 2023 a Luís Godinho**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Guilhermina Silva (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*) e o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo de Santa Bárbara**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*) e o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– [Voto de congratulação pela realização do I Congresso dos Jornalistas dos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e usado da palavra a Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– [Voto de congratulação aos bombeiros açorianos presentes no Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Marco Costa (*PSD*), Carlos Furtado (*Independente*), a Sra. Deputada Joana Pombo (*PS*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

A **declaração política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Posteriormente, deu-se continuidade ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII – “Define as regras de contagem do tempo de serviço dos trabalhadores das carreiras de enfermagem, para efeitos de progressão na respetiva carreira e de transição para a categoria de enfermeiro especialista”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Tiago Lopes (*PS*), Ana Quental (*PSD*), Vera Pires (*BE*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*) e José Contente (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*).

No decurso do debate, o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*) e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) usaram da palavra para defesa da honra, tendo o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), conseqüentemente, em ambos os casos, proferido explicações.

Submetida à votação, em votação final global, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Vera Pires (*BE*) e Ana Quental (*PSD*).

Seguiu-se o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que Estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores \(SIADAPRA\)”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Feita a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Sabrina Furtado (*PSD*), Vera Pires (*BE*), Francisco Coelho (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Independente*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Pacheco (*CH*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Submetido à votação, em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, passou-se ao debate e votação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos,](#)

integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”, apresentado pela Representação Parlamentar do IL.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*), Pedro Neves (*PAN*) e a Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de votos os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Carlos Furtado (*Independente*), assim como a Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins Cardoso da **Costa**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana **Pombo** Sousa Tavares

João **Vasco** Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Mário José Dinis **Tomé**

Marta **Ávila** **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte** **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Vera Lúcia Pinheiro **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

A nossa manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**.

Vamos iniciar pelos votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto apresentado pelo PSD é um voto de congratulação pelo 1.º Congresso de Jornalistas dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para a sua apresentação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sras. Membros do Governo Regional:

Voto de Congratulação pelo 1.º Congresso dos Jornalistas dos Açores

Um dos pilares fundamentais da democracia é a liberdade de imprensa, a qual garante o exercício da atividade jornalística de modo independente e imparcial, sem restrições ou pressões de terceiros, sejam estes poderes institucionais, grupos de interesse económico e social ou toda a natureza de movimentos ideológicos. É a liberdade de imprensa que também concretiza o direito dos cidadãos à informação precisa e confiável sobre os assuntos de interesse público, como é próprio num Estado de direito.

No caso dos Açores, acresce o contributo determinante da comunicação social para a consolidação da nossa identidade regional, que alicerçada numa matriz cultural própria, dá depois forma à Autonomia – a solução democrática, atlântica e portuguesa de autogoverno.

É na convergência destes desígnios e responsabilidades que emerge a função jornalística; profissão de rigor, da imparcialidade e da objetividade.

Hoje, na multiplicidade dos canais de comunicação, na infinitude da origem da informação, na concorrência desregrada e desregulada das redes ditas sociais, o jornalista é permanentemente desafiado a exercer com rigor e objetividade o seu múnus, numa relação de forças desigual. E ao domínio ético juntam-se as ameaças e interferências da tecnologia, com repercussões imprevisíveis, incluindo no plano da empregabilidade.

Refletir em conjunto estas problemáticas, o futuro da profissão, a necessária reinvenção do serviço público de comunicação, os constrangimentos e vantagens do jornalismo no espaço insular e descontinuado como é o dos Açores, foram, por isso, objetivos oportunos e incontornáveis do 1.º Congresso de Jornalistas dos Açores, realizado no fim do mês passado, em Ponta Delgada, volvidos

sensivelmente 40 anos sobre o primeiro encontro de jornalistas dos Açores, Madeira, continente e Canárias, que decorreu em dezembro de 1983, em Ponta Delgada, seguindo-se as Jornadas de Comunicação Social dos Açores de 1990, 1992 e 1994, todas estas com a participação de trabalhadores das diversas áreas da comunicação social, incluindo representantes da nossa Diáspora.

De realçar no 1.º Congresso de Jornalistas dos Açores a excelência dos oradores, entre os quais o luso-descendente, com origens em Água Retorta, Michael Rezendes, distinguido com o Prémio Pulitzer de Serviço Público, em 2003, assim como a aprovação de seis moções e ainda a homenagem póstuma, muito justa, a Mário Mesquita, jornalista micaelense e docente universitário que foi de referência no jornalismo de Portugal.

Assim, felicitando de uma forma especial todos quantos contribuíram para a organização, promoção e realização do 1.º Congresso de Jornalistas dos Açores, e de todo o trabalho desenvolvido para fortalecer e unir esta classe profissional, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove de um voto de congratulação pela realização do 1.º Congresso de Jornalistas dos Açores, do qual deve ser dado conhecimento formal ao Presidente da Comissão Organizadora, Osvaldo Cabral, à Comissão Executiva, presidida por Rui Paiva, e à Direção Regional do Sindicato dos Jornalistas, liderado por Marta Silva.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de maio de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão...

(Pausa)

Bem, vamos votar o voto de congratulação agora apresentado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação também, apresentado pelo CDS-PP, pela realização do 1.º Congresso de Jornalistas dos Açores. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Portanto, não está, vamos avançando e depois regressamos então...

O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD, às escolas profissionais dos Açores.

É apresentado pela Sra. Deputada Guilhermina Silva. Faça favor, tem a palavra.

Deputada Guilhermina Silva (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação às escolas profissionais dos Açores pela conquista de 16 medalhas no 45.º Campeonato Nacional das Profissões

Os 26 jovens açorianos que representaram seis escolas profissionais da Região no 45.º Campeonato Nacional das Profissões, em Portimão, conquistaram 16 medalhas, oito de ouro, uma de prata, uma de bronze, cinco de excelência e uma de melhor concorrente por Região.

O maior evento nacional de formação e educação do País, promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, teve mais de 360 concorrentes de sete regiões de Portugal, competindo em 54 profissões de seis grandes áreas profissionais.

Os formandos açorianos presentes estudam na Escola Profissional da Praia da

Vitória, Escola Profissional de Nordeste, Escola Profissional da Povoação, Centro de Qualificação dos Açores, EPROSEC e ENTA. A comitiva incluiu ainda um team leader e 16 jurados açorianos, em várias profissões e áreas profissionais.

A competição, dirigida a jovens entre os 17 e os 25 anos de idade, testou e distinguiu o nível individual de competências, rigor e domínio de técnicas e ferramentas para o exercício de cada profissão a concurso.

Os açorianos que foram campeões nacionais conseguiram resultados que valorizam o Ensino Profissional nos Açores e são um motivo de orgulho e motivação acrescida para todos os estudantes, formadores e dirigentes das nossas escolas profissionais.

A conquista de 16 medalhas numa competição nacional é prova da qualidade do ensino profissional açoriano, que deve ser reconhecida publicamente.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe a aprovação de um Voto de Congratulação aos 26 jovens açorianos, que representaram seis escolas profissionais da Região no 45.º Campeonato Nacional das Profissões, pelos bons resultados obtidos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, às seis escolas profissionais representadas, à Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, à Associação de Escolas Profissionais dos Açores e à Associação Nacional de Escolas Profissionais.

Horta, Sala das Sessões, 11 de maio de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Caro Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, Sr. Presidente, para saudar todos os que fazem parte deste voto de

congratulação apresentado pela bancada do Partido Social Democrata, as escolas profissionais, os alunos, todos aqueles que ao longo desses anos nos habituaram, através daquela tribuna, a falar e a felicitar sobre o seu trabalho, sobre a conquista de várias medalhas ao longo dos anos, que é bem sinónimo daquilo que é o ensino profissional na Região, que deve muito também àquilo que ao longo dos anos nos habituaram, com excelentes resultados, com excelentes conquistas e também com resultados de excelência que foram obtidos ao longo de vários anos.

E, portanto, o Partido Socialista, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação, saudando, uma vez mais, todos aqueles que ao longo de todos os anos têm dado um excelente contributo para que as escolas profissionais e para que o ensino na Região seja um ensino de excelência ao longo de todo o tempo. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pelos 75 anos da EB1/JI Irmãos Goulart.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio para a sua apresentação.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelos 75 anos da EB1/JI Irmãos Goulart (Fontinhas) – EBI Praia da Vitória

A 17 de outubro de 1947, a Escola Irmãos Goulart, na freguesia das Fontinhas,

iniciava a sua atividade vocacionada para crianças do sexo feminino do então denominado Ensino Primário, obedecendo à segregação de género protagonizado pelas políticas educativas da altura.

Dessa forma, as crianças da localidade puderam instruir-se num edifício construído de raiz, deixando de o fazer em instalações precárias e inadaptadas, como até então.

Tal resultou de um gesto de benemerência protagonizado por Francisco Vieira Goulart e pelo seu irmão José Vieira Goulart, nascidos na freguesia e emigrados para o Brasil no último quartel do século XIX.

A 6 de maio de 1935, reuniram-se na casa de veraneio de Francisco Vieira Goulart, nas Fontinhas, António Machado Nunes, o seu procurador, e diversas individualidades praienses e da própria freguesia das Fontinhas. Para a referida reunião, o procurador de Francisco Vieira Goulart comunicou o comprometimento dos irmãos na construção de uma escola destinada a acolher as meninas no seu processo instrutivo.

Escolhido o terreno, ficou assente a pertinência do futuro edifício escolar vir a chamar-se de Escola Irmãos Goulart, perpetuando assim o ato preconizado por tão ilustres filhos daquela freguesia.

Inicialmente, o projeto era para ser financiado em cinquenta por cento pelos referidos irmãos emigrados no Brasil e o remanescente pelo Estado. Mas acabaram por ser os beneméritos a assumir a despesa total.

O edifício escolar só viria a ser uma realidade a partir de 1947. Por essa altura, a freguesia das Fontinhas já dispunha, desde 1930, de um edifício construído de raiz para os indivíduos do sexo masculino.

Foi uma congregação de vontades, traduzida num importante ato de benemerência daqueles cidadãos que, do outro lado do Atlântico, não esqueceram as necessidades por que passava a sua ilha de origem.

A imprensa da época relata, de forma bastante efusiva, o clima festivo que rodeava

a chegada de Francisco Vieira Goulart e de José Vieira Goulart à ilha Terceira e à sua freguesia natal. E destaca os respetivos contributos pecuniários para com as diversas instituições de caridade um pouco por toda a ilha Terceira, bem como as melhorias em infraestruturas da freguesia das Fontinhas, como a Igreja Paroquial, ou mesmo com equipamentos, como a subsidiação do primeiro equipamento de Raio X, instalado no antigo Hospital da Misericórdia da Praia da Vitória.

Ao longo destes 75 anos de existência, passaram pela escola Irmãos Goulart várias gerações que, a par da instrução, desenvolveram e promoveram a dinamização cultural da freguesia, através da realização de espetáculos teatrais e musicais.

Em 2019, o seu corpo docente da escola EB1/JI Irmãos Goulart instituiu o dia 6 de maio como o dia daquela escola, na alusão à reunião realizada em 1935.

Em 2023, a comemoração da data teve um enlevo especial, numa escola já com outras condições e ampliada na sua capacidade de albergar a comunidade escolar de toda a freguesia, fruto da fusão com outros dois estabelecimentos de ensino da localidade.

Mas a traça da parte primitiva daquele estabelecimento de ensino não deixa de ser singular e curiosa, no contexto das construções escolares da primeira metade do século XX.

Foram 75 anos a cumprir a nobre missão no domínio da educação pública, com a preocupação de fixar nas gerações, que por ali vão passando, um legado de memória que cumpra o desiderato de se assumir como um dos pontos nevrálgicos da memória institucional e coletiva da freguesia das Fontinhas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de maio de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 75 anos da Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância Irmãos Goulart – Fontinhas.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à EB1/JI Irmãos Goulart, à Junta

de Freguesia das Fontinhas, à EBI da Praia da Vitória e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de maio de 2023

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com enorme orgulho, especial orgulho diria eu, que sou o porta-voz deste Grupo Parlamentar, congratulando a EB1/JI Irmãos Goulart pelos seus 75 anos.

Esta, como outras escolas EB1/JI, ou seja, do 1.º ciclo e pré-escolar, assume há 75 anos o especial papel da educação pública, o especial e difícil papel de educar as nossas crianças da mais tenra idade. E, para além disto, assume ainda um papel muito especial na sua freguesia, dando-lhe a vida que todas as freguesias da nossa Região tanto precisam. É uma missão difícil, mas uma missão muito honrosa para quem lá trabalha.

E é neste aspeto que, tendo uma especial ligação a esta escola, dou, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um forte e especial abraço por todo o seu trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação pelos

75 anos da Escola EB1/JI Irmãos Goulart, na freguesia das Fontinhas, na Praia da Vitória.

É uma congratulação, uma memória do mecenato, do mecenato de finais do século XIX, princípios do século XX. Merece ser destacada.

Sra. Deputada, muitos parabéns por nos trazer este voto, porque lembra-nos que muito do que temos nesta Região, no passado, foi feito à custa exatamente deste espírito do mecenato. E isto merece ser perpetuado. Este espírito merece ser louvado.

E, portanto, associamo-nos a esta evocação da memória dos irmãos Francisco Vieira Goulart e José Vieira Goulart.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é a Mafalda Oliveira Silva pela conquista do título de campeão nacional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira para a sua apresentação.

Deputada Vitória Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação a Mafalda Oliveira Silva pela conquista do título de Campeã Nacional de Juniores (sub-21) na Modalidade de Judo

No passado dia 11 de março, decorreu em Coimbra o Campeonato de Apuramento à Seleção Nacional de Juniores (sub-21).

Na competição, a atleta Mafalda Oliveira Silva, do Clube de Judo da Ribeira Grande, conquistou o título de campeã nacional na categoria de menos 63kg.

Esta conquista, é fruto de muito trabalho, dedicação, esforço e disciplina que num sentido mais vasto comprova o espírito de resiliência de todos os nossos atletas que competem pelo êxito e pelo sucesso.

Natural do Concelho da Ribeira Grande, onde nasceu a 23 de janeiro do ano de 2004, a atleta tem vindo a trilhar um percurso de excelência, acumulando títulos internacionais, nacionais e regionais, que hoje a tornam numa referência do judo na Ilha de São Miguel e na Região Autónoma dos Açores.

No ano de 2022, a atleta alcançou o Bronze na prova da Federação Internacional de Judo no Júnior Pan-Americano Cup que decorreu em Santo Domingo, na República Dominicana.

Atualmente, a atleta tenta o apuramento para a participação no Campeonato do Mundo do seu escalão.

Assim, uma vez mais se prova a qualidade e a fibra de que são feitas as atletas e os atletas Açorianos, não deixando para terceiros a sua ambição, a sua competência e a sua qualidade.

Mafalda Oliveira Silva participou numa competição de alto nível de exigência, onde estiveram presentes cerca de 400 atletas, em representação de 21 países.

Este foi um passo importante na carreira desportiva da atleta, a que não é indiferente o trabalho e o profissionalismo que o seu treinador, Rui Teixeira, tem demonstrado.

Oriunda do Clube de Judo da Ribeira Grande, constituído em 27 de agosto 1996, e que dedica a sua atividade ao ensino e prática do judo, quer em escalões de formação, quer em escalões de competição e manutenção, colaborando com muitas escolas do concelho localizadas nas freguesias da Ribeirinha, Matriz, Maia e Conceição, contando atualmente com 180 atletas.

Do seu historial, sobretudo nos últimos anos, consta um palmarés de muito ouro

e glória.

Felicitando a atleta Mafalda Oliveira Silva e o trabalho de excelência do Clube de Judo da Ribeira Grande, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação à atleta pelo título de Campeã Nacional de Júniores (sub-21), do qual deve ser dado formal conhecimento à sua família, aos órgãos sociais do Clube de Judo da Ribeira Grande e à Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões, 11 de maio de 2023

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pelos 25 anos da Ordem dos Enfermeiros. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelos 25 anos da Ordem dos Enfermeiros

A Ordem dos Enfermeiros está de parabéns!

São 25 anos ao serviço da enfermagem.

São 25 anos na defesa e dignidade da enfermagem, mas também da população.

Foi com a publicação do Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril, que nasceu a Ordem dos Enfermeiros.

Embora o exercício da profissão de enfermagem remonte aos finais do século XIX, foi a partir de meados do século XX que as competências exigidas aos enfermeiros incitaram ao desenvolvimento de uma prática profissional mais complexa, diferenciada e exigente.

Em 1998, a integração no Sistema Nacional Educativo a nível do ensino superior “permitiu o acesso a diferentes graus académicos e a assunção das mais elevadas responsabilidades nas áreas da conceção, organização e prestação de cuidados de saúde proporcionados à população”.

O acesso à investigação permitiu a “delimitação de um corpo específico de conhecimentos e a afirmação da individualização e autonomia da enfermagem na prestação de cuidados de saúde”.

A somar a estas transformações na enfermagem, a própria evolução da sociedade exigia padrões de cuidados de enfermagem mais elevados, com qualidade técnica, científica e ética, para de satisfazer níveis de saúde cada vez mais exigentes.

Assim, fruto da exigência da sociedade, mas principalmente da vontade e ambição de muitas figuras reconhecidas dentro da classe, nasce a Ordem dos Enfermeiros: uma associação pública representativa dos profissionais de enfermagem que, em conformidade com os preceitos dos estatutos e com as disposições legais aplicáveis, exercem a profissão de enfermeiro. Somos 75000 a nível nacional. Nos Açores, somos 2400.

A ordem goza de personalidade jurídica própria e independente dos órgãos do Estado, sendo assim livre e autónoma no âmbito das suas atribuições.

Tem como desígnio fundamental promover a defesa da qualidade dos cuidados de enfermagem prestados à população, bem como o desenvolvimento, a regulamentação e o controlo do exercício da profissão, assegurando a observância das regras da ética e código deontológico profissional.

Em 1996, com a publicação da regulamentação do exercício profissional de enfermagem, já se previa a criação de uma associação profissional de enfermeiros.

Este documento viria a definir alguns conceitos basilares para a profissão, nomeadamente o conceito de enfermagem, cuidados de saúde, enfermeiro e enfermeiro especialista.

Nomeada a comissão instaladora em 1998, inicia-se todo um processo burocrático necessário, nomeadamente a criação dos estatutos, as inscrições dos enfermeiros, bem como a preparação das eleições que se viriam a realizar em abril de 1999.

É, então, eleita a primeira Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, a Senhora Enfermeira Mariana Diniz de Sousa.

Nos Açores, é eleita a Senhora Enfermeira Graça Silva Machado, como Presidente da Secção Regional.

As Secções Regionais compõem-se por cinco órgãos: a Mesa da Assembleia Regional, o Conselho Diretivo, o Conselho Jurisdicional, o Conselho Fiscal e o Conselho de Enfermagem.

Para além da óbvia e natural necessidade de descentralização administrativa, as secções regionais são estruturas de proximidade da Ordem e têm por função intervir – no plano regional e atendendo às necessidades e idiossincrasias locais – na salvaguarda daquele que é o desígnio fundamental da Ordem dos Enfermeiros e no seu limite de atribuições.

Ao longo destes 25 anos, a Ordem nos Açores tem proporcionado aos seus enfermeiros apoio, orientação e formação nas diferentes áreas do cuidar e do saber, através de encontros regionais, fóruns, conferências, ciclos de debate, congressos, *workshops*, entre tantos outros, a fim de se manterem atualizados, numa área em constante evolução como é saúde. Nunca esquecendo que os saberes mobilizados pelos enfermeiros envolvem o saber científico, o saber ético, o saber ser, o saber estar, o saber fazer, colocados sempre ao serviço da população. A Enfermagem Açoriana tem tido um papel relevante no sistema regional de saúde, não só em momentos de crise, como catástrofes, epidemias, pandemias, mas principalmente na prestação de cuidados ao longo do ciclo vital, na educação

para a saúde e na promoção de estilos de vida saudáveis.

Num arquipélago disperso como o nosso, em que muitos enfermeiros sentem fortemente o isolamento, quando o sentido de responsabilidade os obriga a tomar decisões que, noutras circunstâncias, seriam apoiados por uma equipa, a Ordem assume um papel agregador, contribuindo para que ninguém se sinta só. Porque juntos, o caminho fica mais fácil.

A Ordem somos todos nós, assim queiramos trabalhar todos em uníssono.

A todos os que foram responsáveis pela criação da Ordem, bem como aqueles que lhes deram e dão continuidade, o nosso mais que natural e sentido agradecimento. Que continue a evoluir em prol das melhores condições de trabalho para os seus profissionais e, conseqüentemente, melhores cuidados de saúde à população.

Assim, ao abrigo das disposições legais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de maio, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário da Ordem dos Enfermeiros.

Do presente voto seja dado conhecimento à Ordem dos Enfermeiros e à Secção Regional dos Açores, bem como à Secretaria Regional de Saúde e Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de maio de 2023

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, na véspera de se assinalar o Dia Internacional do Enfermeiro, a bancada parlamentar do PSD traz-nos aqui este voto de congratulação pelos 25

anos da Ordem dos Enfermeiros.

Passaram cerca de 160 anos após todos nós conhecermos a enfermagem moderna, através de Florence Nightingale.

E os 25 anos da Ordem dos Enfermeiros celebram-se após o 1.º Congresso Nacional de Enfermeiros, que foi realizado em 1973, e que foi o primeiro momento em que, publicamente e abertamente, se falou sobre a possibilidade de criação de uma ordem.

Há 25 anos atrás, o Estado Português depositou um voto de confiança nos enfermeiros, dando-lhes a possibilidade de criar uma ordem profissional e delegando nessa ordem profissional os poderes regulatórios da profissão.

Eu, pessoalmente, que, lá está, tenho que falar também nome pessoal e regozijar-me por este aniversário, pelo facto também de ter tido a oportunidade e a honra de, durante quatro anos, presidir ao Conselho Diretivo da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, entre 2012 e 2015, período no qual tivemos a oportunidade, efetivamente, de prestar um serviço e um trabalho aos enfermeiros da Região, e não só, pelo facto de a Secção Regional da Região Autónoma dos Açores também integrar o Conselho Diretivo da Ordem dos Enfermeiros a nível nacional, de fazemos um trabalho assinalável em diversas áreas do exercício profissional, quer na elaboração de padrões de qualidade, quer na definição de competências dos enfermeiros especialistas, do enfermeiro gestor, quer na elaboração de uma norma, que persiste até aos dias de hoje, para o cálculo das estações seguras dos cuidados de enfermagem, bem como também a reativação de uma proximidade que até então estava de certa forma mais distanciada, que era com a Secção Regional da Região Autónoma da Madeira, com a reativação do Congresso Insular Açores/Madeira, também, que se realizou em 2013, e, sobretudo, pelo percurso ético-deontológico que se fez durante as últimas décadas, muitas das vezes difícil de inculcar nos profissionais de enfermagem, mas que foi assinalável ao longo dos últimos anos, por oposição

muitas das vezes a uma certa tendência para a judicialização do sistema e à qual nós sempre nos opusemos.

E, portanto, da parte do Grupo Parlamentar do PS, claro que nos associamos a este voto de congratulação pelos 25 anos da Ordem dos Enfermeiros. Congratulamos pelo seu aniversário e fazemos votos para que honrem todo o percurso da Ordem dos Enfermeiros ao longo dos 25 anos e, sobretudo, honrem também todo o percurso, todo o trabalho e o combate que muitas vezes também se fez a nível político, de outros que, ao longo das décadas, tiveram esse desejo de constituir esta entidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito crítico na altura!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor, às vezes, não percebe o momento, mas é um direito seu!

O Orador: Lamento, efetivamente, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que nem nestes momentos...

Permitam-me só, como eu estava a dizer, antes de terminar, que manifeste o meu entendimento e penso que o entendimento também da bancada do Partido Socialista, de que as homenagens se fazem em vida e não após a sua finitude.

E permitir a sugestão de que este voto de congratulação pudesse ser dirigido também a duas pessoas que estão ainda entre nós e que eu penso que fazem toda a diferença ainda, para além de já o terem feito naquilo que diz respeito ao exercício profissional dos enfermeiros e aos enfermeiros: à Sra. Enfermeira Maria Augusta Sousa e à Sra. Enfermeira Graça Silva Machado. Tive oportunidade de trabalhar com as duas. Tive a oportunidade, na altura, quando tomei posse enquanto Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, de suceder às mesmas. E estando elas em vida e por todo o percurso que as mesmas proporcionaram à Ordem dos Enfermeiros e à classe dos enfermeiros, eu penso que este voto deveria ser dirigido também às mesmas.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD, por vários prémios conseguidos pelo queijo “Ilha Azul” e pelos “Moledo” e “Capelinhos”.

É apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação pela conquista da Medalha de Ouro para o queijo
“Ilha Azul” e Medalha de Prata aos queijos “Moledo” e “Capelinhos” no
13.º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de
Cura Prolongada**

Decorreu no passado mês de março, em Santarém, o 13.º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada, organizado pelo Centro Nacional de Exposição e Mercados Agrícolas e pela Qualifica.

O concurso de Queijos de Portugal nasceu, em 2009, para potenciar e dinamizar toda a indústria de queijo, que através desta competição pretende promover uma concorrência dinâmica, e estimular os produtores a inovar produzindo queijos mais saborosos e mais bem trabalhados e principalmente despertar a atenção dos consumidores.

Os produtores de leite dos Açores são responsáveis por mais de 30% da produção nacional de leite, sendo que a produção de leite de vaca na ilha do Faial tem vindo a aumentar, resultado de um trabalho agregador por parte de vários intervenientes e que visou robustecer o setor agrícola e alavancar a produção local.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Pelo segundo ano consecutivo, o Queijo de Vaca Curado Ilha Azul conquistou a medalha de ouro no concurso em questão. Foram também atribuídas duas medalhas de prata aos queijos de vaca curados “Moledo” e “Capelinhos”.

Estes queijos são avaliados com provas cegas de diversas amostras, com representação de várias regiões de Portugal.

A Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial tem como principal atividade a produção de queijo e de manteiga, criados com a melhor matéria-prima que a natureza da ilha tem para oferecer, reconhecidos pela qualidade ímpar dos seus produtos, resultado do forte investimento ao nível da valorização dos queijos na ilha do Faial.

Os produtos produzidos pela Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial são distribuídos pela LactAçores, empresa criada em 2004 unindo três cooperativas açorianas, a Unileite, a Uniqueijo e a CALF, que trabalham em conjunto para destacar a origem dos Açores com matéria-prima fantástica e que nos fazem ter produtos de qualidade inigualável.

As conquistas destas medalhas consolidam a reputação dos produtos açorianos no mercado nacional dando provas de que a aposta deve estar focada na qualidade e na valorização dos nossos produtos.

Este voto de congratulação constitui um reconhecimento a todos os agricultores, dirigentes e associados da CALF, que são intervenientes essenciais, pela qualidade dos queijos apresentados e que receberam estas distinções em que os reconhece como uns dos melhores queijos produzidos em Portugal.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar

do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pela conquista da Medalha de Ouro para o queijo “Ilha Azul” e da Medalha de Prata aos queijos “Moledo” e “Capelinhos” no 13.º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada. Do presente voto deve ser dado conhecimento formal à LactAçores, à Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, à Associação de Agricultores da Ilha do Faial, à Associação de Jovens Agricultores da Ilha do Faial e à Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Horta, sala das sessões, 11 de maio de 2023

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os Srs. Deputados do Faial não falam?

Presidente: Vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD, pela distinção de Fotógrafo Europeu a Luís Godinho.

Tem a palavra a Sra. Deputada Guilhermina Silva para a sua apresentação.

Deputada Guilhermina Silva (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pela distinção de Fotógrafo Europeu 2023 a

Luís Godinho

Luís Godinho nasceu em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, em 1983.

É licenciado em Engenharia e Gestão Ambiental pela Universidade dos Açores, e

tem um vasto currículo como fotógrafo, com destaque para o Fotojornalismo e a Fotografia Documental.

Em 2023, o terceirense voltou a ser distinguido pela Federação de Fotógrafos Profissionais Europeus, mas desta vez vencendo a Câmara de Ouro no Concurso de Fotógrafo Europeu do Ano, concretamente na categoria “Reportagem/Fotojornalismo”.

Foi a quinta vez que Luís Godinho subiu ao pódio daquela categoria, mas a primeira em que venceu a Câmara de Ouro, num prémio que revela bem a entrega e a persistência de um artista de motivações e crenças.

Luís Godinho tornou-se fotógrafo profissional em 2017, tendo o seu trabalho sido reconhecido internacionalmente pelos editores dos principais sites e revistas da especialidade.

Vencedor e finalista de vários concursos internacionais, tem também fotografias publicadas em vários livros internacionais de fotografia.

É já extensa a lista de distinções internacionais que conseguiu, destacando-se a sua presença na Seleção Nacional de Portugal no Campeonato do Mundo de Fotografia, categoria de Fotojornalismo.

Vive atualmente na sua Terceira, mas trabalha como fotógrafo freelance em todo o Mundo.

Assim, ao abrigo as disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe a aprovação de um Voto de Congratulação ao fotógrafo terceirense Luís Godinho, pelo Prémio “Câmara de Ouro”, no Concurso de Fotógrafo Europeu do Ano 2023, Categoria “Reportagem/Fotojornalismo”.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio e à Federação de Fotógrafos Profissionais Europeus.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação apresentado pela Sra. Deputada Guilhermina Silva, pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Luís Godinho é um jovem de Angra do Heroísmo, angrense, que desde muito cedo manifestou sobre diversas formas o dinamismo que está associado agora à sua mais recente profissão, sendo que sempre foi conhecido dos angrenses como um jovem dinâmico e empreendedor, desde cedo, aliás, quando foi presidente da Associação de Estudantes ou da Associação Académica do Pólo da Universidade dos Açores e mesmo pelas suas participações na tuna académica.

Apesar de licenciado em engenharia pela Universidade dos Açores, a verdade é que, mais recentemente, enveredou pela carreira de fotojornalista e tem demonstrado a sua arte e habilidade nesta matéria, sendo, como foi aqui dito e muito bem, galardoado aos mais diversos níveis.

É preciso também nunca esquecer que ele tem manifestado nas suas opções também um carácter humanitário, quer nas viagens que faz, quer no tipo de fotografia que realiza. E tem apresentado sempre esta característica, que é também reveladora daquilo que é o seu espírito e daquilo que são as suas preferências e preocupações. E tem colocado, aliás, pelas suas viagens em Africa, essencialmente, um carácter humanitário revelador da sua personalidade.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos votar este voto...

Sr. Deputado Pedro Pinto, peço desculpa, faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto e endereça as suas felicitações ao fotógrafo Luís Godinho pelo seu percurso na fotografia e no fotojornalismo.

E temos aqui um exemplo de que ser ilhéu não impede alguém de poder ter reconhecimento internacional na sua arte. Portanto, está de parabéns o fotógrafo Luís Godinho.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado .

Pergunto se há mais inscrições, creio não haver. Vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD, pelo 50.º aniversário da Casa do Povo de Santa Bárbara.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio para a sua apresentação.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo de Santa Bárbara

A Casa do Povo de Santa Bárbara da Ilha Terceira está a comemorar os 50 anos. É uma IPSS, cuja missão visa salvaguardar a integridade dos cidadãos, educar para a cidadania, para a democracia e projetar o desenvolvimento no território.

Na década de 80 do século passado, a Casa do Povo de Santa Bárbara inaugurou o seu Edifício Polivalente, onde passaram a funcionar os serviços de Segurança

Social, Materno-Infantil, serviço de Bar e Salão para festas. Dez anos depois surgiu o Centro de Convívio de Idosos, com atividade semanal.

Em 1992, é fundado, pelo então presidente João Floriberto Pires, o seu Grupo de Violas, cujo longo historial inclui a edição de dois trabalhos discográficos, tendo conquistado o 1.º prémio no Concurso de Música das Casas do Povo dos Açores. Dando primazia à viola da terra de 15 cordas, o grupo já representou a Região em vários pontos do mundo.

Foram então surgindo as primeiras semanas culturais e do culto ao Divino Espírito Santo, assim como a prática desportiva não federada de Futebol e Voleibol, ultrapassando-se a centena de atletas, que mantinham atividade no ringue desportivo da instituição.

Em 2005 iniciou-se um conjunto de atividades para jovens, com temáticas ligadas à promoção de estilos de vida saudável, abrindo-se, pela mão do ainda presidente Durval Santos, um novo capítulo na abordagem da Casa do Povo.

Atentos às questões de risco do público jovem, surgiu o Programa de Informação de Apoio à Prevenção Primária, com o apoio da Direção Regional da Juventude, o primeiro projeto de prevenção, àquele nível, estruturado nos Açores.

A maior diversidade de prestação de serviços para as populações passou a incluir um equipamento ATM, único à época em toda a zona Oeste da Terceira. Assim aconteceu também com a posterior abertura de um Posto da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão.

Foi criada a Valência de ATL, com crianças entre os 6 e os 12 anos. E, ao nível dos idosos, iniciou-se o trabalho de um Centro de Dia com capacidade para 15 pessoas. Em 2012 foi inaugurado o Centro Intergeracional.

Um novo edifício passou a albergar as várias valências sociais da instituição, que prosseguiu na inovação e, com financiamento através do prémio BPI-Seniores, criou a Academia Oeste - Encontro Gerações, uma referência nacional e que integra a RUTIS (Associação Rede de Universidades da Terceira Idade).

Em parceria com o Movimento Ibérico Americano #STOPIDADISMO, e no âmbito do Dia Mundial da Consciencialização da Violência Contra a Pessoa Idosa, foi posto em marcha, em 2021, o Plano de Ação Comunitária Liber(idade), nos pressupostos do combate ao Idadismo, que decorreu em toda a Ilha Terceira. Tendo por base essa experiência, projeta-se agora um Plano de Ação Comunitário, subordinado ao tema Envelhe(SER) 100 Preconceito, para 2023 e 2024.

Hoje encontra-se em fase uma obra de ampliação da Casa do Povo, para receber um conjunto de serviços de Saúde, a RIAC, um Posto de Farmácia, e Gabinetes de Fisioterapia e Estomatologia.

Paralelamente, a Casa do Povo tem o seu Plano de Atividades, designado este ano por “50 anos de Humanismo”, face à passagem daquela comemoração da sua fundação.

Foi ainda criado o Programa Oeste + (Programa Operacional de Economia Social e Territorial), com uma plataforma de informação, formação e serviços nas mais diversas áreas, potencializando a economia solidária.

A Casa do Povo de Santa Bárbara da Ilha Terceira tem sido uma Instituição geradora de dinâmicas integradas e sustentadas de desenvolvimento local, com atividades que promovem a integração e a participação sociais, propondo e celebrando protocolos com os seus parceiros sociais, universidades e serviços públicos.

Assim acontece com o Ministério da Justiça, com a Autoridade Regional de Saúde do Alentejo, com o Comando Regional da Polícia de Segurança Pública e com o Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo.

A Casa do Povo de Santa Bárbara tem concebido diversos projetos ao abrigo do Programa ERASMUS, desde 2015, sendo parceira da Agência Nacional da Rede ERASMUS.

Ao nível municipal, é a entidade gestora do Plano Operacional de Respostas Integradas para as Dependências.

Atualmente detém uma rede de voluntários, que conta com cerca de 46 elementos, e conta com um quadro de colaboradores que ultrapassa as duas dezenas, sendo esse o maior capital de uma instituição altamente motivada, onde predominam as relações intergeracionais, a partilha de afetos e de serviço ao próximo, tendo por base a solidariedade social.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de maio de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo de Santa Bárbara.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção da Casa do Povo de Santa Bárbara e à Junta de Freguesia de Santa Bárbara.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de maio de 2023

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer associar-se a este voto de congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo de Santa Bárbara.

É uma das mais importantes instituições IPSS da ilha Terceira e mesmo dos Açores. Imprimiu uma dinâmica fundamental no combate às dependências e também numa nova abordagem no trabalho com idosos. E é, por isso, merecedora do reconhecimento da nossa Assembleia e de todos os que aqui têm, naturalmente, assento.

Queria dizer-vos que acompanho desde há muitos anos a esta parte o trabalho desta instituição. Muitas vezes, quando falamos em Casas do Povo, associamos a

um determinado perfil de atuação junto das nossas comunidades, mais ligada aos antigos serviços de Segurança Social e de Saúde. A verdade é que, não só esta instituição, mas também esta instituição muito particularmente, introduziu uma dinâmica fundamental no combate às dependências, não só na ilha Terceira, como nos Açores, com o programa Haja Saúde. Tem uma equipa técnica muito dinâmica e muito jovem.

E, ao nível da intervenção com os idosos, tem tido um papel determinante, uma nova abordagem, conforme há pouco mencionei, com a Academia Oeste e com outros projetos que vai desenvolvendo na nossa ilha, na ilha Terceira.

É importante também que se faça aqui uma menção, uma justa menção à direção desta instituição, liderada pelo Durval Santos já há uns bons anos. E que também é muito graças a ele e à visão, à leitura e ao dinamismo que tem da importância destas instituições, e desta instituição em particular na zona oeste da ilha Terceira, que tem dado uma resposta muito importante também ao nível da infância.

Esta é uma ambição da instituição, a realização de um novo investimento de creche naquela localidade, que dê resposta não só à freguesia de Santa Bárbara, como à zona oeste da ilha Terceira. Esperemos que vejam este objetivo concretizado, porque isso representa, naturalmente, um avanço nas respostas daquela instituição, mas, sobretudo, uma resposta às necessidades da população e das famílias jovens e com crianças, da ilha Terceira.

Obrigada.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação pelo

50.º aniversário da Casa do Povo de Santa Bárbara, uma importante instituição de solidariedade social na ilha Terceira, com trabalho feito, reconhecido. E que faço questão de, neste momento, exaltar e reconhecer.

Está de parabéns a direção, toda a sua equipa técnica, que, ao longo dos últimos 50 anos, mantiveram viva esta instituição e em funcionamento, que tem um trabalho importante no âmbito da solidariedade social e do trabalho social. E, portanto, merece o nosso reconhecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos colocar à votação este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo CDS-PP, pela realização do 1.º Congresso dos Jornalistas dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pela realização do I Congresso dos Jornalistas dos Açores

Realizou-se nos passados dias 28, 29 e 30 abril, na Aula Magna da Universidade dos Açores, o primeiro congresso dos Jornalistas dos Açores, uma organização da Direção Regional dos Açores do Sindicato dos Jornalistas.

Depois de vários anos sem representação sindical, a Direção Regional dos Açores do Sindicato dos Jornalistas, empossada a 2 de junho de 2021, concretizou este

sonho de muitos anos.

Estão de parabéns os jornalistas dos Açores pela organização deste congresso.

É motivo de grande satisfação verificar que estejam reunidas condições para que, 40 anos depois do primeiro encontro de jornalistas dos Açores, os jornalistas Açorianos façam história com a realização deste Congresso.

É um sinal importante de democracia e liberdade que vivemos neste tempo que contrasta com outros tempos e com o que, neste tempo, se passa noutros lugares deste planeta onde os jornalistas são perseguidos e não há liberdade de expressão. O jornalismo contribui para a formação da nossa consciência coletiva e, se livre e isento, é fator de dissuasão de abusos, contribui para a correção de distorções, é fator de combate à desinformação, à intolerância e ao populismo.

É, pois, um momento histórico para os jornalistas dos Açores, histórico para o jornalismo português e histórico para a nossa democracia, pois o jornalismo livre e isento é um dos pilares da democracia.

Os Açores albergam os jornais mais antigos do nosso país que são o símbolo de uma riqueza que faz parte do nosso património cultural imaterial, porque mais do que meios de comunicação e informação, são a expressão da vontade de pensamento livre do povo açoriano.

Com a Revolução de Abril conquistamos a liberdade e esta democracia plural da qual o jornalismo livre e isento é um pilar fundamental.

O jornalismo livre e isento é um pilar da democracia plural e participativa, até porque sem uma democracia plural e participativa dificilmente o jornalismo conseguirá ser livre e isento.

É necessário atender aos direitos dos jornalistas a ter uma remuneração condigna e a ter condições de trabalho compatíveis com a sua importante missão de informar com pluralidade, rigor e isenção.

À democracia faz falta informação isenta e imparcial e os cidadãos têm direito a informação rigorosa e exata porque só assim haverá liberdade. A liberdade que

tanto custou a conquistar no 25 de Abril de 1974 e nos meses subsequentes até à aprovação da nossa Constituição. A liberdade que permite que o jornalismo exista. Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de maio de 2023, um voto de congratulação com o seguinte teor:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula a Direção Regional dos Açores do Sindicato dos Jornalistas pela realização do primeiro congresso dos Jornalistas dos Açores que decorreu nos passados dias 28, 29 e 30 abril, na Aula Magna da Universidade dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Eu pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faça um favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto de congratulação pela realização do 1.º Congresso de Jornalistas dos Açores, aquele que foi um evento realizado 40 anos após o primeiro encontro de jornalistas dos Açores.

Um evento que promoveu a discussão de temas atuais e importantes para esta classe, mas também importantes para toda a sociedade pelo papel que os jornalistas desempenham, quer na transmissão de informação, que se quer rigorosa e isenta, quer no papel que têm também de informação da sociedade em geral, da informação daquela que é opinião pública e do acompanhamento das

matérias que se passam quer na Região, quer no País, quer no Mundo.

Ressalto também a justa e digna homenagem que foi feita neste evento ao jornalista Mário Mesquita, um reconhecimento do seu papel enquanto jornalista, mas também enquanto professor e enquanto político.

Cabe-nos a nós, também, hoje, aqui, reconhecer aquele que é o papel do jornalismo, mas, acima de tudo, também enaltecer aquele que é o papel ou que deve ser a responsabilidade do poder político na garantia da liberdade de expressão, na garantia das condições que devem ser dadas também a esta classe no exercício da sua função.

Portanto, a todos os aqueles que permitiram a realização deste evento, também os nossos parabéns.

Tenho dito.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os jornalistas, os jornais, as televisões, as rádios e outros meios de comunicação são essenciais para a vida democrática, desde que essa informação seja feita com independência, independência em relação ao poder político, independência em relação aos Governos, independência em relação aos partidos, independência em relação a correntes de opinião.

Se alguém quer advogar uma determinada linha editorial encostada a uma determinada visão ideológica, deve assumi-la. E, portanto, a partir daí, o cidadão já é informado que aquela perspectiva tem aquele enquadramento.

Mas não é esse o jornalismo que eu defendo. O que eu defendo é um jornalismo isento, um jornalismo democrático, um jornalismo que se baseia na análise das

situações, uma análise séria e fundamentada das situações e uma informação às populações com essa isenção que é necessária e que marca a qualidade do jornalismo. Sem isenção, muitas vezes, confunde-se uma notícia com uma opinião. E é necessário fazer essa distinção, é necessário que a informação tenha isenção.

Deixem-me dizer também que a política também não é esta seriedade e o cerimonial todo, muitas vezes, que muitos defendem, advogam e exercem.

Eu considero também que nesta legislatura há também uma novidade importante. A novidade importante foi a ausência do Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Deputado José Contente (PS): É preciso ter lata!

Deputado Carlos Silva (PS): Quem será que faz parte?

O Orador: A ausência do Gabinete de Apoio à Comunicação Social é uma diferença fundamental que marca esta legislatura. Deixou de existir esse colete de forças, essa espécie de colete de forças, que era o Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Deputado Berto Messias (PS): Continua a existir e até tem mais meios!

O Orador: Não há agora nenhuma tentativa de condicionar a comunicação social, de condicionar a opinião. Não tenho nenhuma dúvida em dizer isto. E foi um combate que eu fiz durante muito tempo.

Deputada Ana Luís (PS): Esse combate o senhor já perdeu!

O Orador: O PPM, nós fizemos o combate ao Gabinete de Apoio à Comunicação Social e à tentativa de controlar a informação dos Açores.

Deputada Vera Pires (BE): O senhor já baixou as armas!

O Orador: Hoje, temos nos Açores uma informação mais livre.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é preciso que se diga isto. É uma grande conquista desta legislatura. É uma grande conquista da alteração política que ocorreu em 2020. Somos, hoje,

mais livres em termos de informação.

E esse colete de forças, que era o célebre Gabinete de Apoio à Comunicação Social, terminou.

Deputado José Contente (PS): Isso é uma afronta!

O Orador: Agora, até dizem que o Governo comunica mal.

Deputado Jaime Vieira (PSD): É verdade!

O Orador: Porque antes comunicava, antes controlava a comunicação. Agora, dizem que existe alguma fragilidade do ponto de vista da comunicação do Governo. O que existe hoje em dia é que já ninguém tem como objetivo fundamental do exercício das suas funções controlar a comunicação social. E é por isso que eu tenho que saudar, porque hoje vivemos numa sociedade mais livre e mais justa, desde logo porque o Gabinete de Apoio à Comunicação Social foi extinto.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O gabinete mudou de nome e tem mais meios!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olhe que não! Ó Sr. Deputado Berto Messias, está desinformadíssimo!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Vamos então colocar à votação este voto de congratulação... Sras. e Srs. Deputados, posso colocar à votação o voto? Então vamos votar. Está à votação este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pela Representação Parlamentar do Chega, aos bombeiros açorianos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação aos Bombeiros Açorianos presentes no Campeonato Nacional de Trauma e Desencarceramento

Entre 28 a 30 de abril deste ano, Vila Velha de Ródão – do distrito de Castelo Branco – acolheu o IX Campeonato Nacional de Salvamento e Desencarceramento e o VIII Campeonato Nacional de Trauma, onde estiveram presentes três equipas de Bombeiros dos Açores: Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico, e Bombeiros Voluntários do Nordeste.

Num evento que coloca à prova as capacidades dos profissionais envolvidos na resolução de situações bastante exigentes, em cenários de trauma e desencarceramento, não é a primeira vez que as equipas açorianas assumem um lugar no pódio e este ano não foi diferente.

A equipa de trauma dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória conseguiu alcançar o primeiro lugar na classificação geral, depois do pódio na prova complexa e na prova geral, obtendo o título de campeões nacionais de trauma. É também esta equipa que vai representar Portugal no Campeonato Mundial de Trauma que se realiza em outubro, em Lanzarote (Espanha).

Uma equipa que, em 2017, depois de conquistar o título de campeões nacionais de trauma, trouxe pela primeira vez para Portugal o título de campeões do mundo na categoria de trauma, quando se apresentou na Roménia e alcançou a melhor classificação de sempre para uma equipa portuguesa. Em 2018, no mesmo Campeonato Mundial, ficaram em segundo lugar na categoria de Trauma.

Já em 2019, a equipa da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória alcançou o terceiro lugar na classificação geral do Campeonato do Mundo, que se realizou em La Rochelle. E, em 2022, no Luxemburgo, os

Bombeiros da Praia da Vitória ficaram em quarto lugar no mesmo Campeonato. Mas em Vila Velha de Ródão não foram só os Bombeiros da Praia da Vitória que marcaram presença. A equipa dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico conseguiu alcançar o primeiro lugar na categoria de Melhor Prova Standard, tendo ficado em oitavo lugar na classificação geral da categoria de Trauma.

Já a equipa dos Bombeiros Voluntários do Nordeste, em São Miguel, foi a única que participou no concurso na vertente de salvamento e desencarceramento. Apesar de não ter conseguido alcançar o pódio, mostrou o seu valor alcançando o quarto lugar na categoria standard, e oitavo na prova complexa, o que lhe valeu o sétimo lugar na classificação geral de desencarceramento.

Além destas equipas, que diariamente atuam em cenários reais complexos, o CHEGA também estende este voto a todos os bombeiros dos Açores pela prestação de cuidados e serviços de apoio, no socorro da população.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação aos bombeiros açorianos presentes no campeonato nacional de trauma e desencarceramento, do qual deve ser dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Nordeste, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, à Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, e à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de maio de 2023

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Parecendo não haver, vamos então colocar à votação este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão apresentados e votados os votos que deram entrada na Mesa.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Façam o favor de ocupar os vossos lugares.

Eram 11 horas e 48 minutos.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos, terminadas a apresentação e a votação dos votos, para as declarações políticas. É a vez do CDS fazer a sua declaração política. Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A evolução da produção de resíduos está intimamente correlacionada com a evolução da tecnologia.

Durante muitos anos ignorou-se o impacto altamente negativo, no nosso planeta e na nossa vida, da criação e acumulação de resíduos e da produção de gases com efeito de estufa.

Parece um paradoxo, mas toda a experiência e conhecimento científico que impulsionaram a revolução industrial, tecnológica e social, em finais do séc. XIX, e todo o desenvolvimento que lhe sucedeu ao longo do séc. XX e primeiro quartel deste séc. XXI, criaram também uma indesejável revolução na criação de

resíduos.

Foi no longínquo ano de 1979 que se realizou a I Cimeira Mundial do Clima, em Genebra, um evento de cariz eminentemente científico em que, pela primeira vez, as alterações climáticas foram reconhecidas como um problema grave para o planeta. A II Cimeira ocorreu no ano de 1990, desta feita, para além dos cientistas, contou já com responsáveis governamentais de 137 países, tendo sido lançada a base da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas, assinada na Cimeira do Rio de Janeiro, por 154 Governos, em 1992, há 30 anos!

Desde então já se percorreu um longo percurso de consciencialização global para o problema das Alterações Climáticas, da produção de gases com efeito de estufa e de resíduos, em suma, poluição!

Nos Açores temos dado o contributo que, à nossa escala, é possível, sobretudo através de aprovação de legislação e criação de condições para a redução de resíduos, a sua reciclagem e reutilização, aquilo que agora se denomina de economia circular.

Um tratamento adequado de resíduos reduz o impacto adverso dos resíduos no ambiente, na saúde humana e na economia.

O tratamento de resíduos evoluiu significativamente ao longo do tempo, impulsionado pela crescente consciencialização ambiental e pela necessidade de encontrar soluções sustentáveis para lidar com os resíduos gerados pela atividade humana.

Num contexto pré-industrial, a maior parte dos resíduos gerados era orgânica e geralmente descartada no solo ou utilizada como adubo, sendo que as cidades tinham sistemas rudimentares de recolha de resíduos.

A partir das décadas de 1960 e 1970, houve um crescente interesse na reciclagem como forma de reduzir a extração de recursos naturais e minimizar o impacto ambiental dos resíduos. Inicialmente, a reciclagem era limitada a materiais como papel, vidro e metal. Com o tempo, foram desenvolvidos processos e tecnologias

mais avançadas, permitindo a reciclagem de uma variedade maior de materiais. Atualmente, há uma crescente ênfase na transição para uma economia circular, em que os resíduos são vistos como recursos, como matérias-primas que podem ser reintegradas na cadeia produtiva. A economia circular procura maximizar a reciclagem, a reutilização e a redução na geração de resíduos, promovendo a sustentabilidade e a conservação de recursos naturais do nosso planeta. Neste sentido, é de enaltecer o esforço do XIII Governo Regional na melhoria da gestão de resíduos e na transição para uma economia circular.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No âmbito legislativo, o CDS-PP salienta a Revisão do Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores – PEPGRA 20+, que define como objetivos estratégicos:

A prevenção da produção de resíduos e os seus impactos no ambiente;

A promoção da gestão integrada e sustentada dos resíduos;

A promoção da eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP realça, também, a importância da Revisão do Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos, de forma a estar adequada às atuais necessidades normativas e às exigências das diretrizes europeias, que está em fase de elaboração pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Não podemos falar de gestão de resíduos sem destacar, também, a importância do Sistema de Depósito de Embalagens de Bebidas dos Açores, um projeto piloto de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro e metal. Este foi um dos projetos que trouxe inovação aos Açores, contemplando um incentivo à reciclagem através da devolução de embalagens, contribuindo assim para uma consciencialização da população para a reciclagem e valorizando o produto da reciclagem.

O Roteiro para a Economia Circular Regional, que está a ser elaborado pela Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas, vai permitir, também, um diagnóstico regional, incluindo a análise de fluxos de materiais e energia, medindo o metabolismo económico e criando um quadro de base de avaliação das potencialidades e constrangimentos. Este documento servirá para munir a Região de um documento estratégico que concretize uma visão para a economia regional, assente na eficiência, na sustentabilidade e num modelo de transição para a economia circular.

A reestruturação dos centros de processamento de resíduos para a realização do processo de compostagem da recolha seletiva de resíduos orgânicos e produção de composto de qualidade vai permitir adaptar os centros de processamento, habilitando-os à otimização da gestão e tratamento de biorresíduos, nas ilhas das Flores, Faial, São Jorge, Pico, Graciosa e Santa Maria.

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: O CDS entende que o tratamento adequado de resíduos é crucial para alcançar a sustentabilidade ecológica.

Reduzir as emissões de gases de efeito estufa, conservar recursos naturais e criar novas oportunidades de emprego, tratar adequadamente os resíduos pode contribuir para um futuro mais sustentável e simultaneamente criar novas oportunidades de negócio e diversificação da nossa economia e criar, também, novas oportunidades de emprego.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Pinto, resta-lhe cerca de quatro minutos para continuar e fazer o encerramento da declaração política...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que o Grupo Parlamentar do CDS-PP nos traz aqui, o tratamento de resíduos, é uma questão essencial. É uma questão em que se têm feito avanços muito significativos, em que existe agora uma planificação em relação a esta matéria, de acordo com diversas instituições que articulam a sua ação junto do Governo Regional. E, por isso, é uma questão da maior relevância.

E é por isso que, tendo sido realizada uma declaração política sobre esta matéria, o PPM não pode deixar de fazer aqui uma referência ao trabalho excelente que tem vindo a ser desenvolvido pelo Sr. Secretário do Ambiente nesta matéria.

É evidente, para quem fala e para quem valoriza o ambiente, para quem considera que esta é uma matéria que é urgente resolver, tendo em conta a pressão crescente que existe a este nível, que as respostas que têm sido encontradas por parte do Governo Regional são respostas muito positivas e são respostas que têm permitido um avanço muito significativo nesta temática.

Poi isso, quero aqui deixar uma palavra de estímulo para que o Governo continue a desenvolver a atividade que tem vindo a desenvolver nesta matéria, com bons resultados.

E, mais do que isso, como aqui foi referenciado na comunicação que antecedeu esta minha participação no debate, dizer que aquilo que está projetado e aquilo que está planificado assegura, de facto, que se continua a melhorar muito neste

setor, que era, de facto, também, um dos setores em que existia um défice muito grande no início desta legislatura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não falou da incineradora, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS traz-nos aqui uma declaração política em tempo bastante oportuno. É um tema que nos é caro, penso que é caro a todas as bancadas parlamentares desta Casa, e que deve ser tratado sem demagogias, sem partidarites e sem críticas que não sejam críticas a todos nós, à ação cívica de todos os cidadãos, à forma como todos nós tratamos os resíduos e ao esforço que não tem sido feito, quer por autarquias, quer pelos cidadãos em geral, no sentido de ultrapassarmos o grave problema que pode ser a gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores.

Deputada Vera Pires (BE): É olhar para a situação das Flores!

O Orador: Neste sentido, eu não vou criticar as políticas do passado, porque sei que foram feitos esforços no passado para ultrapassar esses problemas. Eu não vou criticar as políticas do presente, vou até referir algumas que me parecem ser fundamentais para atingirmos esse desiderato. Mas vou fazer, daqui desta bancada, um alerta a todos os cidadãos, porque se calhar é isto que falta, se calhar o que é preciso mesmo é intensificar as ações de sensibilização ambiental, é forçarmos mais ainda, de forma veemente, a que os cidadãos cumpram com aquilo que na rua pedem aos autarcas e aos Governos que façam.

Se nós, cada um de nós, cada um dos 250 mil açorianos não fizer um esforço da porta para dentro das suas casas para tratar os resíduos, produzir menos resíduos,

separar os resíduos, entregar esses resíduos convenientemente, não há política municipal, não há política regional que resolva este problema.

E este é um problema. E este é um problema principalmente nas ilhas maiores, porque, obviamente, produzem mais resíduos. E este é um problema nas ilhas onde a iliteracia é maior e a pobreza é maior, porque é nestas ilhas que é mais difícil fazer as pessoas cumprirem a sua parte.

E, por isso, se estavam à espera que eu tivesse pedido a palavra para criticar o Governo do passado ou o Governo do presente ou a Câmara X ou a Câmara Y, desenganem-se. A crítica tem que ser feita a todos nós. A crítica tem que ser feita a todos os açorianos que ainda não aprenderam que as suas ilhas são bonitas, são belas, podem ser sustentáveis, mas se nós continuarmos no caminho que estamos, elas vão deixar de ser bonitas, vão deixar de ser sustentáveis e vão exigir da nossa parte medidas drásticas para resolver este grave problema.

Eu tenho um vício que é calcorrear as nossas ilhas a pé pelas suas entranhas. E é lastimável ver que não há uma grotta, não há uma ribeira, não há uma ravina que não tenha lixo abandonado.

25 anos depois de pela primeira vez ter havido nos Açores uma Secretaria Regional estritamente dedicada ao ambiente, não foi possível ainda meter na cabeça dos açorianos que têm que preservar o ambiente, que têm que tratar o ambiente que lhes está rodeado de forma séria, de forma dedicada, para que possamos garantir que os nossos filhos, daqui a 20 anos, possam viver numa região sustentável, numa região onde o ambiente é de facto respeitado, porque o ambiente é parte da nossa vida. O ambiente só existe porque existem seres humanos, senão estava por aí...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... uma qualquer espécie que não seríamos nós. E nós não temos o direito de destruir a nossa maior riqueza e o nosso maior ativo.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa, faça favor.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na verdade, reconhecemos a pertinência da declaração política que aqui nos traz o CDS. Eu diria mais, além de ser um assunto que da parte do Governo sentimos cumprimento daquilo que são os objetivos propostos relativamente a questões legislativas e de investimento, este é um assunto que acho que podemos considerar que está na agenda de todos os partidos e da sociedade em geral. E a prova disso tem sido o imenso trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito da CAPAT, por todas as iniciativas que por lá têm passado e que mostram bem que há muito trabalho a fazer, mas há muito que está a ser feito por cada um daqueles que já têm a devida consciência ambiental, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... seja em funções particulares ou seja em funções públicas.

O CDS centrou-se sobre a questão dos centros de processamento de resíduos. É importante lembrar aquilo que temos acompanhado da execução por parte do Governo Regional, muito daquilo que foi já negociado de fundos comunitários por este Governo e de todas as obras que temos acompanhado, que têm sido lançadas. Obviamente, este é um caminho sempre incompleto pela nossa natureza geográfica, pela nossa dispersão e por aquilo que envolve a gestão de resíduos em nove ilhas, com todas as suas particularidades.

E, portanto, concordando com aquilo que foi dito também pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, que cabe a cada açoriano, na sua realidade particular, perceber aquilo que deve ter de atitude perante os resíduos que produz e perante as suas atividades económicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria de deixar aqui uma nota daquilo que é função dos outros parceiros para lá da questão legislativa e de orientações mestras, que tem a ver com a função dos municípios: os municípios têm um papel fundamental na gestão dos resíduos. Se consultarmos aquilo que são os dados presentes no quadro que agora está prestes a terminar, são cerca de 20 candidaturas apresentadas para aquisição de meios para a recolha seletiva ou encaminhamento de resíduos, na ordem dos 10 milhões de euros, que demonstram bem aquilo que também é importante da parte dos resíduos no cumprimento da função em toda esta cadeia, que queremos que seja dos resíduos ou recursos, mas que não seja com o princípio de mais resíduos. E, portanto, deixar aqui uma mensagem da leitura que temos sobre os investimentos que estão a decorrer, e bem, no nosso entender.

E terminar com uma palavra também para as freguesias, para todas as freguesias dos Açores, pelo papel que têm nessa gestão de resíduos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em particular as 37 freguesias que receberam o Galardão de Eco-Freguesia recentemente.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo...

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta declaração política do Sr. Deputado Pedro Pinto, nós concordamos

inteiramente naquilo que foi listado pelo Sr. Deputado, porque, realmente, todas essas ações só são possíveis por todos os investimentos que foram feitos e por toda a estratégia, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Herança do PS!

A Oradora: ... essencialmente estratégia, que foi tida por anteriores Governos liderados pelo Partido Socialista.

Se referenciou os centros de processamento de resíduos, foi porque foram investimentos anteriores. Se referenciou o PEPGRA, o Plano Estratégico de Prevenção de Resíduos, se nós o estamos atualmente a rever, é porque foram estratégias, realmente, anteriores e que foram seguidas agora, atualmente, ou seja, são tudo estratégias que foram já feitas.

E, realmente, concordamos consigo, que foi um bom projeto inicial, iniciado por Governos anteriores, relativamente ao sistema de depósito de embalagens não reutilizadas. E que, nesta Casa, realmente, conseguimos, de uma forma integrada e concertada, idealizar e melhorar esse diploma. E que é nítido, no dia a dia, que é um sistema utilizado pelos açorianos. E, sem dúvida, uma mais-valia o projeto que foi submetido anteriormente.

Sem dúvida que os resíduos nos Açores são um problema, são algo que todos nós, no nosso dia a dia, lidamos, quer sejam governamentais. E essencialmente com custos muito elevados, não só para Governo Regional, mas, como foi referido anteriormente, também para as autarquias e para o poder local, em que em ilhas mais pequenas isso assume um bolo no seu plano e orçamento muito elevado, muito fruto, também, e como foi referido, da questão da sensibilização e das ações que nós temos no nosso dia a dia.

E, nesse sentido, claro, está na mão de todos nós a melhoria e continuarmos este trabalho. Nós achamos que a educação ambiental é, sem dúvida, uma forma de lá chegarmos, de chegarmos não só para a educação ambiental... E quando nós falamos em educação ambiental, não estamos a falar só no público escolar, mas

também no público em geral. A educação ambiental faz-se numa faixa etária, numa franja muito grande. Os resíduos, a prevenção da produção de resíduos era, sem dúvida, um dos pilares da educação ambiental, que era feita anteriormente na Região.

E basta olharmos para o novo Plano de Educação Ambiental para percebermos que há apenas uma atividade e que assenta na economia circular, sem dúvida, mas que anteriormente era muito mais expandida em tema, também com a Semana de Prevenção de Resíduos, criada a nível europeu, muito fundamentada anteriormente e seguida, e muito bem, até aos dias de hoje.

Mas consideramos que, sem dúvida, todo o trabalho que é feito na Região com a prevenção de resíduos, há coisas a melhorar. Claro que sim. O nosso dia a dia, até a nossa produção altera ao longo dos dias. Mas, sem dúvida, que se faz com todo o trabalho que foi feito anteriormente.

E, mais uma vez, sem dúvida, depende de cada um de nós, de cada um dos açorianos, conseguirmos melhorar a produção e tornar as nossas ilhas mais sustentáveis, até porque é mesmo isso o nosso plano estratégico de desenvolvimento, em rumo também aos objetivos de desenvolvimento sustentável. E para isso precisamos do trabalho de todos nós. E que todo o trabalho que foi feito, estratégico, de uma forma concentrada e articulada, que se consiga manter atualmente e no futuro.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faz todo o sentido a declaração política que nos foi trazida aqui pelo CDS, até porque, ainda na passada semana, foi novamente tornado público o dia em que Portugal entrou em crédito ambiental, exatamente no mesmo dia em que

aconteceu no ano passado, a 7 de maio. Portanto, a partir de 7 de maio deste ano, os portugueses estão a consumir a crédito recursos ambientais. E isto deixa-nos um alerta. Deixe-nos um alerta para continuarmos num caminho que temos forçosamente que continuar individualmente enquanto cidadãos, mas também como autores políticos fazermos o nosso melhor.

E, neste sentido, e perdoem-me a modéstia, já uma vez, também, há cerca de dois anos, fiz uma declaração política exatamente neste sentido. Ainda ao mês passado, numa discussão de um diploma nesta Casa, fiz um alerta também neste sentido, relativamente aos resíduos. E lembro-me que, também, enquanto autarca, enquanto vereador da oposição na Câmara da Lagoa, uma vez desafiei a presidente da Câmara da altura, a que, meses depois de cada um de nós termos andado nas ruas a apresentar o nosso programa político, meses depois, fôssemos novamente para as ruas, juntos, de partidos diferentes, presidência da Câmara e vereadores da oposição, entregar embalagens para recolha de lixo reutilizável, de recicláveis, mostrando o empenho dos autarcas depois das eleições, o empenho de tentar resolver o problema dos resíduos, porque o problema dos resíduos na nossa Região é efetivamente um problema grande. E enquanto não for encarado de frente, com o empenho pessoal, olhos nos olhos dos políticos, para os cidadãos dificilmente terá solução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições. Não havendo...

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo, naturalmente, por saudar esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores, por trazer a este Parlamento um tema tão importante como a promoção

da qualidade ambiental e a gestão de resíduos na Região.

De facto, a gestão de resíduos é um desafio extremamente complexo, sobretudo numa realidade arquipelágica e ultraperiférica como a nossa. E que exige o empenho de todas as entidades com competências nesta matéria, desde logo por parte do Governo Regional, mas também por parte dos municípios, das juntas de freguesia, dos operadores de gestão de resíduos e de todas as entidades que têm competência nesta matéria.

E permitam-me destacar a intervenção que foi feita pelo Sr. Deputado Nuno Barata, porque, de facto, subscrevo aquilo que foi dito. Todas estas políticas e os esforços realizados pelas diversas entidades que têm competência de nada servem se nós não conseguirmos consciencializar as populações e envolvê-las nas soluções. E, portanto, de facto, subscrevo esta nota que foi feita pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

De facto, este é um desejo estratégico que foi definido pelo XIII Governo Regional dos Açores enquanto um dos pilares do programa do governo, que é o desenvolvimento sustentável da nossa Região. E tem sido, efetivamente, realizado um esforço muito significativo por parte do Governo Regional e por parte da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Dando nota à Sra. Deputada Joana Pombo Tavares de que, com certeza, como sempre, tudo o que está bem feito é para manter. O que não estava bem feito era para aperfeiçoar. E deve ser esta a nossa missão e o nosso empenho, melhorar o que é possível melhorar, para servir melhor as nossas populações.

Este esforço começa desde logo com o processo de revisão do Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, o PEPGRA 20+, que, como sabem, já está em tramitação aqui no Parlamento e que subirá a plenário a breve trecho. E que representa, como disse e bem o Sr. Deputado Pedro Pinto, um avanço fundamental para a prevenção da produção de resíduos, uma gestão sustentável e integrada e também uma melhoria na eficiência da utilização dos

recursos. Até ao final do ano, ficará concluída a revisão do Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos da Região.

E, neste contexto, o Governo Regional colocou em curso um conjunto diverso de importantes projetos que são muito relevantes para a Região, dos quais alguns foram destacados pelo Sr. Deputado Pedro Pinto. Refiro-me concretamente ao projeto piloto para a criação de um sistema de posse de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores, que permitiu instalar 25 máquinas de logística reversa em todos os concelhos da Região, no sentido de aumentar os quantitativos de recolha seletiva desta tipologia de resíduos e de inculcar melhores hábitos de separação e de encaminhamento de resíduos para reciclagem. Trata-se de um projeto que representa um investimento de 1 milhão de euros, cofinanciado em 90% pelos EEA Grants, que tem uma duração prevista de um ano. Teve início, simbolicamente, a 17 de maio de 2022, no Dia Internacional da Reciclagem, mas que, tendo em conta o sucesso deste projeto... Efetivamente, é um projeto que tem um sucesso muito grande. Em menos de um ano, permitiu recolher já cerca de sete milhões de embalagens de bebidas não reutilizáveis, o que é um valor muito significativo. E, com isso, permitiu também distribuir mais de 300 mil euros pelos açorianos que fizeram essa recolha e depósito. Com base no impacto que este programa teve, o Governo Regional decidiu assumir o alargamento deste projeto até ao final do ano de 2023.

Outro projeto de grande relevância que também foi referido tem que ver com a reestruturação dos centros de processamento de resíduos da Região para adaptação à recolha seletiva de biorresíduos e para produção de composto. Como sabem, a legislação europeia define que, até ao final deste ano, os biorresíduos nos estados-membros têm que ser separados e reciclados na origem ou então recolhidos seletivamente. E a partir de 2027, para efeitos de cálculo da reciclagem, só são considerados os resíduos provenientes de recolha seletiva.

E o que é facto é que a Região, um pouco ao contrário, também, do que disse a

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, não estava preparada para esta realidade. Tinha centros de processamento de resíduos, mas que não estavam adaptados para esta realidade. E tornou-se urgente e fundamental poder adaptar os centros de processamento de resíduos das Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria, que ficarão concluídos até ao final deste ano de 2023.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Trata-se de um investimento superior a 6 milhões de euros, integralmente financiado no âmbito do REACT-EU, sendo que neste momento já foram lançados os procedimentos concursais para cinco destes seis centros de processamento de resíduos. Falta apenas o do Pico, que será lançado amanhã, será publicado amanhã o lançamento do concurso. Sendo que, nos casos de Santa Maria e Flores, os procedimentos concursais já estão concluídos e a empreitada já foi adjudicada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Nos casos de Graciosa e São Jorge, já terminaram também os prazos para entrega de propostas. E com grande satisfação também podemos dizer que em ambos os casos houve várias propostas apresentadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O concurso não ficará vazio. E estamos a ultimar a análise das propostas para proceder à adjudicação.

Ainda no âmbito deste projeto, foram adquiridos equipamentos para melhoria da operacionalização dos centros de processamento de resíduos, mais concretamente máquinas de rastos com giratórias, com pinça e com balde, e também biotrituradores industriais para estes seis centros de processamento de resíduos, o que representa só por si um investimento superior a 2 milhões de euros. Ou seja, no âmbito deste projeto, até ao final de 2023, serão executados mais de 8 milhões de euros por parte do Governo Regional dos Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Para além destes projetos, está também em curso o Roteiro para a Economia Circular, que também é financiado integralmente no âmbito do REACT-EU, para adaptar à Região um novo Plano de Ação da Economia Circular, que tem um conjunto de outros projetos, como a Plataforma da Circularidade dos Açores “9 Ilhas Circulares”, o estudo de criação de Clusters de Competitividade e também o Guia para a Realização de Eventos Circulares.

Dar nota de que até ao final do ano estará concluído também o Guia Técnico para a Elaboração de Sistemas PAYT, SAYT e RAYT, que irá permitir identificar para cada município qual é o sistema que melhor se adapta.

Portanto, uma nota apenas para a importância dos municípios nesta gestão e para a importância das freguesias, que realizam grandes esforços. E aqui também uma palavra para as freguesias de excelência. Nós conseguimos testemunhar todos os dias o empenho das juntas de freguesia na limpeza dos espaços públicos, das ribeiras, da orla costeira, que é, de facto, um trabalho fundamental para este puzzle que todos nós temos que montar.

Dar, para terminar, nota de que este empenho conjunto de todas as entidades com competência nesta matéria continua a dar bons frutos. E o que é facto é que, e tenho satisfação de dar nota disto aos Srs. Deputados desta Casa, à imagem do que aconteceu em 2021, ainda que com base em dados preliminares, em 2022 a reciclagem voltou a aumentar. Estes dados serão publicados a breve trecho, portanto, serão disponibilizados publicamente. Mas é com grande satisfação que nós vemos que continuamos uma trajetória ascendente na reciclagem nos Açores. E isso é uma prova de que o trabalho também está a ser bem desenvolvido e que estamos, de facto, de alguma forma a conseguir chegar melhor às populações e a envolvê-las neste processo.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para os Srs. Deputados que tiveram intervenções nesta declaração política, agradecer-lhes as palavras, numa demonstração de que, apesar de estarmos ideologicamente afastados, em partidos diferentes, que defendem coisas diferentes para a organização da nossa sociedade, há aqui algo que é comum a todos: todos comungamos da preocupação ambiental, todos desejamos preservar o nosso ambiente. E, portanto, acho que isso é merecedor de um realçamento, porque a política não tem que ser sempre o combate, a política não tem que ser necessariamente a oposição. Há matérias que nos unem e que nos devem unir. E, felizmente, o ambiente é uma delas.

Não é por obra do acaso que os Açores já são há vários anos considerados a nível internacional, por mais diversas instituições, um lugar único no mundo, um lugar ecologicamente preservado. Temos tido várias distinções. E, portanto, isso é mérito dos açorianos, é mérito do povo açoriano que habita estas ilhas e que preserva as suas ilhas, apesar de haver alguns, tal como muito bem disse o Sr. Deputado Nuno Barata, que ignoram e desprezam o nosso ambiente e espalham lixo e resíduos. É pena que assim o façam. Infelizmente, é mais difícil aprender bons hábitos do que os maus hábitos. E, portanto só podemos desejar é que aumente a consciencialização ambiental dos nossos concidadãos para podermos ter uns Açores ainda mais preservados.

Uma palavra também aos parceiros institucionais nesta luta, que são as freguesias, os autarcas de freguesia e os municípios, que têm responsabilidade na recolha e gestão de resíduos, que diariamente se empenham. E eu sou testemunha da preocupação de autarcas de freguesia em manterem as suas freguesias limpas. E, portanto, é um esforço que fazem e que é reconhecido anualmente no Prémio Eco-Freguesias, como muito bem foi salientado pelo Sr. Deputado Marco Costa. Este prémio, mais do que ser um símbolo de uma vitória, é e deve ser encarado como um exemplo que deve ser seguido pelos outros e deve ser ambicionado por aqueles que não o conseguem alcançar.

E quanto às declarações e à intervenção da Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, também agradecer as suas palavras. Obviamente que isto é um trabalho de continuidade. É um esforço coletivo de todos. Mau será o dia em que estes princípios da ecologia e estes ideais da proteção ambiental sejam apoderados por um grupo. Nesse dia será a derrota completa desta nossa luta. É um esforço de todos. É um trabalho de continuidade. Foi realizado na medida do possível pelos Governos que antecederam esta maioria. Este Governo está fazendo também aquilo que é possível fazer. E que, e muito bem, o Sr. Secretário Regional já nos expôs e nos deu conhecimento dos elevados investimentos que estão sendo agora concretizados neste momento e de concursos que estão agora em curso, para melhorarmos a gestão de resíduos, para ampliarmos a reciclagem, ampliarmos a reciclagem a outras categorias de resíduos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Estava distraído.

E, portanto, deixar esta palavra de que isto é um esforço de todos. Temos que nos empenhar ainda mais na consciencialização dos nossos concidadãos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrada esta declaração política. Avançamos para a próxima, que é do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para fazer a sua declaração política.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos tempos que correm, assistimos nos Açores à construção de uma nova narrativa por parte do Governo Regional. Uma narrativa cujo objetivo é tentar justificar as falhas, as opções erradas e, acima de tudo, arranjar desculpas para não resolver os problemas centrais dos Açores.

Se num primeiro tempo da legislatura o Governo recorria ao facto de estar no início do seu mandato para justificar os problemas e a falta de soluções, esse tempo já se esgotou. A desculpa já está gasta e já ninguém a compra.

Este Governo e esta maioria são responsáveis pelos seus atos, pelas suas políticas e pelas suas consequências.

Todavia, para continuar a fugir à responsabilidade, para justificar um conjunto de opções erradas e uma inação dolosa, o Governo procura agora novas desculpas.

Desculpas:

Para justificar a incapacidade de combater a pobreza que aumenta nos Açores;

Para justificar a falta de investimento nos serviços públicos que definham;

Para justificar a ausência de soluções para o problema da habitação, que se agrava com o aumento brutal dos preços;

Para justificar o miserável investimento na cultura e a ausência de estratégia para a ciência e para o mar.

O Governo constrói assim uma narrativa para tentar convencer os açorianos e as açorianas de que não há alternativa à política que segue. Uma política que manterá os Açores como uma região pobre, com alguns privilegiados que vivem à sombra dos Governos.

Para sustentar esta nova narrativa, o Governo recorre a um velho argumentário do PSD/Açores.

Noutros tempos, e permitam-me este esforço de memória, quando a troika aterrou em Portugal e aplicou – com o apoio do Governo da República do PSD e do CDS – uma violenta política de austeridade, o PSD nos Açores forjou um novo conceito em contas públicas: o conceito de “responsabilidades financeiras futuras”.

A intenção era clara: construir a tese de que a região estava falida, com o objetivo de atacar a credibilidade do Governo Regional de então.

Mas como, recorrendo aos critérios da União Europeia, os Açores não apresentavam um desequilíbrio grave nas contas, o PSD inventou os seus próprios critérios.

Este conceito – responsabilidades financeiras futuras – sem qualquer credibilidade, que só existe na cartilha do PSD/Açores, soma a dívida financeira com a dívida não financeira e com outras responsabilidades, nomeadamente os compromissos com as PPP e os passivos das empresas do setor público, que não consolidam, com exceção, curiosamente, da EDA.

Hoje os tempos são outros, mas o PSD, agora no Governo com o CDS e o PPM, ressuscita esse ridículo conceito de “responsabilidades financeiras futuras” para tentar justificar a sua política errada.

Segundo este conceito, que, volto a salientar, não existe em qualquer outro local que não os Açores e não é seguido por qualquer entidade nacional ou internacional, em 2021, as responsabilidades futuras da região atingem os 4066 milhões de euros. E se somarmos, coisa que o Governo não fez, os 140 milhões de euros, por exemplo, dos encargos relativos às OSP do transporte aéreo

interilhas no período 2021-2026, que o Governo não inclui, como referi, então essas responsabilidades superam os 4200 milhões de euros.

Utilizando os critérios do Governo, isso significa um aumento superior a 400 milhões de euros em apenas um ano de governação da coligação. Ironicamente, se seguirmos o critério definido pelo próprio Governo, a sua governação fica muito mal na fotografia. E os números de 2022 não são melhores.

Todavia, avaliar a dívida pública segundo o critério de “responsabilidades futuras” é embarcar numa irresponsável fantasia.

A dívida pública da região, na ótica de Maastricht, aquela que conta, em 2021 fixou-se nos 2636 milhões de euros, que corresponde a 60,7% do PIB (não refiro os números de 2022 porque o PIB ainda não está disponível).

Seria de esperar que a direita, tão solícita em seguir as regras de Bruxelas, adotasse os critérios europeus para avaliar o estado das contas públicas da região.

Mas a coligação, neste particular, prefere inventar critérios que pioram artificialmente a situação financeira da região só porque isso dá jeito à sua narrativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A imprescindível necessidade de rigor e prudência com as contas públicas não pode significar deixar de investir, não pode significar cativar 25% do plano de investimento e não pode significar deixar de responder aos problemas dos Açores. O aumento da dívida pública com este Governo é substancial, principalmente tendo em conta que não se veem resultados, mas a existência desta dívida não impede nem pode impedir o Governo de apoiar as pessoas e a economia.

Aliás, se há altura em que os Governos devem mais investir, apoiar e intervir com maior intensidade para resolver os problemas é justamente quando há crises. Quando as pessoas precisam.

E se estivéssemos em situação crítica, então o que se diria da congénere Região Autónoma da Madeira, cuja dívida em relação ao PIB era de 103,7 % em 2021,

comprando com a dívida dos Açores que é de 60,7%?

As absurdas “responsabilidades financeiras futuras” colocam os Açores numa inaceitável desigualdade em relação a qualquer região da União Europeia e em relação ao país como um todo!

Nada, a não ser a arrogância ideológica, justifica esse garrote que, a nível orçamental, se materializa na opção pelo endividamento zero.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Garrote é do Ministro das Infraestruturas! E ideológico também!

O Orador: Uma opção que até já levanta preocupações às corporações, imagine-se, mais próximas do Governo, como é o caso da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Como é evidente, a redução do investimento público pode ter impactos sérios na economia e na capacidade de executar os próprios fundos comunitários.

Para adensar este cenário, o Governo decidiu colocar na praça pública notícias sobre auditorias a empresas públicas – cujas contas são conhecidas e até sujeitas a comissões de inquérito na passada legislatura – com o objetivo de intoxicar a opinião pública com a ideia de que todas as empresas públicas são insustentáveis. Como se muitas dessas empresas públicas não prestassem um puro serviço público. Como se estas pudessem ser avaliadas com a mesma lógica que se avalia uma carpintaria ou um supermercado.

Como pode o Governo esconder que, por exemplo, uma empresa como a Portos dos Açores gere vários portos e outras infraestruturas que poderão não gerar lucros, no que constitui um verdadeiro e imprescindível serviço público?

Toda esta atuação do Governo autoinflige à região limitações absurdas e que pretendem apenas dar argumentos ao Governo para implementar um programa que não pode apresentar nem defender.

O Governo quer este álibi para se escusar a combater a pobreza, para se escusar a aumentar salários, a combater a inflação, a apoiar as famílias que estão

estranguladas pelo garrote do aumento dos preços e dos juros. Para não investir no Serviço Regional de Saúde e na sua modernização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Serve esta lógica ainda para dismantelar a SATA, ao mesmo tempo que o Governo martela as contas com recurso a engenharia financeira para disfarçar o facto de que, mesmo sem “Cachalote”, o PSD, CDS e PPM estão a fazer na SATA pior do que os Governos do Partido Socialista.

Servirá, não duvidamos, esta lógica abstrusa para justificar outras privatizações a seu tempo e concessões de empresas públicas com negócios potencialmente lucrativos e rentistas.

Não aceitamos essa política sustentada numa mentira, sustentada em regras que não existem e que só se aplicam aos Açores.

Não aceitamos mais os pretextos e desculpas do Governo Regional para falhar com os Açores.

A alternativa é uma política que coloca como prioridade as pessoas, a resolução dos seus problemas, com uma gestão rigorosa e credível do orçamento. A alternativa é o desenvolvimento de uma nova economia para os Açores.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições. Inscrições? Não havendo...

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não iria deixar um partido político sem uma única intervenção, como já fizeram ao PAN nos meses passados.

E irei falar, obviamente, relativamente à dívida zero, que é público, eu disse antes do orçamento regional para o ano de 2023, disse de uma forma formal ao Governo

na altura, disse de uma forma informal, disse publicamente aqui também que seria muito ignorante da parte da Região Autónoma dos Açores querer dívida zero para o ano de 2023, isto porque nós tínhamos, obviamente, que ajudar socialmente os açorianos, tendo em conta a economia a nível mundial, europeu, nacional e nos Açores.

Obviamente que tinham que fazer o jeitinho à Iniciativa Liberal, que diz que percebe muito de economia e acha à partida que tínhamos que ter dívida zero para o ano de 2023, o pior ano para nós queremos dívida zero. E agora estamos, aqui, neste momento, a contar os trocos para tentar ajudar minimamente, airosamente, a nossa ajuda social na Região Autónoma dos Açores.

Por isso, peço mais uma vez ao Governo para repensar essa dívida zero e deixar de lado o IL porque já rasgou o papel, já rasgou aquele contrato que o vinculava ao Governo. Por isso, o Governo dos Açores já não precisa nada do IL.

Se calhar, olharmos exatamente como o exemplo que se deu da Madeira, já para não dar também o da República, que a dívida é bastante maior, também estão a reduzir, mas pelo menos agarram numa percentagem para ajudar socialmente. E acho que é isso que nós devíamos fazer tendo em conta a inflação de preços, tendo em conta a habitação. Os açorianos não conseguem estar a pagar o crédito neste preciso momento.

E sem dúvida que temos que ajudar mais socialmente no ano 2023. E foi por causa disso, pela primeira vez, que o PAN votou a favor o orçamento, porque este não era o orçamento em que devíamos ser partidariamente irresponsáveis.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que vale é que nesses últimos dois plenários eu estou muito *zen*. Vem o Sr.

Deputado Pedro Neves falar de irresponsabilidade num orçamento com endividamento zero.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sim.

O Orador: E vem um deputado regional, que votou o Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2023, exortar o Governo a não cumprir esta mesma lei que ele aprovou aqui nesta Casa ainda há uns meses.

Deputado Pedro Neves (PAN): Há sempre uma retificação!

O Orador: Isto é uma coisa... Isto é de uma irresponsabilidade nunca vista em nenhum Parlamento do Estado Português! Nunca foi visto!

Deputado Pedro Neves (PAN): Sinto-me tão envergonhado!

O Orador: Certamente que o endividamento zero incomodará algumas bancadas parlamentares. Estão habituados a constituir dívida. Paciência.

Certamente que as opções orçamentais da Iniciativa Liberal, algumas das quais até deram uma ajuda ao Governo para cumprir esse endividamento zero, por exemplo não inscrevendo despesa, por exemplo escrevendo uma norma que obriga a avaliar de forma rigorosa o investimento, certamente que este não é o problema da Região Autónoma dos Açores.

E o problema da Região Autónoma dos Açores no apoio social que as famílias e as empresas precisam não está no facto de a Região não se poder endividar mais do que aquilo que se pode endividar em sede do orçamento. Está nas opções que o Governo fará desse dinheiro que tem disponível.

E, como é óbvio, a Região Autónoma dos Açores carece de rigor nas suas contas.

E uma das formas de introduzir rigor nas contas públicas regionais é não permitir o endividamento.

(Risos do Deputado Pedro Neves)

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu vou citá-lo amanhã ou ainda hoje ao final da tarde!

O Orador: Eu lembro os Srs. Deputados e a câmara em geral que na República, neste momento, em sede de revisão constitucional, um dos grandes debates que se faz, transversal a todos os partidos, é precisamente a inscrição de uma norma constitucional que bloqueie o limite ao endividamento.

Ora, na Região Autónoma dos Açores nós conseguimos ir um pouco mais além. Não precisamos de estar discutindo se é preciso uma norma na Constituição da República Portuguesa ou no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, ...

Presidente: Agradeço termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... temos partidos responsáveis no Parlamento que o fazem em sede do orçamento da Região.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Umás palavras iniciais, Sr. Presidente, para recordar um pouco de alguma arqueologia parlamentar que já aqui fiz noutras sessões. E essa espécie de arqueologia parlamentar para fazer lembrar de onde é que veio o conceito de investimentos de temática pública. Convido as Sras. e Srs. Deputados, lembro ou relembro que podem ir procurar no diário das sessões e nos orçamentos regionais de 2010 ou 2011, aí não juro, a primeira vez que aparece escrito, e escrito pelo Governo, investimentos de temática pública.

Deputada Vera Pires (BE): Tem que mudar o ano das escavações arqueológicas!

O Orador: E qual era o conceito que estava por detrás desses investimentos de temática pública? Eram investimentos públicos que eram feitos fora do orçamento

regional.

E foi a partir desse conceito de investimento de temática pública, que foi introduzido pelo Governo, e que aqui dessa bancada alguém referiu que o então responsável pelas finanças se insurgiu que não existia investimentos de temática pública, ao que foi retorquido que bastava ler o orçamento e ouvir o então Presidente do Governo, mas para dizer que foi nessa altura que se criou esse conceito. O próprio Tribunal de Contas, anos mais tarde, nos seus relatórios, fazia contas àquilo que eram as responsabilidades financeiras futuras.

E se repararem, nos próprios orçamentos, como o de 2023, no plano, por exemplo, há verbas todos os anos, obrigatoriamente, que se referem a investimentos que já foram feitos e que têm que ser pagos, que são rendas.

Deputado António Lima (BE): Tem que haver!

O Orador: Eu dou-lhe o exemplo: as PPP...

Deputado António Lima (BE): Não é só!

O Orador: ... das SCUT e do Hospital de Angra, todos os anos, mais de 50 milhões de euros estão no plano de investimentos...

Deputado António Lima (BE): E as OSP!

O Orador: ... para pagar investimentos que já se fizeram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E é mau?

O Orador: E isto é uma responsabilidade dos anteriores governos, deste governo e dos governos futuros.

Deputado António Lima (BE): E que o PSD concordou!

O Orador: Caros Sras. e Srs. Deputados, isto não é uma opção, é uma obrigação que nós temos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Qualquer que seja o governo, este, do passado, do futuro, a Região, como entidade de bem, tem que pagar essas rendas.

Agora, o investimento do Hospital de Angra já foi feito há alguns anos. Das SCUT de São Miguel há mais anos. Mas temos que pagar. Isto é assim. E é por isso que isso pesa agora e no futuro sobre os orçamentos e os planos regionais.

Deputado Carlos Silva (PS): Os benefícios também não se restringem ao passado, também existem atualmente!

O Orador: Mas já tinha feito esta alusão e esta explicação há algum tempo. Vejo que o Sr. Deputado António Lima insiste, como se isto não tivesse sido devidamente explicado. E não estou a defender este Governo. Estou a defender aquilo que é postura dos Órgãos de Governo Próprio da Região, que têm que o fazer.

Deputado Carlos Silva (PS): Quando lhe dá jeito!

O Orador: Este, o anterior, o futuro. É assim, temos que pagar as responsabilidades que temos.

Naturalmente, se houver, agora ou no futuro, de novo investimentos com esta espécie de engenharia financeira, sem ser no mau sentido, os futuros governos vão ter que os pagar também. Isso faz parte. Isso é assim mesmo.

E sobre os futuros governos e gerações futuras impendem responsabilidades financeiras de investimentos que foram feitos no passado, de despesas que foram feitas no passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, nesse aspeto, eu acho que estamos clarificados.

Quero dar nota também que, por muito que se insista, não podemos torturar a verdade até dizer que ela é mentira. O Sr. Deputado António Lima, ontem, em aparte, reconhecia os sucessos da política económica deste Governo.

(Risos do Deputado António Lima)

Deputado António Lima (BE): Eu não reconheci sucessos! Não, não!

O Orador: E foi algo inaudito, nunca imaginei, mas a evidência é tão grande que ele próprio não o consegue negar. E, portanto, quem tem o crescimento da economia há mais de 22 meses consecutivos, quem tem a maior população empregada da história, a maior população ativa dos últimos 15 anos, o menor rendimento social inserção de muitos anos, o menor o número de programas ocupacionais durante muitos anos, ...

Deputado António Lima (BE): E a pobreza aumenta!

O Orador: ... quem tem a população ativa a crescer, quem tem o combate à precariedade como este Governo tem, quer seja no apoio à iniciativa privada, quer seja no funcionalismo público, tem, obviamente, créditos para apresentar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Eis senão quando o partido que defende o combate à precariedade, que defende o apoio aos mais fragilizados, que defende a criação de emprego, esse mesmo partido que vê tudo isto a acontecer, ...

Deputado António Lima (BE): Sim...

O Orador: ... a economia a responder, os Açores a reagir bem, ...

Deputado António Lima (BE): E a pobreza a aumentar!

O Orador: ... no entanto, apesar de em aparte reconhecer o sucesso destas políticas económicas, consegue tentar encontrar uma narrativa que diz o contrário daquilo que a realidade espelha.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Para lhe dar nota do seguinte também: sabemos que, apesar das críticas que têm sido feitas, o orçamento para 2023 é o orçamento de maior pendor social da história da autonomia.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo)*

Deputado Carlos Silva (PS): Com 25% de cativações!

O Orador: É o orçamento que permitiu aumentar o complemento regional de pensão, o complemento regional ao abono de família, a remuneração complementar em 15%, o apoio à ação social escolar em 22%, que criou uma linha de apoio ao crédito à habitação. E nesse aspeto, posso dar nota, hoje, aqui, em primeira mão, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já deu no outro dia!

O Orador: ... que o CREDITHAB, ...

Deputado António Lima (BE): Estamos à espera!

O Orador: ... e é preciso reconhecer, atendendo ao reconhecimento que Governo tem que fazer daquilo que é preciso corrigir, daquilo que é preciso alterar, e também daquilo que na República se fez recentemente, o CREDITHAB vai ser alterado para a taxa de esforço ser a partir dos 35%.

Deputado Carlos Silva (PS): Há dois meses propusemos isso!

O Orador: O CREDITHAB vai ser alterado, repito...

Eu compreendo o regozijo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e de todos,
...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo)*

... mas a verdade é esta: o CREDITHAB vai ser alterado de maneira a que a taxa

de esforço mínima exigida seja de 35%. E porquê? Porque a nível nacional também agora isso acontece.

Mas eu dou-vos só alguns números: ...

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar, se faz favor.

O Orador: ... no CREDITHAB atual já houve 296 candidaturas. Destas, apenas 26 não foram aceites por causa da taxa de esforço ser 50% e não 35%.

Deputado Carlos Silva (PS): E qual é o valor total apoiado?

O Orador: Esses 26, assumo aqui perante este Parlamento, vão ser contactados individualmente para fazerem de novo a sua candidatura e poderem ter o acesso ao CREDITHAB com a taxa de esforço de mais de 35%.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Termino já, Sr. Presidente. Só dar nota de que, atendendo a este cenário que foi aqui descrito e àquelas informações que acabei de dar, pergunta-se: mas nos Açores está assim tão mau? Então, na República, o apoio ao crédito à habitação deve estar a correr bem! Sabem, na República, quantas pessoas acederam ao CREDITHAB do Governo da República? Zero! Zero!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): É automático, senhor!

O Orador: Nos Açores, já temos quase 300 pessoas. Vamos ter mais. E estamos a apoiar as pessoas, reconhecendo o que é preciso alterar e melhorar. E é assim

que governamos.

Termino mesmo, Sr. Presidente, a dar uma última nota em relação ainda ao que falaram das cativações: sabem qual é a execução do primeiro trimestre de 2023? A execução do plano no primeiro trimestre de 2003 é a maior dos últimos cinco anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nesta declaração política do Bloco de Esquerda, falou que há agora uma diferente narrativa. É verdade, Sr. Deputado, cá está ela, a narrativa de prestar contas, a narrativa de dizer a verdade...

Deputado Berto Messias (PS): Isso!

O Orador: ... e a narrativa de alterar o caminho quando se entende que se deve alterar o caminho que está a ser percorrido! É a nova narrativa dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E o Sr. Deputado António Lima falou também de desculpas. Não, não há desculpas. Sabe porque é que não há desculpas?

Deputado António Lima (BE): Há muitas!

O Orador: Porque assumimos as dificuldades que os Açores enfrentaram quando se iniciou esta legislatura. E tomámos as medidas que eram adequadas para

enfrentar essas dificuldades.

E naquilo que lhe diz respeito em parte da sua intervenção e declaração política, deixe-me lembrar-lhe, Sr. Deputado: nós, quando começamos a legislatura, vínhamos identificando, na oposição e ao longo das últimas legislaturas, em especial aquelas que foram lideradas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro em termos de governação, que o combate à pobreza era essencial para os açorianos poderem aceder ao elevador social. E tomamos as medidas mais importantes que podiam ter sido tomadas por este Parlamento e por este Governo em termos do combate verdadeiro à pobreza nos Açores, que diz respeito exatamente à impossibilidade de as pessoas acederem ao elevador social. E esse combate começou-se por fazer naquelas camadas da população que mais sentiam a dificuldade pelos seus baixos rendimentos, que são os nossos idosos. E aumentámos o “cheque-pequenino”, esta legislatura, praticamente para o dobro, Sr. Deputado.

E nunca vi ainda o Sr. Deputado ter o cuidado de ir àquela tribuna, apesar de reconhecer em aparte, como foi referido pelo Sr. Secretário Duarte Freitas, que a economia até vai andando bem, o senhor nunca reconheceu que esta legislatura procedeu à primeira medida de verdadeiro combate à pobreza, que foi através do aumento do rendimento disponível dos idosos que têm pensões de miséria. E já o têm há muitos anos nesta Região. Como o senhor sabe, 30% da nossa população são idosos. Desses idosos, uma grande maioria deles vive com menos de 400 euros por mês. Se não for o “cheque-pequenino” muitas vezes a retirá-los das grandes dificuldades, agora maiores... E nós antecipamos esse problema, felizmente. Nós aumentámos o “cheque-pequenino” praticamente para o dobro.

E o Sr. Deputado, enquanto quem acha que tem uma narrativa de defesa dos mais desfavorecidos, devia ter o cuidado de falar nesse aspeto, no “cheque-pequenino”, no COMPAMID, no abono de família, naqueles apoios sociais que eram esmolas do Partido Socialista, ...

Voices dos Deputados da bancada do PS: Não apoiado!

O Orador: ... e nós tentámos que passassem a ser apoios à libertação da pobreza por parte daqueles que têm necessidade deles.

Reduzimos o RSI, nos últimos dois anos, praticamente um terço, Sr. Deputado. Isso deve-se àquilo que o Sr. Secretário já disse: mais emprego, mais população ativa, menos precariedade no emprego. E isso leva ao aumento do rendimento das famílias e à redução da pobreza, Sr. Deputado. Como sabe, não é automático.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Mas não podia deixar de fazer uma referência àquela que tem sido a sua postura e a postura do Bloco de Esquerda neste contexto de diálogo e de compromisso parlamentar: o Bloco de Esquerda, talvez, tem tido, esta legislatura, o maior índice ou a maior taxa de propostas aprovadas da sua autoria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sem dúvida!

Deputado António Lima (BE): É porque são cada vez melhores!

O Orador: Nunca, talvez, o Bloco de Esquerda teve tantas propostas suas a vingar no seio da maioria parlamentar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Quer que agradeça?

O Orador: Não, Sr. Deputado, porque não depende apenas de um aprovar as suas propostas.

Este novo paradigma que, de facto, indicia esta nova narrativa, é a narrativa de que, antigamente, aqueles senhores falavam sozinhos e os senhores de vez em quando reivindicavam qualquer coisa, que não eram aprovadas.

Deputado António Lima (BE): De vez em quando?!

O Orador: E os senhores tinham razões para fazer barulho e para protestar. E a

nova narrativa é que o senhor está muito incomodado porque deixou de ter essas razões, porque tem agora uma composição parlamentar que atende àqueles que são os verdadeiros interesses dos açorianos e não apenas aos interesses partidários da maioria absoluta que existia.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, é também essa a nova narrativa que temos e o novo paradigma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E termino, Sr. Presidente, apenas para nota de que esta declaração política também é importante para nós marcarmos aqui um ponto, que é uma nova narrativa e que significa um novo paradigma nos Açores, é que neste Parlamento todos contam, neste Parlamento todos são ouvidos e neste Parlamento também o Bloco de Esquerda se pode fazer ouvir, tal como todos os outros partidos e todos os outros que estão aqui representados.

Deputado António Lima (BE): Sempre pôde!

O Orador: E isso, Sr. Deputado, é a nova narrativa, é o novo paradigma, que, de facto, favorece a democracia e beneficia os açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra porque a declaração política do Bloco de Esquerda permite (aliás, ela própria fá-lo) tratar de um assunto em que o Governo Regional tem sido particularmente insistente nos últimos tempos e que é a questão da pesada herança, da pesadíssima herança que o Governo invoca para tudo e para nada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É melhor assim: pesadíssima!

O Orador: Mas eu acho que a invocação que o Governo faz desta suposta e alegada pesada herança é mais o resultado do Governo estar a ser apanhado pela realidade e estar perdido no labirinto das suas opções políticas, do que propriamente qualquer coisa que corresponda à realidade.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional e a maioria que o sustenta não percebem que há uma contradição que todos os dias se torna patente aos olhos dos açorianos: o Governo diz que fez, que faz, que deu, que aumentou, que reforçou... Mas, então, se há uma pesada herança, ou é irresponsabilidade ou é incompetência...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... tomar esse tipo de medidas de aumento de despesa.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, essa é a principal negação de que há uma pesada herança.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas mais, o Governo agora invoca uma suposta e alegada pesada herança, dois anos e quase meio depois de ter tomado posse. Invoca uma pesada herança depois, como ontem referiu o Sr. Presidente do Governo daquela tribuna, de ter prescindido de 140 milhões de euros de receitas do orçamento regional. Isso

corresponde a uma opção política? Claro que corresponde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que lhe custa!

O Orador: Mas retira-se que nem sequer corresponde a uma opção política do Governo, porque o PSD, no seu programa eleitoral, o que tinha não era isso. E só acedeu a fazer a redução fiscal nos termos em que fez para garantir estar sentado onde está, porque precisava do apoio da Iniciativa Liberal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Depois de prescindir de 140 milhões de euros, o Governo invoca uma pesada herança?! Depois de se ter metido na confusão dos 117 milhões de euros das agendas mobilizadoras, o Governo invoca uma pesada herança?! Depois de não conseguir explicar o que fez a 67 milhões de euros de adiantamento do PRR, o Governo invoca uma pesada herança?! Depois de aumentar os custos com pessoal em cerca de 16 milhões de euros face a 2019, que é o ano normal e comparável, o Governo invoca uma pesada herança?! Depois de ter aumentado os custos com a aquisição de bens e serviços em mais de 10 milhões de euros face a 2019, o Governo invoca uma pesada herança?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a SATA? E o Serviço Regional de Saúde?

O Orador: Não, senhores. Depois de ter aumentado a dívida pública em dois anos mais do que o Governo Regional do Partido Socialista, em média, aumentaria numa legislatura inteira, em quatro anos, os seus invocam uma pesada herança?!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Depois de ter aumentado a dívida pública em dois anos em mais de 500 milhões de euros, segundo os dados do Banco de Portugal, este Governo invoca uma pesada herança?!

Sim, este Governo tem uma pesada herança, mas já é a pesadíssima herança que resulta de dois anos de desgoverno e descontrolo das finanças públicas regionais e não de nada que tenha a ver com os Governos do Partido Socialista.

O Sr. Secretário Regional das Finanças invocou aqui um argumento a propósito daquilo que são as dívidas e as responsabilidades quanto a investimentos já feitos. É verdade. E eu subscrevo a explicação do Sr. Secretário Regional relativamente àquilo que foram os investimentos nas SCUT e o investimento no Hospital da Ilha Terceira.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E na SATA?

Deputado Carlos Freitas (PSD): E no “Cachalote”?

O Orador: Ó Sr. Secretário, mas é assim também em relação ao resto, porque aquilo que foi a dívida contraída pelos Governos do Partido Socialista serviu para providenciar bens, serviços, infraestruturas e investimento que estão a servir todos os açorianos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): E as máscaras?

O Orador: Mas a questão coloca-se de uma forma muito simples: tudo isto o Governo Regional pode fazer porque tem legitimidade para fazer, em termos de cortar nos impostos, em termos de aumentar tudo isto. Mas o problema de base mantém-se. E toda esta conversa demonstra que o Governo Regional ainda não percebeu o seguinte: governar não é isso. Não. O que os senhores estão a fazer não é governar. Os senhores estão a trabalhar para se manterem no Governo! E quem vier atrás que pague conta, porque já se percebeu que isso não dá!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo disse...

(Burburinho)

Eu gostava de concluir.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Qualquer família açoriana sabe que, se cortar no lado da receita, tem que também olhar para o lado da despesa.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente, contando com a benevolência que V. Exa. teve para com os oradores que me precederam.

Qualquer família açoriana sabe que, se cortar no lado da receita, tem que cortar no lado da despesa. Qualquer família açoriana sabe que, se aumentar do lado da despesa, tem que aumentar do lado da receita.

Ora, se este Governo, não interessam as razões, entendeu seguir a questão do endividamento zero, onde é que está a racionalidade da gestão das finanças públicas deste Governo? Onde é que está?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe, não está no Ministério das Infraestruturas, de certeza!

O Orador: Ó senhor, deixe lá o Ministério das Infraestruturas em paz!

Onde é que está a racionalidade da gestão das finanças públicas? Este Governo diz que deu, que dá, que vai dar, que aumentou e, ao mesmo tempo (pode fazê-lo), abdica de receita. O problema coloca-se nos termos em que o Sr. Deputado

da Iniciativa Liberal já o colocou várias vezes aqui: “Isso tem a ver com as opções do Governo.” E são as opções que este Governo não está a tomar, porque não quer, porque não tem coragem ou porque essas opções fariam com que o Governo caísse.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso era o que os senhores queriam!

O Orador: Agora, o que não é possível é enganar toda a gente todo o tempo.

E aquilo que os empresários desta Região começam a perceber, porque têm atrasos de pagamento de apoios e de faturas, é que isto não está a dar certo, como nunca daria certo em qualquer lugar cortar nas receitas e aumentar as despesas. E o problema tem a ver com isso. Este Governo está, neste momento, a ser apanhado pela realidade, começa a perceber que está a crescer-lhe tempo e a faltar-lhe dinheiro.

O problema de tudo isso, os senhores sabem qual é? É quem está a pagar isso são as açorianas e os açorianos, as famílias e as empresas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, quer ver uma narrativa fantasiosa, uma narrativa cinéfila? Acabou de a ver, foi o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que acabou de a contar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Mas já lá vamos. Vou começar consigo, com a sua narrativa, com a autoridade que me oferece o facto de estudar história há muitos anos e escrever um pouco sobre ela. E dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: quero corrigir a sua narrativa em relação à troika. E para isso vou confrontá-lo com os factos. Nada melhor para garantir uma boa narrativa que oferecer-lhe aqui os factos. E os factos são estes, olhem, notícia de 7 de abril de 2011: “Sócrates obrigado a pedir ajuda”. E diz assim: “Portugal foi ontem obrigado a pedir ajuda à Comissão Europeia, sob pena de o país ficar sem dinheiro para financiar a economia. José Sócrates assumiu formalmente o pedido de assistência financeira ao final do dia, invocando uma ameaça real sobre a República e sobre os bancos nacionais, depois de Teixeira dos Santos ter reconhecido, a meio da tarde, essa necessidade.” Não temos dinheiro.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olha o que o desespero faz!

O Orador: Bem, então, pergunto-lhe o seguinte: quem é que chamou a troika? Quem é que chamou a troika para este país? Quem chamou a troika foi o Partido Socialista. Este é o início da narrativa que lhe quero corrigir.

Depois, temos o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que, depois de ter construído uma narrativa fantasiosa, pergunta: como é que é isto possível? Como é que os senhores podem ter crescimento económico? Como é que os senhores podem gerar mais emprego? Como é que os senhores podem duplicar o “cheque-pequenino”? Como é que os senhores podem implementar as creches gratuitas? Como é que os senhores conseguem multiplicar a verba atribuída ao COMPAMID, que permite aos idosos adquirir os medicamentos, quatro vezes? Como é que os senhores conseguem implementar estas políticas de apoio às populações, de crescimento económico, com 22 meses seguidos a crescer? Com a União Europeia a dizer que vamos crescer e a projetar um crescimento de 7%,

que é um crescimento que só é possível verificar nos chamados Tigres Asiáticos, porque a verdade é que crescimentos de 7% é algo sem precedentes, que colocam a Região Autónoma dos Açores a crescer ao nível das melhores na Europa. Um lugar em que o Partido Socialista não nos colocou. E o Sr. Deputado Vasco Cordeiro pergunta: como é que é isto possível? Eu não consigo compreender. Eu não consigo compreender como é que é impossível, porque eu nunca consegui fazer isto. Eu nunca consegui fazer isto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu vou tentar explicar-lhe como é que isto é possível. Sabe uma coisa? Se diminuirmos os impostos, resulta, porque implementa, melhora, auxilia a atividade económica. Quando se diminuem os impostos, implementa-se a atividade económica.

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso é que o PIB divergiu em 2021!

O Orador: E é por isso que há 22 meses seguidos estamos a crescer, porque se paga menos impostos, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E quando cresce a atividade económica por via da redução fiscal, sabe o que é que acontece? Gera-se emprego, Sr. Deputado. E é por isso que nós temos o maior número de empregados na Região Autónoma dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado, deixe-me continuar a explicar-lhe a lógica destas coisas, que V. Exa. ficou sem compreender. Também lhe explicar o seguinte, Sr. Deputado:

quando se gera emprego, o que é que acontece à precariedade? Diminui, porque nós terminamos com os programas ocupacionais de que V. Exas. viviam e pelos quais davam uma subsistência à população e a colocavam sob a vossa dependência política. E isso terminou! E nós temos combatido a precariedade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E em relação ao rendimento social de inserção, que reduziu um terço, isso demonstra também que gerando emprego é possível diminuir a dependência das pessoas, como acontecia em relação ao rendimento social de inserção.

V. Exa. pergunta: mas como é que é possível? É fazendo de forma diferente do que fez V. Exa., Sr. Deputado, com mais resultados!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminei já. Eu não posso deixar de dizer aqui uma palavrinha: SATA. A falência da SATA e de muitas outras estruturas na Região Autónoma dos Açores, porque os senhores deixaram as empresas públicas desta Região num marasmo total, absolutamente endividadas. Esta é que é a verdade. Estas empresas... Não sou eu que o digo, são as auditorias, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que são hoje públicas, que demonstram a falência absoluta em que os senhores deixaram o setor público empresarial regional.

E nós, neste momento, estamos a salvar a SATA. Sim, a salvar uma empresa que

é crucial para os Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nota-se!

O Orador: E, por isso, Sr. Deputado, o que eu lhe quero dizer, o senhor não compreende.

E eu quero terminar, Sr. Presidente, dizendo isto: isto quer dizer que V. Exa. continua agarrado a uma estratégia política e quer implementar uma estratégia política que não funcionou. V. Exa. ainda não percebeu porque é que as políticas implementadas pelos seus governos não funcionaram. E V. Exa. não consegue compreender porque é que nós estamos a ter êxito onde V. Exa. não teve. Temos, porque estamos a fazer diferente. Temos, porque temos políticas ambiciosas do ponto de vista económico.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Por isso é que estamos a divergir!

O Orador: E termino. Só com o crescimento económico é que é possível resolver os problemas sociais. Temos que gerar mais riqueza, para que essa riqueza seja distribuída pela população. E é por isso que estamos a ter êxito! E V. Exa. não conseguiu ter!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi isso que eu referi! Os Açores estão a divergir em termos de criação de riqueza!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, eu notei nas intervenções que se seguiram, em resposta à declaração política que preferi daquela tribuna, dois aspetos que não posso deixar de salientar. Em primeiro lugar, o Governo, através do Sr. Secretário Regional das Finanças, não comentou nem tentou sequer rebater os números de 400 milhões de euros de responsabilidades financeiras futuras em 2021 que os senhores criaram.

Deputada Vera Pires (BE): Ora bem!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não me deixaram acabar!

O Orador: Bem, à luz do seu critério, do critério do Governo, ficou muito mal na fotografia. O que também demonstra o absurdo que é continuarem a falar. Aliás, o PSD, ainda o outro dia, fez uma nova conferência de imprensa a anunciar esse absurdo número.

Em segundo lugar, ainda ontem, nem o Sr. Presidente do Governo nem o Sr. Secretário das Finanças se dignaram a explicar a martelada que fizeram nas contas da SATA: 20 milhões de euros de impostos diferidos para apresentar um resultado melhorzinho.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): O senhor já está tirando conclusões e ainda não ouviu as pessoas!

O Orador: E era bom que ouvíssemos explicações.

E também não deixa de ser curioso e de assinalar que se queira fazer uma comissão de inquérito à SATA, uma nova comissão de inquérito à SATA – e terá o nosso voto favorável – até 2019, mas queiram esconder, queiram branquear os

anos de 2020, 21 e 22. E porquê? Porque é que querem esconder esses anos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Isso não é verdade!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isso não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não tem necessidade disso! O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: Mas falemos de resultados. Nós vivemos, infelizmente, num tempo desafiante, num tempo de crise. Crise para muita gente, muita gente que não tem efetivamente como chegar ao fim do mês.

E os senhores vêm-nos sempre dizer a mesma lengalenga das medidas que implementaram antes sequer de haver inflação a esse nível, em 2021. E acham que são essas medidas que justificam a vossa inação no momento?

Aliás, falemos de resultados económicos. O PIB, em 2021, nos Açores, foi o que menos cresceu no país. E esse é o resultado económico positivo que querem apresentar?! É esse o resultado positivo, que os Açores estão mais pobres, cada vez mais pobres do que o resto do país?! A pobreza aumentou em 2021. Talvez os dois assuntos estejam relacionados.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): A inércia das políticas de 2020!

O Orador: Os serviços públicos na saúde, por exemplo, estão uma desgraça. O acesso à saúde está uma autêntica desgraça. Porque o investimento que fazem, essencialmente, é, por exemplo, para dar mais um subsídio. Aqueles que são contra os subsídios e a subsidiodependência, subsídios para pagar salários, para pagar o salário mínimo, para manter as pessoas pobres. Aí o Governo encontra sempre dinheiro. E em cada política há responsabilidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E já chega, já basta de encontrarem desculpas para as vossas políticas erradas, para a vossa inação e para não, efetivamente, responderem àquilo que os

Açores precisam. É a herança. É o Governo da República. É a dívida. Tudo é desculpa para o Governo não assumir responsabilidades.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: É altura de as assumirem.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Mas a economia está bem, ou não?

O Orador: Dois anos e meio já é mais do que tempo de este Governo ter algum pingo de responsabilidade.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): E a economia está bem, ou não?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política. E encerramos os nossos trabalhos também esta manhã para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 21 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos trabalhos da nossa agenda.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Estávamos ontem a discutir o ponto 5 da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII.**

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde. Então, neste momento, a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pior que errar é persistir no erro. E esta proposta do Governo, naquilo que se refere à carreira de enfermagem, à valorização do tempo de serviço, pode entender-se como uma aleivosia, conforme nos transmite a Ordem dos Enfermeiros no parecer, também, que todos nós temos em posse, sob pena de se introduzir uma situação de desigualdade sem qualquer fundamentação e violar as legítimas expectativas detidas pelos enfermeiros, atentos ao regime da referida norma.

É que os sindicatos, já em 2021, haviam solicitado e intercedido junto da Secretaria Regional da Saúde e Desporto para que não fossem perdidas as progressões na carreira de enfermagem e as respetivas valorizações remuneratórias, bem como os pontos de avaliação remanescentes. E estou a citar o parecer do sindicato a propósito de uma petição que esteve em apreciação na Comissão de Política Geral: “Infelizmente, essa solicitação não foi aceite pela Secretaria Regional da Saúde e do Desporto”.

E, portanto, tendo em apreciação já estas petições, conforme estiveram na Comissão de Política Geral, que, aliás, mereceram a concordância naquilo que diz respeito às reivindicações manifestadas pelos peticionários e por um grupo de enfermeiros que se viu injustiçado pelo acordo celebrado por este Governo em 2021, da parte do CDS-PP, pela voz do Sr. Deputado Pedro Pinto, referiu que o objetivo desta audição era esclarecer a questão destes enfermeiros e que, da parte do CDS-PP, enquanto partido da coligação, não pretende excluir ninguém. E, portanto, se, do ponto de vista legal, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente! Do ponto de vista legal. É isso mesmo!

O Orador: ... for possível fazer esta contabilização do tempo de serviço, o mesmo deverá ser feito. E estamos precisamente aqui com uma proposta para introduzir um regime que possibilite a legalização daquilo que todos nós pretendemos para a carreira de enfermagem. E, portanto, o CDS-PP tem este entendimento.

Também tinha o PSD, através da Sra. Deputada Ana Quental, que referiu que, havendo a possibilidade de se contabilizar este tempo de serviço, o mesmo deve ser contabilizado.

E, portanto, neste sentido, foi feito um percurso, aliás, como também foi explícito nos pareceres dos sindicatos, de que esta negociação decorreu ao longo do ano de 2021, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Está enganado!

O Orador: ... que depois culminou no acordo que todos nós sabemos, que criou estas injustiças para os enfermeiros. E, portanto, não havendo aceitação, da parte da Secretaria, destas reivindicações por parte dos sindicatos, a verdade é que, em novembro de 2022, através do Decreto-Lei n.º 80-B/2022, na República, passou-se a considerar o tempo de serviço e a sucessão na posição jurídica de empregadores públicos, incluindo entidades com natureza pública e empresarial. E, portanto, parece que só depois de a República, efetivamente, manifestar este entendimento é que o Governo Regional foi a reboque e nos apresenta esta proposta.

Contudo, é uma proposta coxa, na medida em que...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O Sr. Deputado Vasco Cordeiro é que resolvia a situação. Os sindicatos bem que reivindicavam!

O Orador: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, é uma proposta coxa, na medida em que o CDS-PP, o PSD, com o entendimento que manifestaram na Comissão de Política Geral, na audição que foi feita a estes peticionários, nos apresenta uma proposta que em nada acrescenta àquilo que é a proposta do Governo Regional, que é: zero alterações ao artigo terceiro. Ou seja, não fazem qualquer...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): A explicação eu já fiz!

O Orador: Não, eu continuo sem perceber porque é que deixam de fora os enfermeiros contratados a termo. E é isso que eu gostaria de perceber da parte do Governo e da parte da coligação, mas sobretudo do Governo, porque estamos a

discutir a generalidade e não estamos a discutir, neste momento, ainda, as propostas. É o porquê de o Governo deixar de fora os enfermeiros com contrato a termo. Porquê não incluir os enfermeiros contratados a termo, para que tenha efeitos o tempo de serviço que eles prestaram nas unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde?

Isto contrasta com a intervenção, como eu referi ontem, do Sr. Presidente do Governo, na comunicação que fez a esta Assembleia, em que diz que este Governo se propõe a proporcionar estabilidade no vínculo laboral, tão submetido que estava aos sucessivos contratos de termo certo, geradores de instabilidade.

Portanto, neste sentido, porque é que o Governo, com a proposta que nos apresenta, cria, mantém e perpetua essa instabilidade junto dos enfermeiros?

E porquê não incluir os enfermeiros com contrato a termo no artigo 3.º da proposta que nos apresenta?

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Quental, faça favor.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, vem agora o Sr. Deputado Tiago Lopes falar que este acordo feito agora vai-nos criar injustiças. E é bom lembrar que injustiças tiveram os senhores porque nunca fizeram absolutamente nada, zero! Foi o que fizeram pelos enfermeiros, zero! Tiveram três anos para resolver esta situação e não resolveram!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Nós temos aqui uma proposta, na legislatura anterior, feita pelo PSD, em novembro de 2019, para o reposicionamento e a valorização remuneratória dos enfermeiros. E o que é que foi feito? Foi rejeitada pelo PS.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Teve um acordo de todos os outros partidos, mas foi rejeitada. Portanto, tiveram três anos para resolver. E vêm agora, sem credibilidade nenhuma, dizer que este DLR não resolve. Resolve, sim, senhor. Resolve todas as situações.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Este DLR vem colmatar todas as lacunas que existiram na lei, enquanto o Governo estava a trabalhar e a resolver as situações. Porque, realmente, se fosse fácil, tinham feito, mas não fizeram.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: E os problemas vão aparecendo quando se vai trabalhando. E foi agora na contagem do tempo e nas especificidades de cada situação que se viu que havia realmente entraves jurídicos que não permitiam ao Governo acabar de resolver.

Neste momento, consegue-se resolver, efetivamente. Houve o enquadramento legal com 80-B, que surgiu a nível nacional em novembro de 2022, que, efetivamente, ajuda a resolver a nível regional todos os enfermeiros que estavam nas EPE e que passaram para o Serviço Regional de Saúde. E assim, felizmente, conta-lhes o tempo.

Para além disso, resolve aquilo que é mais importante: o facto de ter sido revogado o diploma n.º 437, da avaliação do desempenho, que, neste momento, permite-nos resolver a situação de centenas de enfermeiros. Portanto, isto resolve. E é este Governo que está a resolver.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Grande injeção, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária da tutela apresentou-nos, ontem, a proposta do Governo como sendo a reposição integral dos direitos e garantias que faltavam, em vários aspetos, até agora, nas carreiras dos enfermeiros. Afinal, não era verdade. E tanto não era verdade que a coligação de direita se viu obrigada, no final da tarde, a apresentar uma proposta de alteração que contempla quase todas as alterações propostas pelas oposições.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Diga lá quantas é que não ficam!

A Oradora: E este “quase” é importante. Quando a Sra. Deputada Ana Quental diz que todas as situações ficam resolvidas com a proposta do Governo, isso não é verdade.

Deputado João Vasco Costa (PS): É falso!

A Oradora: Não é verdade tendo em conta a proposta original do Governo e continua a não ser verdade com a proposta de alteração dos partidos da coligação,

que tiveram até mais do que tempo para fazer o trabalho de casa e copiar as propostas quer do Bloco de Esquerda, quer do PS.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É preciso ter coragem!

A Oradora: Acredito que não por incompetência, mas por falta de vontade política para resolver uma das questões, não fizeram uma proposta exatamente nos mesmos termos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Francamente!

A Oradora: Não nos digam, portanto, que todas as situações estão resolvidas ou ficam resolvidas com o texto original do Governo e a proposta de alteração da coligação, porque isso não é verdade. E, com certeza, vamos ter a oportunidade de verificar isso na apreciação e votação na especialidade.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas, e não só, para dizer que o Chega acompanha esta proposta, mas para relembrar o papel importante que tiveram os nossos enfermeiros, e não só, todos os profissionais de saúde, numa crise pandémica que atravessámos, que ainda, de certa forma, vamos sentindo alguns efeitos. Nós temos sempre que agradecer.

É verdade que não se pode agradar a todos. Aliás, quando se agrada a todos, algo está muito errado. É verdade que, possivelmente, muito vai falhar neste diploma e terá que ser melhorado. Isto é verdade. Mas é verdade que vai melhorar, vai repor a verdade e vai repor a justiça para muitos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, eu quero para todos, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. Eu quero para todos. Eu não quero é dar tudo a todos, tem que ser dentro daquilo que é o aceitável, o equilibrado e daquilo que se consegue fazer. O tempo de dar tudo

a todos já lá vai e tem umas asas. Tem umas asas e não voa.

Sr. Presidente, é isto. E muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há coisas incríveis. Então, o líder da oposição, antes do almoço, diz: os senhores são uns esbanjadores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não disse isso! Falso!

O Orador: Os senhores são esbanjadores, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

O Orador: ... gastam o que têm e o que não têm.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

O Orador: Depois, o que é que querem? É preciso olhar para os dois lados, para o lado da receita e para o lado da despesa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E é mentira?

O Orador: O senhor disse isso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E é mentira?

O Orador: E agora temos a bancada do Partido Socialista. Depois de S. Exa. o Deputado Vasco Cordeiro ter feito este discurso, temos agora o discurso do resto dos Deputados, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Da outra bancada!

O Orador: ... da outra bancada do Partido Socialista, a bancada mais numerosa, que é o discurso de: só isso?! Isso é pouco. Isso é muito pouco. Vocês só estão a olhar para o lado da receita e não estão a olhar para o lado da despesa?! Então, não acham que é pouco?! Não acham que é pouco aquilo que estão a dar neste momento e que estão a atribuir e que estão a recompensar?!

Eu pergunto-me: mas isto estava resolvido? Sr. Deputado Tiago Lopes, onde é

que V. Exa... Havia um programa que perguntava: onde é que estava antes do 25 de Abril? Eu pergunto: onde é que V. Exa. estava no dia 1 de setembro de 2020? Lembra-se?

Deputado Francisco Coelho (PS): A gente até se lembra onde V. Exa. estava!

Deputado Manuel Ramos (PS): Estávamos a braços com uma pandemia!

O Orador: Em relação a esta matéria, qual era a sua posição nesta matéria? Que passos concretos V. Exa. deu para resolver este problema, este e outros problemas em relação à valorização da carreira dos enfermeiros? Quer fazer o favor de me responder a essa pergunta?

Agora, o que eu vejo é que adotam sempre a mesma tática, que é: é sempre pouco. Há pouco, discutíamos o Estatuto da Carreira Docente. Vi pela primeira vez o Partido Socialista a aplaudir uma proposta do Governo. E o que é que achavam? Achavam que nós tínhamos avançado muito, mas que era possível avançar muito mais. Eu concluo o seguinte: o Partido Socialista, quando não está no poder, é melhor governo, é mais generoso, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... é mais atento, é mais humanista, é mais mãos-largas. Eu acho que V. Exas. estão no sítio correto. Aí são generosos, são bonzinhos para o povo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Por isso, é evidente que esta é uma proposta equilibrada, é uma proposta que é feita dentro do contexto da lei, daquilo que é possível fazer e daquilo que é a disponibilidade da Região Autónoma dos Açores.

E eu tenho a certeza de uma coisa, que se resolve um problema, mais uma vez, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que é uma herança. Uma herança que V. Exa. deixou e que agora vai ser resolvida com esta proposta. E há centenas e centenas de enfermeiros que vão ficar numa situação muito melhor do que V. Exa. deixou quando terminou a sua legislatura.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chegando a esta fase do debate e uma vez que já ontem e hoje repetiram esse argumento por parte da oposição, dizer que os partidos que suportam o Governo apresentam as suas propostas de alteração assim que entendem fazê-lo, dentro daquilo que está previsto no Regimento. E era o que mais faltava estarem agora a acusar-nos do *timing* em que apresentamos as propostas de alteração!

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

A Oradora: Porque já ontem fizeram e hoje voltaram-no a fazer.

Depois, dizer que, já ontem, o discurso era que o diploma não era satisfatório porque existiam propostas de alteração. Até existiam propostas de alteração, vejam bem, por parte dos partidos que suportam este Governo. Pois, eu percebo muito bem o espanto do Sr. Deputado Tiago Lopes, porque, no passado, as propostas que vinham do Governo eram imaculadas e o Partido Socialista não podia fazer nenhuma alteração.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É essa a mudança. Já não é a primeira vez que apresentamos propostas de alteração e fazem-nos essa crítica. Exatamente. E muito bem. Por isso, não percebo qual é o espanto de apresentarmos propostas de alteração àquilo que são as iniciativas do Governo. Ainda bem que o fazemos, porque analisamos, porque temos o trabalho da comissão, porque ouvimos os parceiros.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E fazemos as propostas de alteração dentro daquilo que permite o Regimento, assim que e quando entendemos.

Depois, também, já ontem, o Sr. Deputado Tiago Lopes falava que esta iniciativa não era satisfatória dado o parecer dos sindicatos. Por isso, esta iniciativa não era satisfatória. Pronto, dando mais relevo a um dos sindicatos em detrimento de outro. Porque quero recordar que um dos sindicatos disse taxativamente que concordava. E este sindicato, o segundo parecer, não diz que não concordava, dá sugestões, como acontece n vezes aos diplomas que estão em análise.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: Mas já que o Sr. Deputado Tiago Lopes refere, ainda hoje referiu outra vez a situação dos sindicatos não estarem satisfeitos, pois bem, Sr. Deputado Tiago Lopes, a pergunta que lhe faço é: quando saiu a Circular Informativa n.º 27, de 29 de novembro de 2019, em que houve muita contestação e muita polémica por parte dos enfermeiros porque veio tornar uma situação que eles consideravam que era ilegal e que era abusiva e que era lesiva, o que é que aconteceu? Teve que

vir o Sr. Presidente de então, Vasco Cordeiro, resolver a situação. E tínhamos os sindicatos a fazer greves, a contestar, a fazer n situações. E foi isto que aconteceu.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, há bocadinho, o Sr. Deputado Tiago Lopes dizia que éramos incoerentes. Incoerente é essa sua posição e as coisas que afirma! Como se houvesse alguma incoerência em termos discutido o diploma em comissão, em termos avaliado os pareceres, termos reunido com os parceiros e apresentado propostas de alteração daquilo que entendemos que é melhor, que aperfeiçoa o diploma e que clarifica, para não haver situações, como já aconteceu até com os próprios técnicos de diagnóstico e terapêutica, que depois possam levar a segundas interpretações e que não se execute aquilo que esta Assembleia determinou e que era o entendimento desta Assembleia.

E por forma até a clarificar, como até ainda ontem, na minha primeira intervenção, tinha referido, foi nesse sentido que apresentamos estas propostas de alteração. Mas, agora, parece que isso faz com que o diploma não tenha qualquer valor, que seja uma tragédia, quando este diploma vem resolver problemas que ficaram ainda desde 2019!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, para terminar, só dizer que, relativamente à questão do contrato a termo, exatamente, o que dissemos na comissão foi aquilo que era previsto legalmente e que era possível legalmente. E o entendimento que tivemos e dos

pareceres que tivemos, é que, realmente, o Código do Trabalho, a termo, confere uma natureza jurídica diferente. E os pressupostos que fazem com que exista um contrato a termo, seja incerto, seja a termo resolutivo, são diferentes daquilo que é um contrato por tempo indeterminado. É isto que refere o Código do Trabalho. E é nesse sentido, é essa a nossa interpretação, é legítimo não concordarem, mas é essa a nossa interpretação, por isso não termos feito nenhuma alteração ao artigo 3.º, como eu já tinha explicado ontem.

E, portanto, nada daqui é incoerente. Não há nada aqui que não seja satisfatório, antes pelo contrário, este diploma é satisfatório. Quer a ordem, quer os próprios sindicatos, estão satisfeitos. A verdade é que em todas as negociações os sindicatos, e muito bem, querem sempre ir mais além, fazem sugestões, e ainda bem que o fazem.

E, portanto, é este diploma que estamos a discutir neste momento que vem resolver problemas que ficaram desde 2019.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Tem que passar a viver na realidade, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, é satisfatório. Este diploma que está a ser apresentado aqui é satisfatório, mas não é o ideal. E não é ideal por uma razão

extremamente simples: estamos a fazer uma injustiça. E ao fazer uma injustiça, estamos a fazer uma divisão dentro do próprio setor. E é isso que as propostas de alteração querem colmatar neste diploma, que não é coxo, como o Sr. Deputado Tiago Lopes está a dizer, muito pelo contrário, tenta resolver várias situações que não foram resolvidas no passado. Mas não é o ideal por causa da injustiça, unicamente.

Espero que não seja teimosia de egos apenas para não aprovar as propostas de alteração que foram apresentadas pelo Bloco de Esquerda relativamente a pequenas injustiças, que podem ser grandes celeumas.

Agora, há temas que deviam ser tabus para vários partidos políticos, mas não são. Eu vejo o Sr. Deputado Tiago Lopes, do PS, outrora Diretor Regional da Saúde, a quem devia ser um tema tabu, mas está aqui a espicaçar o monstro, a dizer que isto é coxo. Devia ser tabu. Devia ter vergonha na cara, mas não tem vergonha na cara.

Deputada Ana Luís (PS): Ó Sr. Deputado!...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Ordem dos Enfermeiros envia uma carta aberta a Vasco Cordeiro, em 2 de setembro de 2020, a dizer: vamos fazer greve, isto está muito mau. Vocês não cumprem com aquilo que dizem que têm que fazer.

Os outros partidos fazem um diploma aqui, é chumbado.

A meio da campanha eleitoral – e a campanha eleitoral é um jogo em que as regras deviam ser iguais para todos –, em 27 de setembro de 2020, enfermeiros açorianos desconvocam greve devido ao empenho de Vasco Cordeiro. A meio de uma campanha! Isto é aquilo que não se pode fazer na política, porque o jogo não é exatamente igual.

O Sr. Deputado Tiago Lopes não está a ajudar o Sr. Deputado e líder da bancada, Vasco Cordeiro, porque devia estar um pouco mais silenciado relativamente ao que é que é coxo e ao que é que não é coxo, porque não foi resolvido pelo Governo

anterior. Está a tentar resolver agora. Aliás, já é tarde, já devia estar resolvido. Não está coxo, é satisfatório, mas é injusto.

Gostaria pelo menos de pedir às outras bancadas que aprovem pelo menos as propostas de alteração, que aí conseguimos reduzir esta injustiça.

Mas, Sr. Deputado Tiago Lopes, há determinadas coisas que a gente devia falar um pouco menos ou suavizar um pouco mais e não espicaçar o monstro, porque ele, depois, obviamente, também tem voz e vai buscar, obviamente, a história. E a história não é muito abonatória para o PS relativamente aos enfermeiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Sim, senhor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, eu peço a palavra para defesa da honra.

Presidente: Para defesa da honra, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para defesa da honra, porque não me posso rever de modo algum nas palavras do Sr. Deputado Pedro Neves. O Sr. Deputado Pedro Neves teve uma intervenção que eu penso que é lamentável. Não o faria relativamente a ele nem a qualquer outra Sra. ou Sr. Deputado desta Assembleia. Referindo-se a mim como não tendo vergonha na cara.

Eu tenho vergonha na cara e tenho orgulho em todo o percurso profissional, de dirigente, de gestor, seja do que for, ao longo dos últimos anos. E, aliás, isso até foi expresso, e não posso deixar de referir, pelos enfermeiros, nas petições que nós tivemos em apreço na Comissão Política Geral, em que fazem menção precisamente a esse passado histórico e aos compromissos que foram assumidos pelo Governo anterior. E eu passo a citar: “É indo ao encontro desta premissa que o acordo celebrado entre o anterior Governo Regional e o Sindicato dos

Enfermeiros Portugueses abrangia todos os enfermeiros, desde que as funções tivessem sido desenvolvidas no âmbito do Serviço Regional de Saúde.”

E honrando esse compromisso, sem qualquer vergonha na cara, é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta que corrige esta injustiça que o Governo Regional, na proposta que nos apresenta, irá perpetuar, que é: incluir os enfermeiros com contrato a termo.

E esta é uma situação muito simples. Não venham falar em questões de despesas e de receitas. Porque eu pergunto, então: quanto é que vai custar incluir...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): E a defesa da honra?

O Orador: E, portanto, eu pergunto: se a questão é da despesa, então é preferível 60 mil euros num estudo que a EMAFIS vai fazer do que pagar a estes enfermeiros com contrato a termo e contar o tempo de serviço que eles prestaram no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, querendo, pode dar explicações. Faz favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento que seja necessário usar esta ferramenta regimental devido à honra de uma pessoa. Eu simplesmente constatei factos, verdades, com notícias.

Deputada Ana Luís (PS): Não, o senhor foi ofensivo!

O Orador: Se é ofensivo ou não, peço imensa desculpa, as minhas palavras, por um lado, podem, pela virtude, elogiar alguém, mas há sempre alguém que vai ficar ofendido, porque a ofensa em si é individual. E eu não vejo isso como uma ofensa.

Não houve vergonha na cara, porque as regras do jogo foram completamente adulteradas nessa determinada parte temporal que eu estava a falar. Essas regras do jogo foram completamente conjuradas por um partido político. E não houve vergonha na cara relativamente a isso. E admito novamente. Se alguém é ofendido, eu já não tenho a culpa, a culpa já não é minha.

Deputada Ana Luís (PS): O senhor é que está a ofender!

O Orador: Eu já não poderei ajudar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pede a palavra para...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Eu já dei a oportunidade ao Sr. Deputado Tiago Lopes de defender a honra...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o Sr. Deputado Pedro Neves insiste, envolvendo o meu nome naquilo que foi uma atuação antes das eleições. E, portanto, eu peço a palavra para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para defesa da honra, mas não vamos passar a tarde nisto, não é?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não, senhor.

Sr. Deputado Pedro Neves, eu gostava só de lhe dizer o seguinte: o Sr. Deputado tem a sua forma de se expressar, que é legítima. Mas, se me permite, eu gostava de lhe recomendar algum cuidado, porque aquilo que o Sr. Deputado acha e qualifica da forma como o Sr. Deputado qualificou, mesmo numa situação de discordância política, diz muito mais de si do que diz de mim, do Partido Socialista ou do Sr. Deputado Tiago Lopes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é uma ofensa, é uma deselegância!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isso não é elegante!

O Orador: E, sobretudo, o Sr. Deputado Pedro Neves, que esta manhã teve uma intervenção a propósito do endividamento zero, que o senhor aprovou no orçamento, da maneira como esteve e usando aquilo que disse, não viu da minha parte nem de nenhum Deputado do Partido Socialista atribuir-lhe o qualificativo que o senhor agora usou, porque, se apreciássemos aqui dentro aquela que é a atitude política uns dos outros dessa forma, estaríamos muito, muito mal.

Se o senhor não consegue mostrar discordância política de outra forma, faça um esforço, então, para manifestar a sua discordância política de uma forma que seja respeitosa para aqueles que estão aqui dentro, para aqueles que elegeram os que estão aqui dentro, mas, sobretudo, que seja digna da forma como, em geral, o Sr. Deputado se têm expressado nesta Casa, com toda a veemência, com toda a discordância, mas esse tipo de qualificativos, na minha opinião, é um mau serviço a esta Assembleia e a quem nos elegeu.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, querendo, faz favor, tem dois minutos para dar explicações.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há determinadas formas de sugerir. Outra coisa é usar termos de paternalismo ou de autoridade sobre outro deputado, apenas da forma.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Exatamente!

O Orador: Não gosto do tom, não admito o tom a ninguém nem nunca vou

admitir!

Deputada Ana Luís (PS): Então, não seja ofensivo!

Deputado João Vasco Costa (PS): Ao senhor todo o tom é dado, aos outros é que não!

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Pedro Neves.

O Orador: E, por mim, o desrespeito que acham que eu fiz por simplesmente adjetivar aquilo que eu adjetivei, é exatamente o mesmo desrespeito que foi usado. E nós podemos escamotear aquilo que se faz dentro de uma campanha eleitoral.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E não se pode vestir a t-shirt de “Vota PS” para a t-shirt de “Presidente do Governo”. E isso foi usado nessa altura. E foi a colagem que eu estou a fazer relativamente a este diploma. Se acham à partida que eu desrespeitei, tudo bem, respeito também.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Não respeito, obviamente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o tom professoral, de autoridade sobre mim, do qual eu não entendo. Então, não vou sequer acatar. Muito obrigado. Às vezes, é mais as ações do que as palavras, Sr. Deputado.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade ao debate. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Quental, faça favor.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, nós estamos a trabalhar. E este Governo está a trabalhar com responsabilidade para resolver de forma legal e juridicamente correta, para resolver todas as situações laborais referentes aos enfermeiros.

Quem criou os hospitais EPE não foi este Governo, foi criado pelo PS em 2007,

portanto, criando as injustiças, as diferenças dos tipos de contratos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vai extingui-los. A Sra. Deputada faça a proposta, estamos à espera!

A Oradora: Pronto, quem andou a discriminar os enfermeiros foi precisamente o PS. Este acordo que o Sr. Deputado Tiago Lopes fala, que foi feito no dia 21 de outubro de 2020, a quatro dias das eleições, é que discrimina os enfermeiros, quando diz que os enfermeiros de contrato individual de trabalho, trabalhando nas EPE, têm direito a um ponto. E os enfermeiros com contrato em funções públicas têm direito a um e meio. Isto, sim, é discriminar. Porque este Governo está a dar um e meio a todos os enfermeiros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Quando o Sr. Deputado diz que, efetivamente, no acordo que foi feito nesta altura incluía todos os contratos a termo e os não a termo, efetivamente, não discrimina corretamente o que acontece quando essas pessoas mudam de vínculo, mudam de instituição, porque a verdade é que podem até ter tido o entendimento, mas nunca o fizeram e nunca se comprometeram a escrevê-lo de maneira que não trouxesse dúvidas.

Portanto, do ponto de vista formal, foi este Governo que tomou a decisão política e partiu para a concretização efetiva de atualizar as carreiras de todos os enfermeiros.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Qualquer interpretação dúbia desta lei pode levar à não aprovação deste DLR.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Há determinadas situações que podem dar resposta àquelas que são as situações pontuais resultantes da opção individual de alguns enfermeiros, que possam realmente ter sido tomadas conscientemente, porque, a todos os enfermeiros que estavam na instituição a termo certo, todo o tempo lhes foi contado. E isto, efetivamente, está aqui, simplesmente não esclareceram em relação aos que alteravam o vínculo.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, de facto, fico bastante surpreendida com o rumo que este debate leva, porque o Governo trouxe a esta Casa um diploma que vinha corrigir injustiças, que seria um diploma que eu até posso aceitar que não merecesse total concordância ou que houvesse divergência em alguns pontos, mas que nunca deixasse transparecer

aquilo que as pessoas e os enfermeiros que nos ouvem em casa podem estar a pensar neste momento, que é tão simples quanto isto: em meu entender, quem não acompanha este debate pensa que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda estão contra o diploma e estão contra os enfermeiros.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Esse é um argumento primário, é como o da Venezuela! Quando não há mais nada para dizer...

A Oradora: E, como disse, não estava à espera que este diploma reunisse a total concordância em alguns pontos. Era expectável que surgissem propostas de alteração. É normal que isso aconteça. Vivemos numa democracia. E, portanto, o Governo também está aqui para corrigir aquilo que é passível de ser corrigido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não posso aceitar que palavras como aquelas que ouvimos também já neste debate metam em causa ou façam querer transparecer, até menosprezar o diploma em que aqui estamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Dizer que o diploma não é satisfatório.

Deputada Vera Pires (BE): Tanto não é que a própria coligação considera isso!

A Oradora: Dizer que esta é uma proposta coxa. Mas, então, o que é que acontecia até agora? O que é que foi feito até agora? Não havia nada que viesse resolver esta situação! Não havia nada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta é uma boa proposta. Esta é uma proposta que serve a pretensão da classe de enfermagem, mais uma vez, por muito que custe, que foi negociada com os sindicatos, é verdade. Há um dos sindicatos que até escreve o seguinte: “O Sindepor analisou o documento enviado por V. Exa. e concorda na íntegra com o seu conteúdo.”

Portanto, querer fazer este debate com base no parecer de um dos sindicatos, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputada Vera Pires (BE): E a senhora está a fazer com base no outro!

A Oradora: ... não é correto e não vai de encontro àquilo que serve a maioria da classe de enfermagem.

O Governo reconhece que há pontos que devem ser corrigidos. Muito bem. Se isso vem, em certa parte, acabar com injustiças, pois estamos cá para o fazer.

Agora, não consigo e acho que é um desmerecimento total pela classe dizer que é uma proposta coxa, dizer que é uma proposta insatisfatória, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não tem nada a ver com a classe!

A Oradora: ... quando coxa e insatisfatória foi a postura nesta matéria de alguns Srs. Deputados desta Casa que, perante a possibilidade de reconhecer e regularizar aquilo que era injusto, não o fizeram. Isso é que foi coxo e insatisfatório!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E termino dizendo, em relação à primeira proposta de alteração, apesar de ainda não estarmos na votação na especialidade, ao Sr. Deputado Tiago

Lopes que, obviamente, se o Governo vem aqui corrigir certas injustiças e outras situações, também estaria disponível para corrigir os doze enfermeiros que foram abrangidos pelo contrato a termo, ao qual nós não podemos acompanhar a vossa proposta porque isso, obviamente, mete em causa todos os outros enfermeiros ao poder pôr em causa o veto deste diploma. Por isso, o Governo não pode dar essa aceitação. E estamos aqui para corrigir o diploma, se for esse o caso.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é o Governo que vota, Sra. Secretária!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, temos aqui uma divergência de entendimentos naquilo que concerne efetivamente a uma questão factual, que é: a proposta do Governo não inclui os enfermeiros com contrato a termo. E sabemos isso perfeitamente, que não é do acordo dos sindicatos.

E importa ter aqui em consideração que tivemos dois pareceres e uma posição. O Sindepor emitiu-nos a sua posição, não nos deu um parecer. Um parecer tem um enquadramento jurídico, tem a sua apreciação relativamente à matéria. E o Sindepor enviou-nos a sua posição. Temos dois pareceres, da Ordem dos Enfermeiros e do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que não aceitam esta

proposta.

A Ordem dos Enfermeiros, inclusive, está aqui da Ordem dos Enfermeiros: “Deve a proposta de decreto legislativo regional ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual era o parecer na legislatura anterior?

O Orador: A Sra. Secretária, com apartes assim, não consegue ouvir. E eu penso que não quer desmerecer a minha intervenção.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não, não.

O Orador: O parecer da Ordem dos Enfermeiros diz, e passo a citar: “Deve a proposta de decreto legislativo regional ser alterada, sob pena de se introduzir uma situação de desigualdade, sem qualquer fundamentação, e violar as legítimas expectativas detidas pelos enfermeiros, atentos ao regime da referida norma.”

E é isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe. E propõe com base no compromisso que assumiu em 2020 e que é relevado pelos enfermeiros que entregaram duas petições nesta Assembleia devido à demora e à injustiça que este Governo criou em 2021 com o acordo que celebrou, porque deixou de fora estes enfermeiros e outros mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor, realmente, tem o dom de virar as coisas ao contrário!

O Orador: E a proposta do Governo ainda tem outra questão pendente, que tem a ver com o facto da produção de efeitos. Porque é que o Governo propõe que isto produza efeitos a janeiro de 2022, contrariamente àquilo que é a posição dos sindicatos ou, neste caso, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e da Ordem dos Enfermeiros?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não é, não!

O Orador: É neste sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou as suas propostas de alteração, que melhoram o diploma que nós temos em apreço, que melhoram a proposta do Governo Regional, sob pena de a mesma ser aprovada e manter uma situação de injustiça e desigualdade entre a classe de

enfermagem. E, portanto, é esse o sentido da proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e é esse o sentido e a orientação também do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e da Ordem dos Enfermeiros.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Não é!

O Orador: Portanto, neste sentido é que consideramos que a mesma deve merecer a aprovação por parte desta Assembleia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste diploma. Vamos então começar por votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII, que define as regras de contagem do tempo de serviço dos trabalhadores das carreiras de enfermagem, para efeitos de progressão na respetiva carreira e de transição para a categoria de enfermeiro especialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL e 1 do PAN; com 25 abstenções do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o...

O Sr. Deputado independente como é que votou? A favor. Fazes o favor de repetir.

Secretário: A proposta foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS-

PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; com 25 abstenções do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Estava a dizer que íamos iniciar a votação e o debate na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pensava que, nesta fase do debate, efetivamente, nesta primeira proposta de alteração relativamente aos contratados a termo já houvesse aqui outros desenvolvimentos e que fosse perceptível o que é que estamos aqui a falar. E o entendimento do Governo é que não se pode tratar de igual forma aquilo que é diferente por natureza jurídica. É só isso. Estamos a falar de uma franja reduzida de enfermeiros, que não é por falta de esforço financeiro, mas é pela legalidade da natureza jurídica desse contrato de trabalho. Ou seja, não podemos tratar um contrato de trabalho por tempo indeterminado da mesma forma que vamos tratar o contrato de trabalho a termo certo. Isso não é possível, não é legal.

Obviamente, o contrato de trabalho a termo requer circunstâncias especiais, que são consubstanciadas em situações previstas, que estão abrangidas pelo Código do Trabalho, da Lei Geral em Funções Públicas, certo? Chegados a este ponto, parece-nos fácil o entendimento. E, portanto, são situações diferentes da satisfação das necessidades que são geradas pelas entidades empregadoras. Uma coisa são necessidades permanentes, abrangidas por um contrato de trabalho sem termo ou por termo indeterminado. Outra coisa são necessidades temporárias, obviamente, com recurso a contratos de trabalho a termo resolutivo certo.

Obviamente que esta situação se afigura legalmente injustificada e conceptualmente pode ser geradora de confusão entre estas duas diferentes

modalidades de contratos de trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sra. Secretária!

A Oradora: Por isso, é só por isso que nesta fase nós não podemos acompanhar, até porque estamos a falar, como eu já referi, pelo levantamento que nos foi feito, de um número reduzido de enfermeiros. Portanto, não é má vontade do Governo, é porque não podemos tratar de forma igual aquilo que é diferente. E se, efetivamente, estamos a falar apenas de doze enfermeiros, não é má vontade do Governo. Já referi, não podemos tratar de forma igual aquilo que legalmente é diferente.

Reforçar, também, que contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo não se convertem, nunca, em contratos de trabalho por tempo indeterminado. Portanto, não é aplicável ao regime em funções públicas.

Portanto, nós não podemos estar aqui a tratar, como já referi, contratos de trabalho a termo certo da mesma forma que vamos ou que iremos a partir de agora tratar os contratos de trabalho por tempo indeterminado. Não é má vontade do Governo. Trouxemos este diploma. Estamos dispostos para corrigir uma situação que, de facto, configurava uma injustiça. E se fosse esse o entendimento, também tínhamos a abertura para resolver a situação destes doze enfermeiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, quero aqui dizer e reforçar: não é má vontade do Governo.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho no debate da especialidade no seguimento da intervenção da Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto, porque ela acaba por nos trazer aqui um debate muito interessante. E eu não preciso recorrer à arqueologia parlamentar, recorro apenas ao que se passou esta semana relativamente ao Estatuto da Carreira Docente. E a Sra. Secretária poderá explicar-nos ou talvez possa explicar à Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está previsto no estatuto, é uma carreira especial!

O Orador: Aprovamos no estatuto uma norma que prevê que o tempo de serviço relativo aos contratados a termo, dos professores, possa ser relevante para a sua remuneração. Mas o Governo acha que os enfermeiros e enfermeiras, por serem enfermeiros, não devem ter o mesmo tratamento, ou seja, quer excluir os contratados a termo do mesmo tratamento que têm os docentes. Aqui está uma noção de igualdade deste Governo.

Aquilo que nos parece é que, efetivamente, o Governo está a arranjar desculpas. Foi o que disse hoje de manhã. Desculpas para não fazer justiça a doze trabalhadores. E ainda por cima estamos a falar de doze pessoas, que, por terem tido um azar na vida de terem estado não diretamente no quadro de um hospital ou de uma unidade de saúde, mas terem estado a termo, contratados precários, têm essa prenda da coligação de direita de não verem o seu tempo de serviço reconhecido.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O que é que acontece na função pública, Sr. Deputado ?

O Orador: Ora, isso é uma profunda injustiça, desnecessária.

E se a Sra. Secretária tem algum dado jurídico que nos queira transmitir, algum

parecer ou algo que se assemelhe, então entregue à câmara. É que a sua interpretação jurídica é uma interpretação como qualquer outra. E não a reconheço com mais conhecimento ou legitimidade na sua interpretação jurídica do que a de qualquer outro deputado nesta Casa. Nenhuma.

Por isso, Sra. Secretária, parece-me que está a arranjar desculpas para não fazer justiça a essas e a esses doze enfermeiros.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem o mesmo entendimento que o Governo Regional. É pena que, efetivamente, na generalidade, a Sra. Secretária não tenha também manifestado o seu entendimento jurídico relativamente a esta matéria. Mas por haver diferentes entendimentos jurídicos é que eu relevava precisamente na minha intervenção os pareceres que nós tivemos. O Sindepor emitiu-nos uma posição, não nos deu um parecer. E o parecer que eu referi há pouco tem um enquadramento jurídico, para depois resultar num parecer da entidade sobre a matéria que nós temos em apreço.

E, nesse sentido, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses apresenta-nos um parecer com um enquadramento jurídico que fundamenta, de forma clara e inequívoca, que aos enfermeiros com contrato de trabalho a termo deve ser corrigida a sua situação e ser contado o tempo de serviço, desde que não tenha existido interrupção da sua atividade e não tenha existido interrupção de funções no Serviço Regional de Saúde.

Portanto, como é que o Governo nos consegue explicar o entendimento que tem apenas e só para os enfermeiros com contrato de trabalho a termo e não tem para os enfermeiros com contrato de trabalho a termo resolutivo ou com contrato de trabalho por tempo indeterminado? Estamos a falar de doze pessoas!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Temos a oportunidade de criar lei que corrija essa situação. E o Governo não quer?! O Governo não quer resolver a situação a doze pessoas?! Portanto, isto é que é perfeitamente incompreensível. Portanto, temos a oportunidade, nesta Casa, de produzir legislação que corrige a injustiça a doze pessoas, nem que fosse a uma, e este Governo não manifesta qualquer vontade nesse sentido.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda comparou o incomparável.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Comparou o Estatuto da Carreira Docente, que se trata de um estatuto especial. E diz: bom, em relação a isto, não nos interessam as interpretações jurídicas porque a minha interpretação política sobrepõe-se. E a mesma coisa disse o Sr. Deputado Tiago Lopes em relação a esta matéria. Porque a verdade é que nós estamos a fazer um diploma que irá resolver o problema de mais de dois mil profissionais. Esta é que é a questão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Há quem esteja preocupado em resolver doze casos, em teoria, mas não se preocupou em resolver enquanto teve responsabilidades, não se preocupou em resolver o problema de dois mil e tal enfermeiros! Aí o senhor já não teve preocupado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O senhor não se preocupou em resolver, ou melhor, preocuparam-se foi em prometer a quatro dias das eleições regionais!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, nesta matéria, pura e simplesmente, o que os senhores estão a procurar é tão simples como isto, e eu vou dizer-vos isto com todas as letras: ...

Deputado João Vasco Costa (PS): E o senhor dizia cobras e lagartos antes das eleições!

O Orador: ... o que os senhores estão a fazer é tentar criar aqui um incidente, de forma a que sejam integradas alterações, que o Governo considera ilegais, para que o diploma não entre em vigor e não tenha efeito.

Deputada Ana Luís (PS): Ó Sr. Deputado, diga lá porque é que é ilegal!

O Orador: Os senhores estão a usar dois mil e tal enfermeiros como reféns políticos, tentando prejudicá-los gravemente. É o que os senhores estão a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque os senhores sabem que, se incluírem normas ilegais, o diploma não entrará em vigor no próximo mês, como se pretende, ou ao longo deste mês ainda e que seja publicado. É o que os senhores estão a fazer, que se atrase todo este processo e que se prejudiquem centenas e centenas de enfermeiros, porque é isso que vai acontecer a partir do momento em que se integrarem normas ilegais

nesta proposta. É isso que vai acontecer. E, portanto, é esse o propósito. É esse o truque.

Se os senhores tivessem boa vontade, se os senhores já soubessem tudo, então, o Sr. Deputado Tiago Lopes, durante o momento em que teve responsabilidade, esteve à espera de quê? O que é que os sindicatos lhe diziam na altura? Porque é que não o fez? Porque é que não implementou e fez estas alterações? Porque é que não valorizou a carreira dos enfermeiros nestas matérias, que agora aqui estão a ser feitas? Porque é que não o fez? Diga-me!

Olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa: no que diz respeito ao PPM, nem mais um dia de atraso. Isto vai ser feito. E vai ser feito já. E toda esta gente vai ser beneficiada já.

Deputado Tiago Lopes (PS): Menos doze!

O Orador: E não há mais truques que os ponham a atrasar. Já esperaram demasiado tempo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho mais uma vez porque há pouco faltou-me apontar outro aspeto que me parece da maior relevância.

E não posso deixar, em primeiro lugar, de dizer que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem muita pressa em que esta legislação entre em vigor. E nós também temos pressa que ela entre em vigor e não deixe doze pessoas de fora. É que eu não percebo absolutamente qual é o problema. Nenhum, eu não vejo nenhum

problema em se incluir essas doze pessoas. E, aliás, gostaria de saber qual é a ilegalidade e qual é o tribunal que vai declarar esta norma ilegal. Bem, eu não estou a ver.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor disse, hoje de manhã, que era muito bom estarmos em maioria relativa, por não haver maioria absoluta no Parlamento. Eu tenho uma novidade para lhe dar: a aprovação da proposta de alteração do Bloco de Esquerda relativamente aos contratos a termo, ou da proposta de alteração do Partido Socialista relativamente aos contratos a termo, não depende de si.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito obrigado.

O Orador: Felizmente, não há maioria absoluta neste Parlamento. Por isso, há doze pessoas que estão à espera de 29 votos para que esta norma passe. Por isso, os partidos que não fazem parte da coligação têm aqui a oportunidade de fazer justiça a estas doze pessoas. Ou querem ficar ao lado de uma coligação que, para corrigir uma injustiça, quer criar outra? Querem estar ao lado de uma coligação que vai arranjar uma desculpa jurídica qualquer para criar uma injustiça perante doze pessoas que precisam deste tempo de serviço?! Querem estar ao lado disto?! Da nossa parte, a nossa posição é clara: temos uma proposta de alteração que efetivamente faz justiça a todos os enfermeiros que efetivamente estão à espera desta proposta.

Agora, quem quiser estar ao lado da injustiça, que exclui, nem que fosse uma pessoa, uma pessoa, isso seria, para nós, inaceitável. Quem quer estar ao lado disto escolherá bem o seu lado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é falando mais alto nem de forma menos própria que terá mais ou menos razão do que as outras Sras. ou Srs. Deputados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Menos própria?!

O Orador: Para mim, foi menos própria. No meu entendimento, foi menos própria, porque não é a falar mais alto que, entretanto, é mais claro ou é mais esclarecedor na sua intervenção, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Quer falar de 2020? Falemos de 2020. A proposta que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta para a inclusão dos enfermeiros com contrato de trabalho a termo vai ao encontro do compromisso assumido em 2020. E que os enfermeiros aqui referem. O acordo celebrado entre o anterior Governo e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses abrangia todos os enfermeiros.

E o Sr. Deputado Paulo Estêvão quer falar de 2020 e quer falar em termos de credibilidade política? O Sr. Deputado Paulo Estêvão não dá lições de credibilidade política a ninguém, porque foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão que, em 2020, disse: “Bolieiro não é alternativa.” E, portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se está pronto para fazer a diferença e não demorar mais um dia para corrigir esta situação de injustiça aos enfermeiros, então, conto com o seu voto a favor para a proposta de alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Lopes, nem V. Exa. nem nenhum deputado vem aqui dizer o que é mais próprio ou menos próprio! Nós estamos aqui num sistema democrático.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E custou muito, nesta Região, conquistar o direito a que todos se possam expressar de forma livre na Região Autónoma dos Açores.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: O senhor, a mim, não me dá... Nem o senhor nem ninguém do seu partido me vai dizer qual é o contexto e qual é a forma mais ou menos própria de expressão! Quero dizer-lhe isso.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A forma menos própria é falar em banha da cobra, por exemplo.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Exatamente!

O Orador: Ou já se esqueceram?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Dizer que este Governo anda a vender banha da cobra, ou esse tipo de expressões que são utilizadas.

Portanto, esse tom, essa tentativa de limitar a liberdade de expressão neste Parlamento não passa, Sr. Deputado.

Depois, já se vê que o senhor não está preocupado com os enfermeiros. Eu pergunto: porque é que o senhor ia estar preocupado? Quando o senhor teve poder, foi Diretor Regional da Saúde, o senhor não fez!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Zero!

O Orador: Estas medidas foram aplicadas, essa revalorização da carreira foi feita quando o senhor teve responsabilidades políticas diretas? Foi feita? E quando Sr. Deputado Vasco Cordeiro era Presidente do Governo Regional, foi feito? Não, não foi!

O senhor estava preocupado, por isso é que faz referências: ah, porque o senhor disse isto em relação ao atual Presidente do Governo Regional... Isso mostra que a discussão não é o caso dos enfermeiros. O que o senhor quer aqui discutir é a política dos casos e dos casinhos, ...

Deputado Tiago Lopes (PS): É uma questão de credibilidade, que o senhor não tem!

O Orador: ... porque o senhor sabe que nós temos a resolver o problema de mais de dois mil enfermeiros, que V. Exa. não resolveu.

E vou-lhe dizer uma coisa: eu nem sequer consegui ouvir o que o senhor disse, porque o senhor foi interrompido pela sua própria bancada, com os apartes da sua própria bancada. Eu não consegui perceber metade do que o senhor disse. Mas o que lhe digo, mesmo não tendo ouvido aquilo que disse, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Leva na mesma!

O Orador: ... já sei que aquilo que disse não foi correto, de certeza absoluta, porque o senhor... Nestas coisas o senhor não tem defesa, sabe porquê? Se eu tivesse sido membro do Governo... Imagine que eu é que tinha sido diretor regional com competência nesta matéria, ex-presidente, ex-sindicalista, que tinha dito o que disse em relação a estas matérias, que tinha criticado o Governo Regional do Partido Socialista. Não encontro aqui, tinha aqui estes tesourinhos para V. Exa., mas, entretanto... Que disse o que disse do Governo. Chegou a diretor regional. O que é que V. Exa. fez para resolver esta questão? Ouça: zero! O senhor, zero, não fez nada!

Depois, desesperados, porque V. Exas. iam perder as eleições, o que é que fizeram? Uma promessa a quatro dias das eleições?!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Acha que isto é um comportamento político aceitável?

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo)*

O Orador: V. Exa., nesta matéria, pura e simplesmente, não tem razão. E o que V. Exas. estão à procura é de criar um problema do ponto de vista legal, para prejudicar gravemente mais de dois mil enfermeiros, que é a consequência se adotássemos a vossa postura. Os senhores querem que se coloque uma ilegalidade na lei que estamos a construir.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

Deputada Vera Pires (BE): Isso não é verdade!

O Orador: Não podemos fazer! E não vamos fazer! E estes enfermeiros não vão ficar mais tempo à espera!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu estou na posição em que estou. E tenho a oportunidade, hoje, de fazer aquilo com que me comprometi em 2020. A diferença

é essa, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

E o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que faz parte da coligação que suporta este Governo, tem a oportunidade, hoje, de corrigir uma injustiça que este Governo fez em 2021, com o acordo que celebrou em 2021.

E os peticionários de duas petições que estiveram em apreciação nesta Assembleia referiram que era injusto, que era incorreto. E o Sr. Deputado não tem a coragem, enquanto líder parlamentar de um dos partidos desta coligação que suporta este Governo, de apresentar uma proposta que corrija esta injustiça.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Eu estou aqui a exercer o cargo, hoje, de deputado, eleito pelas açorianas e açorianos, honrando o compromisso que nós assumimos em 2020, Sr. Deputado. E, portanto, é isso que nós estamos aqui a fazer. Tenha a coragem de corrigir a injustiça que introduziu em 2021.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Então, V. Exa. confessa, aqui, agora, que agora tem poder para fazer uma coisa que não teve enquanto foi membro do Governo, na legislatura anterior. Agora, sim, diz V. Exa. Agora que estou na oposição, estou na disponibilidade e consigo fazer. Antes, não conseguia fazer, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não me deixava.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso são reminiscências do seminário! Está armado em padre, ou quê?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me que lhe responda desta forma: o Partido Socialista não conseguiu concretizar aquilo que foi o compromisso assumido em 2020 porque a coligação não deixou. A coligação não deixou. A questão é essa. O Partido Socialista ganhou as eleições. Se fosse Governo, cumpria com aquilo que tinha sido o seu compromisso.

Coisa diferente é esta, o Governo e os partidos da coligação que suportam este Governo não estão a honrar esse compromisso. Assinaram um acordo em 2021 que criou injustiças na classe de enfermagem. E apresenta, hoje, uma proposta de decreto legislativo regional que vai perpetuar essas injustiças. Portanto, a questão é essa. Nós estamos cá hoje, estivemos cá ontem, estamos cá hoje e vamos estar cá amanhã para honrar estes compromissos, Sr. Deputado!

E, portanto, tenha a coragem de corrigir uma injustiça que este Governo criou em 2021!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, apelo à calma da sala, à serenidade.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu também gostaria que existissem menos apartes, porque eu não consigo ouvir o que o Sr. Deputado Tiago diz.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olha quem fala!

O Orador: Sr. Deputado Tiago Lopes, os apartes dirigidos a V. Exa. também me prejudicam a mim porque eu não consigo ouvir o que V. Exa. está a dizer. Bem, mas se não o consigo ouvir, consigo lembrar-me das coisas que V. Exa. fez, ou não fez. V. Exa., durante o seu mandato, durante o período em que teve responsabilidades políticas, não fez, não fez nada. Não fez nem para os doze nem para os dois mil. Não fez nada.

Ouçã, e quando prometeu... Eu acabei de ler aqui, reler, a ver se estava enganado. Aqui está: um valor e meio. Quanto é que V. Exa. prometeu? Quanto? Um valor! Veja bem a injustiça.

Deputada Ana Luís (PS): Mas abrangia todos!

O Orador: Mesmo quando eram governo, ainda prometiam menos do que aquilo que nós estamos agora a fazer, veja bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, termino porque preciso de mais alguns segundos. Tenho quase a certeza.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para não prolongar mais este debate, eu tenho que dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que... Tem mais de dez anos de deputado nesta Casa, não é? Portanto, tem muito mais experiência do que eu nesta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ó Srs. Deputados, deixem-ouvir, por favor!

O Orador: O que é que o Sr. Deputado apresentou de iniciativas nesta câmara relativamente aos enfermeiros nestes anos todos?

Deputado Berto Messias (PS): Bola!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Pois, um deputado é que tinha que apresentar pelos outros deputados todos!

O Orador: Agora, enquanto deputado e líder parlamentar de um dos partidos da coligação que suporta este Governo, tem a responsabilidade de fazer aquilo que tanto criticou até 2020. Porque é que não faz diferente? Faça diferente, Sr. Deputado! É porque, em 2020, esta coligação e este Governo prometeram fazer diferente, mais e melhor pelos Açores. Então, façam também para os enfermeiros! Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, quando eu terminei a minha intervenção, terminei a 15 segundos do fim. Depois, o relógio só parou aos 8 segundos.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Isso é verdade e eu sou testemunha!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este VAR aqui também não funciona com exatidão.

Bem, o que eu quero dizer, Sr. Deputado, é: porque é que me faz essa pergunta a mim? Deveria fazer, olhe, essa pergunta aos deputados... Olhe, ao Sr. Deputado Contente, por exemplo, que votou contra as propostas que o CDS e o PSD aqui apresentaram para a reposição deste tempo de serviço. O Sr. Deputado está ao seu lado e podia-lhe ter dito: olhe, sabe, eu não fiz zero, eu fiz menos de zero porque chumbei as propostas do PSD e do CDS nessa matéria.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E podia ter perguntado ao Sr. Deputado barulhento que está atrás de si.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar, se faz favor.

O Orador: Podia-lhe ter perguntado qual foi o seu sentido de voto. E ele ter-lhe-ia dito: também votei contra, Sr. Deputado. E podia ter perguntado aos outros dois Srs. Deputados que estão por detrás, que também diriam: eu votei contra.

Pois, Sr. Deputado, dando parte do PPM, eu vou-lhe dizer: do ponto de vista do número de iniciativas, nós batemos todos os recordes na legislatura anterior. De trabalho, os açorianos, com certeza, em relação ao PPM, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... não se podem queixar, porque a nossa produtividade esteve à vista de todos.

E agora, Sr. Deputado, depois de ter votado estas propostas, também lhe vou dizer uma coisa, também fiz outra coisa muito importante...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Calma! Estão preocupados com o tempo e a hora...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente. Eu termino já.

Também fiz outra coisa muito importante: tirei V. Exa. do poder, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e todos os outros responsáveis por nada fazerem neste tema e nada terem feito em relação aos enfermeiros neste tema! E é por os senhores não estarem no poder que neste momento se está a fazer!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Os açorianos deram-lhe muitos votos mesmo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Descansem, que eu não vou gastar latim, até porque não conheço latinices, como às vezes eu ouço. Mas vou dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que, em matéria de contorcionismo, basta ler os artigos do Açoriano Oriental, de 2020.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): “José Manuel Bolieiro não é alternativa”!

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu recordo-me bem da primeira sessão plenária que nós tivemos nesta legislatura, em que V. Exa. utilizou a mesma expressão que

acabou por utilizar agora, vangloriou-se com o facto de ter tirado o Partido Socialista do poder. E é isso que o move. E é isso que me preocupa. Preocupa-me que os partidos da coligação que suportam este Governo estejam mais interessados em manter o Partido Socialista longe do poder do que governar esta Região.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: V. Exa. tem a oportunidade de, hoje, fazer a diferença aos enfermeiros e não tem a coragem política de a fazer. Lamento por isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sra. Deputada Catarina, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate, que deveria ser da especialidade, mas que pela última intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes, na falta de argumentos, é tudo menos a especialidade. Mas recentrando...

(Burburinho)

Calma!

Presidente: Eu já estive tentado a suspender os trabalhos... E vou suspendê-los, porque eu nem consigo ouvir o que é que os senhores dizem. Nem consigo ouvir.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

Estávamos aqui na questão do artigo 3.º. Voltando aqui à questão, perante os argumentos que já foram aqui aludidos, quer pelo próprio Governo Regional, quer pela bancada que não apresentou a proposta de alteração ao artigo 3.º, dizer que a verdade é que, no nosso entendimento, aquilo que foi exposto por nós, realmente, o contrato a termo é outra natureza jurídica e não pode colocar em causa o Código do Trabalho.

Quando aludiram a questão da carreira docente, na carreira docente está prevista, exatamente, no próprio estatuto desta carreira, essa possibilidade. E é tanto que não é tão linear como se quer fazer crer, não se pode pegar no Código do Trabalho e empurrar o Código do Trabalho para um canto porque não nos serve de nada, porque a verdade é que aos próprios funcionários da função pública isso não acontece. E os funcionários que estão a contrato a termo ficam em contrato a termo. E, entretanto, se entrarem para outro regime de contrato, para um outro tipo de vínculo, começam a contar do zero da carreira. E a verdade é que isso é o que acontece.

Não podemos agora querer mudar aqui a legislação, fazer parecer crer que há esta possibilidade tão linear como querem fazer crer, que não é assim. Até porque, convenhamos, qual é o Governo, seja ele de que cor for, que apresenta aqui uma proposta para resolver esta situação que vem desde 2019, que ia deixar doze enfermeiros de fora se tivesse a possibilidade de resolver essa situação?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Qual é o Governo, seja de que cor partidária for, que ia fazer esta situação, depois de tudo aquilo que trouxe esta proposta aqui, exatamente para resolver o que não estava resolvido desde 2019?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por isso, não era por causa de doze enfermeiros, que tinham toda a vontade de resolver. Mas não podemos estar a querer misturar tudo, a tratar igual aquilo que é diferente, também na possibilidade e na eventualidade de criar injustiças perante todos os outros.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou fazer chegar à Mesa o parecer do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, para que possa ser lido. E também o Decreto-Lei n.º 247/2009, que é o regime da carreira de enfermagem, onde está efetivamente dito exatamente o contrário do que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras acabou de afirmar e que refere a contagem do tempo de serviço contando com os contratos a termo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Quando a Mesa rececionar os documentos, irá distribuí-los pelas Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado António Lima, é para participar no debate? Mas tem ainda uma pessoa inscrita antes de si.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, só queria relembrar que os enfermeiros açorianos não têm falta de memória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Eles não estão esquecidos das formas de luta que tiveram durante 2018, 2019 e, principalmente, durante 2020. Eles não se esquecem de tudo o que passaram para tentar conseguir aquilo que só hoje este Governo está a dar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Foram várias as formas de luta, foram caravanas, foram manifestações, foram buzínões e várias reuniões com o sindicato que tanto se apregoa aqui.

Gostava de saber se, efetivamente, as vossas justiças, que queriam fazer e que não fizeram, se foi no ano 2018 quando contrataram com este sindicato a carreira sem contar pontos, em 2018, ou se foi em 2019 quando só contava para a carreira os que eram sindicalizados. Quero saber se isto era justiça para todos os restantes enfermeiros.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Ou se é justiça quando, realmente, em outubro de 2020, contam um ponto para os enfermeiros em contrato individual de trabalho nas EPE e um e meio para os outros enfermeiros. Portanto, isto é que é a vossa justiça?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os enfermeiros estão neste momento a ouvir-nos e quererem, ansiosamente, resolver a sua situação. São centenas de enfermeiros que, neste momento, precisam deste DLR para poderem ver a sua situação resolvida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Enfermeiros com vinte e tal anos de serviço. É isto que estes enfermeiros precisam. Não é da discussão que os senhores estão aqui a falar.

E quando, Sra. Deputada Ana Luís, se fala no contrato a termo, sim, todos os enfermeiros, inclusivamente os da petição, têm este tempo contado, porque não mudaram o vínculo... não mudaram de instituição, aliás. Os doze enfermeiros a que os senhores se referem, foi no início da EPE, em 2007/08, que, entretanto, mudaram para melhor, por opção deles, para a função pública. Portanto, todos os enfermeiros, neste momento, estão abrangidos por este DLR. E estão ansiosos para que isto se resolva. Isto é respeitar os enfermeiros!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Estar contra este DLR é estar contra todos os enfermeiros da Região dos Açores!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD está distraído e não prestou atenção à votação. Ninguém votou contra o diploma. E o diploma já passou na generalidade. E vai passar na votação final global. Deixe-me dar essa novidade. Já passou. E vai passar. O que nós queremos é que não passe com uma injustiça.

Deputado Pedro Neves (PAN): Foi abstenção. Não foi contra.

O Orador: Foi com abstenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A abstenção não é nada! Decida-se! Ou vota a favor ou vota contra!

O Orador: Ó Sr. Deputado Paulo Estêvão, poupe-me à sua hipocrisia!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quer dizer, não se pode dizer nada quando o senhor fala, e o senhor diz aos outros como é que hão de votar! Oh, muito obrigado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem que ser assertivo!

O Orador: Este argumento de que nós estamos a criar uma injustiça relativamente às outras carreiras, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a carreira da enfermagem, como já foi aqui referido, é uma carreira especial, tem legislação própria, tal como a dos professores, tal como a dos médicos. É uma carreira especial da Administração Pública, ponto.

Pior, aquilo que nós estamos a discutir, aquilo que nós estamos a debater e a votar é um diploma especial, é um regime especial. Isto não é uma alteração à carreira. Isto é um regime especial. E neste regime especial nós temos que colocar as regras que entendemos, que o legislador entende. Ora, da parte do Bloco de Esquerda, nós estamos conscientes da injustiça que se está a criar ao não incluir os contratos a termo, nem que fosse uma pessoa.

E, depois, o Governo tem critérios diferentes. Já referiu o critério dos professores ontem. O Governo, quando propôs que se extinguísse, por exemplo, a Azorina,

não excluiu os contratos a termo. E aqui estávamos a falar das carreiras gerais da Administração Pública.

Deputada Ana Luís (PS): Bem lembrado!

O Orador: Porque é que quer excluir a dos enfermeiros? Por que motivo?

Deputado João Vasco Costa (PS): Porque são só doze!

O Orador: É porque são doze? E se fossem dois ou vinte, isso teria alguma influência na vossa decisão?

Aqui, o princípio da justiça, da igualdade e da equidade deve prevalecer. Se os senhores acham, e bem, que os trabalhadores da Azorina, por terem contratos a termo, não deveriam ser prejudicados na integração na Administração Pública após a extinção, porque é que os enfermeiros a termo devem ser prejudicados na contagem dos pontos para avaliação e para o tempo de serviço? Bem, essa questão é que têm que repensar. E é por isso que têm que explicar às pessoas que serão prejudicadas o porquê da vossa opção, porque não é a ilegalidade de modo algum. Será finanças? Talvez, de indemnizar, o Sr. Secretário das Finanças. Não é ilegalidade. Ilegalidade não há. E não há sentido de justiça nessa decisão.

E, como disse, felizmente, não depende apenas da coligação, por isso... Há aqui outros partidos que decidirão em função da sua avaliação da justiça ou da lealdade à coligação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é legítimo o senhor dizer! Isso é uma falta de respeito!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos continuar a votação. Os dois primeiros artigos não foram alvo de propostas de alteração. Pergunto se posso colocá-los à votação em conjunto. Estão à votação o 1.º e o 2.º artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Entramos no artigo 3.º. A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista, ao n.º 2 do artigo 3.º, que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada, com 25 votos a favor do PS e 1 do PAN; 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Tendo sido reprovada, vamos colocar à votação a proposta do Bloco de Esquerda para o mesmo número. Está à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda para o n.º 2 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; com 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; com 25 abstenções do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao artigo 4.º. A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista, que faz uma proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 4.º. E é essa

proposta que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada, com 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN; 1 voto contra do IL; e 21 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do Chega...

Peço desculpa, não vi, o Sr. Deputado Luís Soares estava à frente...

(Risos)

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Era para solicitar a repetição da votação.

Presidente: Desculpa?

A Oradora: A repetição da votação.

Presidente: A repetição da votação. OK. Então, vamos voltar a votar. Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao n.º 1 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; e 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

(Burburinho)

Presidente: Eu só lembrava que nós estamos numa votação. É só um pequeno pormenor.

Tendo sido reprovada, coloco à votação a proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 1 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; e 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 1 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 3 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; e 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 3 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi reprovada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; e 25 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, ao n.º 3 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 4.º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os restantes artigos... Não, ainda tem aqui um com uma proposta de alteração. Em relação ao artigo 5.º, coloco à votação uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 1 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os restantes quatro artigos não têm propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Não havendo oposição, estão

à votação os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII foi aprovada, em votação global, por unanimidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Usamos, nesta Casa, – e não diga mais uma vez o Sr. Deputado Paulo Estêvão, demagógicamente, que o Bloco não apresenta propostas concretas de melhoria e resolução dos problemas, porque não é verdade...

Presidente: Sra. Deputada Vera Pires, em declaração de voto não se pode dirigir a outras bancadas, se faz favor.

A Oradora: Eu peço desculpa, não domino muito o regulamento, mas tenho assistido à prática.

(Risos)

Presidente: Sra. Deputada, é uma má prática.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está a fazer escola em matéria de regulamentação.

A Oradora: Mas as coisas más são mais fáceis de aprender, às vezes.

Usamos, dizia eu, a oportunidade de apresentar, atempadamente, propostas de alteração ao diploma do Governo para o melhorar e para repor justiça e igualdade a todos os enfermeiros.

A coligação de direita votou contra a proposta do Bloco de Esquerda, contra a proposta do Partido Socialista, mesmo quando o texto das alíneas era exatamente igual. Conseguimos ter aqui deputados que consideram que quem escreve um conjunto de palavras é que é votado e não o conjunto do texto propriamente dito. Surpreendentemente, diria eu, a coligação votou a favor da sua própria proposta, uma proposta de alteração a um diploma que se apresentava como sendo completamente satisfatório. E proposta de alteração essa que, não por acaso, tem quase os mesmos objetivos e atingirá quase os mesmos resultados.

Afinal, a proposta do Governo não dava resposta cabal e justa aos vários problemas por resolver. Mas, agora, com a aprovação das alterações propostas em última instância pela coligação, mas defendidas desde o início pelas oposições, o diploma melhora efetivamente a sua substância.

Ficam, contudo, fora da solução encontrada os enfermeiros em situação de contrato a termo, o que constitui uma injustiça vergonhosa.

Como se chama este exercício de estilo aqui praticado pelos partidos da coligação? Justiça com igualdade? Não, chama-se promoção da desigualdade para os trabalhadores contratados a termo. E chama-se, também, não posso deixar de o salientar, intolerância crónica às oposições.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sra. Deputada Ana Quental, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fez-se história, hoje, aqui, neste plenário. Finalmente, conseguimos votar o DLR que define as regras da contagem do tempo de serviço dos trabalhadores das carreiras de enfermagem, para efeitos da progressão na carreira e de transição para a categoria de enfermeiro especialista. Sim, fez-se história porque há muitos anos que os enfermeiros precisavam deste documento e de outros que este Governo já lhes foi resolvendo ao longo desta legislatura, mas, realmente, era preciso este documento legal.

Portanto, estamos e sempre estaremos ao lado dos enfermeiros e ao lado dos açorianos. Pode-se assim dizer que este Governo dá resposta a este grupo de enfermeiros, que não tinha apoio legal ou jurídico.

Um bem-haja a todos os enfermeiros por tudo aquilo que têm feito por todos nós. Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos. Avançamos para o ponto 6 da nossa agenda. Bom, o ponto 6 é do Sr. Deputado Pedro Neves, que não se encontra na sala. Sendo assim, nós fazemos um intervalo. Regressamos às 17 horas e 05 minutos.

Eram 16 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar

os nossos trabalhos. Agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 09 minutos.

Entramos no ponto 6 da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que Estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA)”**. É uma iniciativa do PAN.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O bom funcionamento da Administração Pública é um dos garantes do bom funcionamento do Estado, sendo a avaliação do desempenho, estrutural ou individual, um instrumento norteador da ação, competência e eficiência dos serviços e quadros públicos. Trata-se de um processo que, embora complexo, é tido como necessário e cabal para a qualificação da resposta dos organismos da Administração Pública.

O Sistema Integrado de Gestão de Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores – mais facilmente identificável pelo seu acrónimo SIADAPRA – vem, desde 2008, modelando a avaliação performativa dos serviços, dirigentes e trabalhadores dos órgãos e serviços públicos regionais, sendo alvo de contestação pela limitação que impõe na progressão das carreiras e pela exígua transparência do processo avaliativo.

Os moldes em que assenta o sistema avaliativo dos trabalhadores da Administração Pública Regional não transpõe um sistema de avaliação justo e real do desempenho profissional destes trabalhadores com vista ao melhoramento do funcionamento da própria. Argumento não raras vezes utilizado para justificar a

existência dessas quotas.

Mesmo que seja atribuído ao serviço desempenhado por um trabalhador uma avaliação qualitativa mais elevada, as ponderações finais ficam limitadas pela quotização das categorias de avaliação.

Um serviço da Administração Pública Regional pode obter a qualificação mais elevada – excelente –, mas, seguindo o raciocínio das quotas, apenas uma percentagem dos trabalhadores desse serviço contribuiu para essa avaliação, obtendo igual classificação. Um verdadeiro paradoxo, em que aqueles que contribuíram para a excelência do serviço não podem ser excelentes, apenas uma parte e a parte que o Governo entender.

A imposição e definição de quotas implica que apenas uma percentagem dos trabalhadores possa ter a avaliação qualitativa mais elevada, independentemente do número real de trabalhadores que a atinja no seu processo avaliativo.

O entrave criado pela imposição de quotas é injusto para os trabalhadores, pelo modo como subverte a avaliação do seu desempenho profissional e limita a acumulação de créditos para a progressão na carreira, funcionando como um sistema de contenção salarial, um mero travão na progressão da carreira.

A forma como este sistema de avaliação foi desenhado gera uma situação de iniquidade, com reflexos na progressão laboral destes trabalhadores. A imposição de quotas subverte o propósito originário do processo avaliativo e os desígnios constantes para a progressão profissional.

O reconhecimento da ineficácia e iniquidade deste modelo avaliativo fez com que a maioria dos países da União Europeia o tenha abandonado, permanecendo apenas como referência em Portugal e na Alemanha. Também o setor privado obstou por continuar a recorrer a este sistema de gestão e avaliação, ao reconhecer que não reflete o real desempenho dos trabalhadores, podendo, inclusivamente, resultar num revés da sua motivação e produtividade.

O SIADAPRA carece, por isso, de uma revisão colocando, no imediato, fim às

quotas de avaliação. É uma justa reivindicação há muito clamada pelos trabalhadores públicos, à qual o PAN vem agora dar voz aqui neste parlamento, procurando sanar a iniquidade e arbitrariedade avaliativa assente na quotização dos resultados.

Esta iniciativa assume, essencialmente, duas vertentes: a correção de um paradoxo que impele a uma situação de justiça laboral e a promoção da transparência no processo de avaliação e na publicidade dos resultados.

A revisão do atual sistema de avaliação, acabando com as quotas sobre a qualidade do trabalho dos profissionais da Administração Pública Regional é essencial para garantir a justa e verdadeira qualificação dos quadros públicos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Vamos então passar à votação, não havendo inscrições. Vamos começar por votar na generalidade... O que é que eu faço agora?

Sra. Deputada Sabrina Furtado, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu também concordo com o Sr. Deputado Pedro Neves e acho que, quando um colega nosso apresenta uma iniciativa, merece, no mínimo, o nosso comentário.

Antes de analisar a proposta em si, fazer, naturalmente, em nome da bancada do PSD, uma declaração de interesses. O PSD tem um grande histórico nesta matéria. E o PSD dos Açores sempre esteve, de facto, ao lado dos trabalhadores e ao lado dos sindicatos pela abolição de percentagens na avaliação de desempenho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, de facto, a proposta podia ter ido um pouco mais longe, mas é um bom princípio, é uma porta que se abre nos Açores.

Também achamos que, a haver percentagens, como está nos considerandos da própria proposta do PAN, só Portugal e a Alemanha, na União Europeia, é que têm esse sistema de avaliação com quotas em curso. Mas há uma grande diferença, Sr. Deputado Pedro Neves: aqui em Portugal, as quotas existem para os trabalhadores; na Alemanha, as quotas existem para os dirigentes. Achamos, factualmente, que o bom desempenho de um serviço, muitas vezes, não depende apenas dos trabalhadores ou, na maior parte das vezes, não depende só dos trabalhadores. Achamos que sim, que os próprios dirigentes, um bom dirigente também faz um bom serviço. E se motivar os seus trabalhadores, naturalmente, então, será globalmente como um bom serviço. Não concordamos com esta distinção. E, portanto, a haver, que seja para todos. E a não haver, de facto, que seja para ninguém. Porque, factualmente, o que se passa é que um trabalhador que até atinja a satisfação de desempenho e que seja assim avaliado para ter uma classificação de excelente, que são os 5% dentro dos 25% a que a quota corresponde, mas, se a quota já estiver ocupada, este trabalhador, infelizmente, não consegue ver o seu crédito associado ao bom desempenho do seu trabalho. É, de facto, injusto. E, naturalmente, não é por agora sermos um grupo parlamentar que sustenta o Governo Regional que mudaríamos o nosso histórico, muito menos as nossas ideias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: E, como disse o Sr. Presidente do Governo, ainda ontem, aqui, esta também é a grande diferença entre mudar de opinião quando nos dá jeito, ou manter a consistência das convicções.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: E, por isso, naturalmente, vemos com bons olhos. Mas claro que pretendo também o ouvir sobre as percentagens sobre dirigentes e o que é que

acha sobre esta matéria.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vigora, nos Açores, como sabemos, um sistema de avaliação para os serviços dirigentes e trabalhadores da Administração Pública Regional. Este sistema de avaliação tem sido, por diversas vezes, alvo de contestação por parte das e dos trabalhadores, bem como pelos sindicatos que os representam. O desagrado e contestação ao SIADAPRA em vigor deve-se ao facto de este obrigar ao cumprimento de quotas de diferenciação de desempenho predefinidas por resolução do Governo no que respeita à avaliação qualitativa dos seus trabalhadores.

A progressão nas carreiras e o aumento das remunerações destes trabalhadores ficam, assim, muitas e muitas vezes, travados, não por falta de qualidade do trabalho desenvolvido, mas porque essas progressões e esses aumentos estão subordinados à política de contenção salarial.

A proposta aqui trazida pela Representação Parlamentar do PAN, mantendo o estabelecimento prévio de objetivos e competências a fixar nos parâmetros de avaliação e respetivas ponderações, pretende eliminar o carácter confidencial e o sigilo dos intervenientes no processo de avaliação, preconizando ainda que a diferenciação de desempenhos deixe de ser definida por resolução do Governo

Regional e deixe também de ser da exclusiva responsabilidade do dirigente máximo do serviço.

Esta proposta merece, assim, a concordância do Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista saúda, naturalmente, esta iniciativa do PAN, que, conforme foi dito na sua apresentação, tem a ver com duas questões de um diploma complexo e burocratizado, mas que essas duas questões, pela sua importância prática, têm sido, naturalmente, aquelas que mais dúvidas e, como foi referido também, mais contestação dos trabalhadores têm vindo a levantar.

Isso, naturalmente, não retira à iniciativa qualquer mérito. A iniciativa legislativa não é nem um concurso de misses nem um concurso de originalidades. Pensamos que ela é oportuna. E, nessa medida, merece, naturalmente, ser discutida. E merece ser discutida sem quaisquer ciúmeiras proprietárias a respeito dela e também naquilo que é a sua objetividade. Este grupo parlamentar não confunde a obra-prima do mestre com a prima do mestre de obras. E votará esta proposta por aquilo que ela objetivamente significa e nos traz.

É bom também dizer o seguinte: esta proposta convoca-nos a todos ou a quase todos a termos uma relação descomplexada e saudável com o passado. E o passado não se altera, assume-se, explica-se e fundamenta-se.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Não é verdade, Sra. Deputada Sabrina Furtado, que o PSD nunca teve nada a ver com esta opção. Não é verdade, Sra. Deputada. A lei nacional que introduziu as quotas, a chamada diferenciação de desempenho, é Lei n.º 10/2004, que nos seus artigos 12.º e 15.º fixa exatamente a diferenciação de desempenho e

fixa também o sigilo como regra. Esta lei, da altura da coligação PSD/CDS, da primeira, chamemos-lhe assim, é assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia da República de então, João Bosco Mota Amaral.

Quando a segunda lei nacional, já da iniciativa do PS, trazia, também, de uma forma mais desenvolvida, também para os dirigentes, também para os serviços, esta questão, no parecer que foi pedido a esta Assembleia, é bom lembrar que esta Assembleia deu um parecer onde, basicamente, dizia: “Após análise na generalidade e na especialidade, a comissão deliberou, por unanimidade, nada ter a opor ao presente diploma. 20 de setembro de 2007. O Presidente da Comissão, José Manuel Bolieiro.”

Portanto, não é verdade que o PSD tenha sido absolutamente, sempre, contra as quotas, mas também manifestou, em determinadas alturas e em alturas importantes, oposição às quotas, designadamente quando foi votado o decreto legislativo regional que ainda está em vigor.

Talvez seja bom lembrar que a primitiva lei, da primeira coligação PSD/CDS, nunca foi regulamentada na Região e, portanto, não entrou em vigor. E que só passado algum tempo a segunda lei foi regulamentada. E ela foi regulamentada com algumas exceções.

Já que estamos a falar de função pública, convém talvez lembrar, como ontem efetivamente se lembrou, que os professores na Região Autónoma dos Açores nunca estiveram sujeitos a isso, as carreiras de inspeção também não. E a adaptação que foi feita na Região tinha um caráter de quotas em concreto mais generoso, mais alargado do que o nacional.

Convém também referir que, naturalmente, na altura, embora alguns nunca se tenham convencido desde o início, também é justo dizer isso, havia algumas razões que apontavam para o relativo mérito e a experimentação deste processo, sobretudo com a avaliação dos serviços e com a possibilidade de os serviços com maior avaliação também poderem ter uma maior quota. Mas a verdade é que este

regime vigora há tempo suficiente para nós fazermos uma análise descomplexada, rigorosa, daquilo que ele significou.

E parece-nos que, por um conjunto de razões, pelo que foi acontecendo também por um conjunto de razões à própria função pública, pelo facto de o seu carácter, quer ao nível quantitativo do próprio número de quotas, que depende de caracteres aleatórios, revelar, na prática, uma avaliação dos funcionários que tem fatores que escapam ao próprio mérito desses funcionários, que são aleatórios e que, muitas vezes, na prática, têm servido apenas para o prolongar de forma artificial e injusta, convenhamos, essa classificação e a sua progressão.

É esta, rigorosamente, a análise que devemos fazer, sem complexos, sem esconder, antes assumindo, a posição que tivemos no passado. Estando sempre prontos para, no bom sentido, fazer uma avaliação permanente dos factos, das circunstâncias, das políticas e para, se preciso for, nos revogarmos a nós próprios, estando no poder ou estando na oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: O Partido Socialista no poder, as vezes, por exemplo, que fez revisões ao Estatuto da Carreira Docente, mostrou exatamente esse ímpeto reformista, esse ímpeto de aperfeiçoamento. E é por isso que, agora, hoje, aqui, assumimos que esse sistema criou injustiças, prejudicou os funcionários públicos.

E que é justo, até para que não haja, usando a velha linguagem entre os funcionários públicos, uma aristocracia operária e os outros, é justo que, nesta matéria, este sistema seja também revogado.

E, portanto, o Partido Socialista votará favoravelmente, como, aliás, já tive a oportunidade de dizer informalmente ao proponente, esta iniciativa. Fá-lo convictamente. Fá-lo com o seu passado, com o seu presente e sempre fiel aos seus princípios e aos seus objetivos.

É verdade que também há aqui uma questão que tem alguma importância e que nós não deixamos de analisar. O diploma tem, como sabemos todos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se fosse antigamente, aquela discussão da montanha tinha aqui enquadramento!

O Orador: Deixa à terra, Sr. Deputado Bruto da Costa, porque tem aqui responsabilidades para exercer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Explique lá o que é que quer dizer com isso!

O Orador: É líder parlamentar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que isso tem a ver?

O Orador: Em termos técnicos-jurídicos, o diploma tem uma vocação universal, como ele próprio proclama. Isso, no entanto, não deve ser um critério imediato para averiguarmos da possibilidade, ou não, de legislarmos diferentemente. Isto, porquê? Desde logo, porque não cabe à própria lei estabelecer a sua validade, o seu âmbito e a sua hierarquia. Cabe à Constituição.

E, em termos daquilo que é a competência legislativa da Região Autónoma e aquilo que são as competências reservadas, de acordo com a Constituição, da Assembleia da República, teríamos aqui, eventualmente, um problema se esta matéria caísse no âmbito da competência reservada, na alínea que refere as bases do regime e o âmbito da função pública, da Constituição.

Não há, como nunca houve, em Portugal um diploma próprio e específico que concretizasse e que possamos chamar de uma lei geral da função pública. E, portanto, isso não nos ajuda. De qualquer modo, há jurisprudência nesse sentido que, inclusive, refere que a versão originária da Constituição referia todo o regime da função pública. Em revisão, passou apenas para as bases.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora, quem está a descer à terra é o senhor!

O Orador: E a própria nota técnica do diploma ou da proposta, do diploma nacional, vai no sentido de não considerar esta matéria como incluída nas bases e âmbito da função pública.

Assim sendo, pensamos que está ultrapassado o eventual problema jurídico. Pensamos, de acordo com aquilo que defendemos, que é competência legislativa desta Assembleia, sobretudo após a revisão constitucional de 2004 e a terceira revisão do estatuto, que nós podemos alterar esse diploma, como, aliás, já o fizemos para algumas carreiras. E, nessa medida, trata-se de uma opção política. E nós pensamos que é tempo, que é oportuno fazer o balanço político e substantivo deste regime. E, em conformidade, esse juízo, da nossa parte, é negativo. E, em conformidade, votaremos favoravelmente o diploma do PAN.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A avaliação de desempenho é, sem dúvida alguma, fundamental para até a valorização dos trabalhadores. Foi um sistema que, penso que todos concordamos, não atingiu os objetivos que, com bonomia, pretendia atingir, não contribuiu para a valorização dos ativos da Administração Pública Regional, precisamente porque, sem querer entrar na discussão na especialidade, precisamente porque, dizia eu, impõe este regime de quotas que quarta, digamos assim, a alguns trabalhadores a possibilidade de progredirem por não poderem ser avaliados com o nível de excelente em alguns anos, por motivo de terem que ser avaliados com este nível outros.

Foi um regime que, por isso, não atingiu os seus objetivos, mas contribuiu, sobremaneira, para uma carga burocrática dos serviços, das chefias, que, muitas

vezes, até por mero comodismo, perdoem-me a expressão, faziam essa avaliação de uma forma leviana.

E, como tal, o diploma que nos traz, hoje, aqui, o PAN, que, grosso modo, revoga a questão das quotas e do sigilo dos processos individuais, vem melhorar o sistema. Mas, para isso, e há sempre um “mas” em todos esses processos, é preciso mudar também o paradigma na cabeça de quem vai avaliar, porque, se continuar esse tipo de comodismo perante os colegas, o que vai acontecer é que vai ser mais fácil à frente do colega dizer: foste excelente este ano. Do que ter que dizer ao colega: tem paciência, mas José é melhor do que António, Maria é melhor do que Francisca.

E aí é que é preciso fazer a pedagogia. E é preciso que as chefias ao mais alto nível façam passar para baixo esta pedagogia. Nós sabemos que muitos tiveram excelente por quota e que muitos não tiveram excelente por quota. Mas agora também não se pode tratar tudo da mesma maneira. A avaliação de desempenho tem que ser rigorosa, tem que ser séria e tem que avaliar de forma diferente aquilo que é diferente, para usar uma expressão que ainda no debate do diploma anterior foi aqui usada várias vezes, porque não se pode, de facto, tratar de forma igual aquilo que é diferente. Não podemos correr o risco de prejudicar por causa das quotas, nem podemos correr o risco de beneficiar toda a gente porque já não há quotas.

E, por isso, nesse sentido, vamos, obviamente, associar-nos a este diploma do PAN, mas sem deixar de alertar os dirigentes da Administração Pública Regional para a necessidade dessa pedagogia e desse trabalho que tem que ser feito junto das chefias.

Mas o que é certo é que esta situação vem repor alguma justiça em todo o sistema de avaliação de desempenho dos trabalhadores da Administração Pública Regional, inclusivamente de alguns quadros superiores que têm que ser avaliados pelas suas chefias e que, neste momento, não são valorizados da forma que são.

Neste sentido, Deputado Pedro Neves, parabenizar V. Exa. pela iniciativa e dizer que conta com o voto da Iniciativa Liberal.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, com todo o respeito que tenho por si, eu nunca serei capaz de dar uma aula de história assim tão bem dada, por todas as razões óbvias. Quem olhar para nós os dois percebe que não serei capaz de dar uma aula de história igual à sua. Contudo, também, isto obriga-me a fazer aqui o que eu realmente não gosto muito de fazer. Da história recente, eu lembro-me. E da história recente, sabemos o quê? Sabemos que o Partido Socialista nos Açores, enquanto foi Governo, nunca teve sequer a coragem de aceitar uma abolição das quotas e limitou-se apenas a adaptar diplomas nacionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E não esteve, também neste aspeto, ao lado da Administração Pública, da reforma da Administração Pública e de todos os trabalhadores da Administração Pública nos Açores.

Por isso, vir aqui dizer que o PSD fez mais ou menos, pois, o Partido Socialista, enquanto era Governo na Região, o que fez, também sobre esta matéria, foi igual a absolutamente nada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E sobre a sua análise descomplexada e cheia de coragem sobre este tema, recordo que, ainda há pouco tempo, a Ministra Mariana Vieira da Silva – não sei se estava também neste caso a usar a palavra que gosta muito, que é a semântica, se era uma questão de semântica ou não, como se tem lido, que agora a palavra semântica serve para tudo, ou uma eventual evolução de pensamento, –

já disse que o SIADAP não acabará com as quotas. Por isso, faça como a bancada parlamentar do PSD, que se põe ao lado, com coragem de assumir que é a favor da abolição das quotas, e interceda junto do seu partido no Governo da República, para que essa sua coragem chegue, não só aos Açores, mas a todo o país.

Obrigada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma que nos traz aqui o PAN pretende corrigir injustiças. Pretende corrigir injustiças, porque a avaliação de funcionários, quando está dependente de quotas, corre sempre o sério risco de haver tantos bons, mas não haver tantas vagas para os bons ou para os muito bons. E se essa iniciativa pretende corrigir essa injustiça, também tenho sérias dúvidas que o modelo que se pretende implementar, através da aprovação da medida aqui trazida pelo PAN, também faça justiça.

Mas pelo menos tenho a certeza de uma coisa: a pressão que vai ser colocada sobre quem avalia os elementos que tem seu cargo, a pressão que vai ser colocada será bastante maior. E tenho dúvidas de que essa pressão venha a ser boa conselheira na avaliação de funcionários.

Por esta razão, vou-me abster neste diploma, porque entendo que virá o tempo em que haverá necessidade de tomar outras medidas no sentido de corrigir também o modelo atual, porque não nos podemos esquecer que aquilo que se pretende agora

corrigir já nasceu para corrigir aquilo que era também uma injustiça. Portanto, voltar atrás não será talvez a melhor das soluções. Eu acho que é um assunto que merecia mais pensamento. E, por esta razão, por ter dúvidas da real bonomia desta iniciativa, vou-me abster.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Brevemente, a respeito da intervenção da Sra. Deputada Sabrina Furtado, para lhe lembrar o seguinte, começando com uma esperança: eu tenho esperança de que o PSD/Açores seja uma estrutura autónoma, tal como é, e aí posso falar com mais propriedade, o PS/Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com mais propriedade?!

O Orador: E, portanto, o PS/Açores, designadamente naquilo que falávamos ontem, quando estava no Governo, naquilo que achou ser uma matéria essencial, acho que demonstrou, na prática e por atos, a sua autonomia. O PS/Açores não abdica dessa autonomia, nem quando está no poder, muito menos quando está na oposição. Mantem-na de igual forma.

E, portanto, o que nós sabemos e que, afinal, podemos concluir é que alguns partidos, designadamente o seu, designadamente o meu, a respeito desta questão, não tiveram sempre a mesma posição. Não é nada de grave. E não é nada que a mim me preocupe no que diz respeito ao Partido Socialista. Parece que agora até temos a mesma posição.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Estranho!

O Orador: Não vejo porque é que seja estranho. Olhe, está ao lado de um Sr. Deputado que achava que o subsídio de insularidade era um pecado. Hoje, creio, quero acreditar, é um firme defensor dos subsídios de insularidade. As coisas

evoluem, os partidos mudam. Creio que o PSD, hoje, defende convictamente os subsídios de insularidade e os regimes que estão em vigor. Nem sempre o fez. Vamos ter isso e essa evolução...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mentira!

O Orador: Não é mentira. E o Sr. Deputado bem sabe que não é.

Vamos ter isso como positivo. Estamos de acordo. Ainda bem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora!

O Orador: Agora. Pois, em 1992, o seu partido apresentou um projeto de revogação do subsídio de insularidade. É só agora. Mas chegámos lá. Eu penso que isto é que é importante.

Agora, eu não percebo bem a Sra. Deputada Sabrina. Tal como eu afirmei relativamente à iniciativa do PAN, parece que o PSD fica incomodado quando estamos de acordo. Não tem que ficar. Não há que ter aqui sentimentos proprietários. Eu espero, inclusive, que o silêncio que levou os partidos a aderirem a este debate, apesar dos insistentes convites do Sr. Presidente da Assembleia, seja um sinal positivo e um sinal de que todos os partidos estavam apenas convictos da sua posição, de tal forma que acharam até que bastava manifestá-la na declaração de voto.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em qualquer sistema de avaliação e no caso que estamos a apreciar, a avaliação

dos funcionários públicos, pretende-se e deseja-se que seja rigoroso, que seja objetivo, para que possa ser justo.

Ao fim de alguns anos de aplicação deste sistema, percebe-se claramente que o sistema de quotas implementado para que os funcionários públicos possam ser avaliados com a mais elevada classificação cria uma grande injustiça e cria, sobretudo, um fator de desmotivação, porque, obviamente, quem trabalha e se empenha arduamente todos os dias em cumprir com as suas funções públicas, que comparece ao trabalho diligentemente e a horas e que cumpre com as suas tarefas a tempo e horas, obviamente que não gosta de chegar ao final do período de avaliação e ser-lhe dada uma palmadinha nas costas e dizerem: bom, cumpriste, mas temos uma quota que te impede de obter a classificação de excelente.

E, portanto, impõe-se corrigir esta iniquidade. E, portanto, estamos favoráveis a esta proposta que nos é apresentada pelo PAN, porque a implementação do sistema provou que o sistema era injusto.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, parece-me óbvio, incluindo o proponente da iniciativa neste debate, parece-me mais que óbvio, mas eu não referi, que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores adere, associa-se à sua iniciativa com muito orgulho.

E dizer ao Sr. Deputado Francisco Coelho: eu lamento desiludi-lo, mas eu tenho,

sim, sentimentos proprietários. Tenho muito sentimento proprietário por ser de uma Região que neste plenário está a ser um exemplo para o país em várias matérias.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Eu tenho orgulho em ser dos Açores e em estar num plenário que faz história no país.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os deputados já deviam saber que isto não me comove. E se quiserem, eu espero que acabem de falar.

E refiro-me, naturalmente: à aprovação do Estatuto da Carreira Docente, ontem, pioneira no país; à atualização das carreiras dos enfermeiros, com toda a justiça e equidade, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque nós, efetivamente, nos Açores temos este direito, de fazer diferente do resto do país; e, agora, associando-nos, sem qualquer dúvida, à iniciativa que se põe ao lado dos trabalhadores da Administração Pública, mantendo a senda, também, deste Governo e, neste caso, do Grupo Parlamentar do PSD, que o suporta, de uma efetiva reforma da Administração Pública Regional, sempre e sempre, como os outros exemplos que acabei de usar, a favor das pessoas e não de uma qualquer política de ocasião. Por isso, sentimentos de propriedade, tenho, sim, senhor. Tenho muito orgulho em ser dos Açores. E que esta Região está a ser, factualmente, em várias e várias matérias, um exemplo para o país, por mais que vos custe.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Sabrina Furtado, muito bem. E eu fico feliz por a Sra. Deputada estar feliz e orgulhosa. Não sei é se será uma boa ideia cada um de nós fazer o desfile, o rosário das suas iniciativas, dos seus ganhos no poder ou na oposição. Eu também estou muito feliz com o que aconteceu aqui, ontem. Aliás, na sequência, como foi dito, do que aconteceu à carreira docente, com o descongelamento que aconteceu nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aliás, o senhor está muito feliz de estar aí!

O Orador: Antes disso, com a nunca inclusão das quotas. E mais e mais. Estou muito feliz por ter acabado, no fim do século XX e apenas no fim do século XX, por falar em professores do ensino básico, as direções escolares de 1930, do tempo de Oliveira Salazar. Fiquei também muito feliz. Já era altura. Fiquei muito feliz com, vinte e tal anos depois da instalação da autonomia...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a ficar para trás nessas escavações!

O Orador: Não tenha medo da concorrência, Sr. Deputado Joaquim Machado! Não tenha medo da concorrência!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Competição!

O Orador: Fiquei muito feliz quando, cerca de 28 anos depois da instauração da autonomia, tivemos finalmente uma Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que permitiu a baixa de impostos, a adaptação fiscal.

E, portanto, esse rosário talvez corra o risco de ultrapassar o âmbito desta discussão. E eu não quero melindrar o Sr. Presidente. Estou feliz com a sua felicidade, Sra. Deputada.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Se quiser jantar...

O Orador: Podemos pensar nisso.

Ficamos por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, acredito que ficamos todos felizes com a felicidade que se vive aqui dentro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Francisco Coelho (PS): Até o Sr. Secretário também está feliz!

O Orador: Eu estou sempre feliz.

Bom, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em relação a esta matéria em concreto, duas ou três notas: o consenso que se verifica aqui neste Parlamento, espero que possa reforçar aquilo que é a afirmação deste poder autonómico e que possa também sublinhar que não estamos a violar as fronteiras da adaptabilidade nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, este consenso também tem que ter esse significado. E o Sr. Deputado Francisco Coelho, como jurista, sabe melhor do que eu a importância que isto poderá ter. Por um lado.

Por outro lado, é preciso notar, neste risco das fronteiras da adaptabilidade, não

só a questão das quotas, mas também a questão do sigilo, que tem a ver com outro tipo de regulamentação, com o RGPD. Temos que ter cuidado. Mas é evidente que estamos aqui a trilhar um caminho que julgamos que é importante.

Não queria deixar de dar uma nota relativamente também àquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata referiu e que é muito correto, que é: isto pode promover um sistema mais justo, mas também um sistema mais exigente. E a própria Administração Pública Regional tem que ter consciência das exigências que este sistema vai ter. E, nesse sentido, temos todos, até através da formação, mas também do incentivo ao cumprimento daquilo que é a racionalidade da classificação, isso terá de ser efetuado.

Em relação em concreto a este normativo nacional, é sabido que, e os próprios sindicatos deram nota disso, a partir de setembro se prevê também a reforma da lei nacional.

Deputado Berto Messias (PS): O único que não está feliz aqui é o Sr. Secretário, que vai ter que pagar isto!

O Orador: Vamos ver que caminhos é que irão ser trilhados. E vamos depois ver, no seguimento desta aprovação hoje e também da sua promulgação, o que é que no futuro teremos que alterar para melhorar, para nos conformarmos também com aquilo que é o normativo nacional.

Mas, em outra instância, dar nota que os princípios que aqui são advogados, nesta proposta do PAN, julgamos que são justos e corretos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o que eu lhe quero dizer é que o Grupo Parlamentar do PPM irá votar favoravelmente a sua proposta, a sua iniciativa. E vamos votar favoravelmente a sua iniciativa porque consideramos que traz, fundamentalmente, três elementos fundamentais no âmbito desta legislação: primeiro, maior equidade; segundo, maior transparência; e terceiro, maior igualdade.

V. Exa. faz aqui várias referências e faz uma interpretação com que o Grupo Parlamentar do PPM concorda.

E vou, se me permite, ler três parágrafos seus: “A definição de percentagens fixas na realização das avaliações finais qualitativas de desempenho dos trabalhadores da Administração Pública Regional não se tem revelado equitativa, sendo apenas um entrave ao progresso profissional devido às inerentes exigências orçamentais, é visto como um sistema de contenção orçamental.” É verdade. É verdade, Sr. Deputado.

Outro parágrafo: “Desse modo, o atual sistema de avaliação com recurso à imposição de quotas sobre a qualidade do trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional é visto, na sua essência, como um sistema de contenção salarial, limitando o progresso profissional dos trabalhadores e com isso o aumento das remunerações.” É verdade, Sr. Deputado. É verdade.

Depois, para terminar, não que eu não concorde com a restante exposição de motivos: “Porquanto, não é ponderado [diz V. Exa.] o real mérito do trabalhador, mas sim as razões conexas ao sistema de preenchimento de quotas determinado pelo Governo em função das restrições orçamentais, esvaziando-se o direito do trabalhador a uma verdadeira avaliação de desempenho.” Mais uma vez, faz V. Exa. referência à questão das restrições orçamentais. Faz três vezes esse conjunto de referências.

Mas já vimos que, ao contrário da manhã, em que isso poderia de alguma forma condicionar quem achava que a Região não tinha essa capacidade orçamental, que estava falida, de quem vinha atrás é que tinha que pagar as contas, etc., essa sua exposição de motivos não logrou afugentar o Partido Socialista nesta matéria. Também o Partido Socialista está convertido aos seus argumentos, Sr. Deputado, à sua exposição de motivos, ao diploma que V. Exa. aqui traz.

E, portanto, Sr. Deputado, que maravilha aquilo que aconteceu em 2020, a alteração do Governo, o fim de uma maioria absoluta de 24 anos, a possibilidade de aqui não existir maioria absoluta e de aqui serem aprovados textos tão bem fundamentados como o seu. Que numa situação anterior a 2020 seria esmagado por uma maioria absoluta impiedosa por questões orçamentais, mas que agora, neste novo contexto, é apenas observado no âmbito do seu mérito, da sua qualidade e da sua justiça.

Por isso, Sr. Deputado, estando nós neste novo mundo, Sr. Deputado, eu quero dirigir-lhe os meus parabéns, as minhas felicitações.

Deputado Berto Messias (PS): Eu acho que o senhor não ouviu a intervenção do Sr. Secretário!

O Orador: Não tento apropriar-me da sua proposta. O mérito é integralmente seu. Mas quero dizer-lhe que o PPM irá votar convictamente a sua proposta, porque é justa, é equitativa e representa um avanço muito grande para a Administração Pública Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

Na sequência, também, dizer algumas palavras sobre a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Naturalmente que fiz referência e tenho consciência da importância do enquadramento jurídico. Face àquilo que é a posição dos Açores, face àquilo que é a Constituição atualmente, na sequência da revisão de 2004, eu, pessoalmente, não tenho dúvidas acerca dessa interpretação. Se outros terão, ou não, veremos. Mas acho que nós e este Parlamento não podemos nem devemos ter.

A questão do sigilo, como referiu, também tem a sua importância. É óbvio que, a ser fixado, o espírito do legislador não foi certamente um espírito malévolo. Ele sobrevalorizou um dos conflitos aqui em presença, designadamente o da proteção pessoal. Penso, no entanto, que, tal como de acordo com os princípios gerais hoje e de acordo com aquilo que é o entendimento da CADA – Comissão de Acessos aos Documentos Administrativos, também havendo interesse atual, direto, pessoal e legítimo, designadamente para efeitos de recurso, esse sigilo já é quebrado. Também, alguns casos poderá haver no outro extremo em que justificações poderão levar a que, excecionalmente, essas classificações, ou uma ou outra, continuem, por motivos relevantes e legítimos, a ser sigilosas.

De resto, também é verdade que, às vezes, como já aqui discutimos hoje mais do que uma vez, e não creio que daí resulte problema nenhum, às vezes, também temos que ir pelos pequenos passos.

O Partido Socialista também acha que esta legislação, pela sua importância, pela sua complexidade, pelo seu procedimento, merece uma revisão mais global, que esperemos que também seja feita no melhor sentido, desde logo também a nível nacional.

E há aqui outros fatores também extremamente importantes, como, designadamente, a periodicidade da avaliação, conforme nós todos sabemos.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já cá faltava!

O Orador: ... não posso deixar também de estar feliz com ele. Ele está felicíssimo pelo quadro parlamentar que resultou das eleições de outubro de 2020. Eu não quero contrariar essa felicidade. Mas não vou comentar pela simples razão de que eu acho que ele estava a falar mais para o PSD e para os seus aliados de coligação do que para o PS. E, portanto, abstenho-me.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, dizer com o Chega acompanha esta proposta do PAN. Enaltece tudo o que seja valorizar, criar equilíbrio, justificar o mérito, tem sempre a nossa concordância.

Infelizmente, nós todos vamos vendo que até na própria sociedade o mérito nem sempre é o melhor, às vezes é o amiguismo, o cartãozinho partidário, o compadrio e companhia, limitada. Tudo o que nós poderemos evitar que isto aconteça... Até aqui, tecnicamente, estava um bocadinho limitado. As pessoas têm que vencer pelo mérito. E não vencer nem por via administrativa nem pelas outras vias que nós bem conhecemos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou, de facto, feliz. Há mais de dois anos que estou feliz.

(Risos dos Deputados das bancadas da coligação)

Houve uma altura da minha vida em que eu achei que os últimos 24 anos podiam ser um desperdício. 24 anos é muito tempo de vida adulta. Se fizéssemos depois a soma... digo: bom, mas toda a minha vida a fazer oposição e isto não se altera? E poderia ter pensado: bom, isto, afinal, esta parte da minha vida foi um desperdício. Mas aquilo que aconteceu em 2020, aquilo deu um novo significado à minha vida parlamentar e à minha vida pessoal. E, por isso, é evidente que estou feliz.

Mas um deputado nunca deve pensar na sua felicidade individual, deve pensar em fazer felizes aqueles que serve na Região. E eu tinha a certeza de que a minha felicidade também poderia ser a felicidade de muitos na Região Autónoma dos Açores. Por isso é que eu me debati tanto por ser feliz.

E, agora, graças ao novo quadro parlamentar, com o fim de uma maioria absoluta obsoleta, com o fim de uma maioria absoluta monolítica, com o fim de uma maioria absoluta que estagnava a nossa Região do ponto de vista das alterações que era necessário fazer e que era justo fazer, com o fim de uma maioria absoluta que nunca aceitaria, Sr. Deputado, estes três parágrafos que V. Exa. aqui escreveu, com o fim dessa maioria absoluta, a verdade é que muita, muita gente, dos médicos aos enfermeiros, aos pescadores, agora ao conjunto da Administração Pública, aos nossos empresários, tanta, tanta gente vive hoje muito mais feliz do que antes de outubro de 2020.

Deputado João Vasco Costa (PS): Volte à terra, Sr. Deputado!

O Orador: Hoje, são muito mais felizes. E é por isso que valeu a pena esta luta de tantos anos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, esta alteração é substancial. É uma alteração fundamental. É seu mérito político. Espero que seja tido em conta pelos cidadãos, sinceramente, porque os deputados merecem ser premiados pelo trabalho que aqui apresentam. E espero que tenham em conta o seu trabalho e a sua preocupação nesta matéria.

Este sistema era muito injusto, não tinha em conta o mérito, não tinha em conta a justiça. Tinha em conta, como V. Exa. bem referenciou, questões economicistas, questões orçamentais.

E é evidente que uma boa reforma da Administração Pública, que é necessário fazer, tem que contar com a participação dos funcionários da Administração Pública, com o seu empenho. Mas se eles souberem que estão a ser avaliados de forma justa, que o que é tido em conta não é uma quota, é o seu mérito, eu tenho a certeza de que eles estarão motivados para que essa reforma que nós estamos a fazer funcione, para que esse mérito seja, de facto, tido em conta.

Eu tenho a certeza de que essas são as condições essenciais para que a reforma da Administração Pública funcione, para que os nossos serviços funcionem melhor. Porque as pessoas, como todos nós, em diferentes setores... O setor da Administração Pública, quando hoje lhe chegar esta notícia, que o Parlamento dos Açores aprovou, com o apoio do Governo Regional, esta alteração tão substancial, que alguns esperaram décadas para que ela acontecesse, eu tenho a certeza que muita gente, muita gente em todos os Açores ficará muito satisfeita, ficará muito feliz.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Engraçado é que no diploma anterior o Código

do Trabalho era um problema, neste já não é! Vocês sabem muito!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste diploma. Vamos votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que Estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores.”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII colocado à votação foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Iniciamos o debate e a votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade. Não havendo, vamos passar à votação do artigo 1.º, colocando em primeiro lugar a proposta de alteração do PAN, ao artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo colocada à votação foi aprovada, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Colocamos agora à votação o artigo 1.º do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Os artigos 2.º e 3.º do diploma não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto? Não havendo oposição, estão à votação os artigos 2.º e 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PAN, ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PAN, ao artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Colocamos agora à votação o artigo 5.º. com esta proposta de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Votação final global

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII, em votação final global, foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa agenda. Avançamos para o ponto 7: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e**

Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já daqui desta tribuna disse algumas vezes, mas nunca é demais repetir: em outubro de 2020, pela primeira vez em democracia, os açorianos puderam votar num partido liberal, com um programa liberal, assente na premissa de libertar os Açores do excesso de dependência do Estado Central e Regional, devolver autonomia às pessoas e, conseqüentemente, liberdade a toda a sociedade.

Vimos para libertar os Açores e os açorianos de serem proprietários de empresas públicas monopolistas, que não têm qualquer incentivo a praticar preços baixos e competitivos, ignorando que poderíamos ter melhores soluções nos transportes aéreos, nos transportes marítimos, na energia, na saúde, na educação e até mesmo no setor primário.

Continuamos nesta senda e no encalço desse objetivo, porque nunca descobriremos as potencialidades de uma sociedade verdadeiramente livre enquanto continuarmos a proteger os interesses instalados e não acreditarmos que mudar é mesmo possível.

Décadas de estatismo desperdiçaram muito do potencial dos Açores e dos açorianos, enfraquecendo a economia, a sociedade civil e até as instituições políticas, estimulando um lamentável facilitismo, um tenebroso assistencialismo, um assustador caciquismo, contribuindo apenas para nos conduzir a uma situação de dívida excessiva, endividamento elevado, dependência social extrema e níveis de qualificação, educação e capacitação muito aquém de qualquer nível desejável.

Mas há lugar para mais políticas e melhores políticas, reformistas, moderadas, mais ambiciosas, arrojadas e contemporâneas, que propõem soluções que funcionam e que já funcionaram noutros países, que a nossa diáspora muito bem conhece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal tem tentado trazer à política regional uma visão diferente do *status quo*, propondo efetivas mudanças de paradigma.

Infelizmente, existem protagonistas do poder que afrontam quase todos os dias aqueles que, lutando pela efetiva mudança, lhes permitiram consubstanciar uma alternância democrática que se impunha.

A nossa visão e o nosso desiderato reformista é, no entanto, bem maior do que as transformações prometidas, mas ainda não concretizadas.

Neste sentido, concretizando os compromissos assumidos com os açorianos, de fazer diferente para mudar os Açores para melhor, face à falta de vontade política do Governo e da coligação em avançar para uma reestruturação mais profunda do setor empresarial regional, a Iniciativa Liberal traz a este Parlamento uma proposta que visa:

- 1) Melhorar a gestão e a eficiência do setor de atividade mais importante da economia regional – a agricultura;
- 2) Agilizar procedimentos no domínio do ordenamento do território e dos mercados agrícolas;
- 3) Despartidarizar os cargos de nomeação, valorizando a meritocracia (ainda há pouco falamos de meritocracia no caso do diploma que aprovámos do PAN), reduzir despesas em cargos de chefia, compaginar as definições políticas aos tempos que correm, cortando com as amarras comunistas que ainda se encerram nas competências atribuídas, nomeadamente ao nível do ordenamento, planeamento e utilização do território.

São, pois, objetivos essenciais deste Projeto de Decreto Legislativo Regional que

propõe a criação da AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., IROA, e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA, IAMA.

E, como disse já no princípio, ultrapassar essas forças de resistência que implodiram na tentativa de proteger cargos públicos que ocupam, promovendo lamentável e escandalosamente campanhas difamatórias, cabalas, mentiras, teorias da conspiração e até atos desesperados a que assistimos em torno de uma proposta muito objetiva para o setor empresarial regional.

Se é possível fazer diferente para obter resultados diferentes? Sim, é possível fazer diferente e, sim, é possível fazer melhor, é possível fazer muito melhor, porque ser livre é mais vantajoso do que o ser contrário. Repetimo-lo desta tribuna já muitas vezes. E só tem medo do liberalismo quem tem medo da liberdade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa, projeto de DLR, apresentada pela Iniciativa Liberal tem o mérito de contribuir para a necessária reflexão sobre aquilo que é a realidade e que não deve ser imutável, a realidade não só no âmbito da orgânica da Secretaria da Agricultura e dos seus serviços, mas também do próprio setor público empresarial. E reconhecemos que demonstra um esforço do proponente, numa proposta bem elaborada e densificada.

E sobre esta iniciativa, também recordamos aquilo que disse o Sr. Secretário da Agricultura em sede de audição na Comissão de Economia, em que reconheceu o

contributo desta proposta naquilo que são as necessidades de alteração orgânica da própria Secretaria da Agricultura. E disse que deve ser vista nesse sentido como um contributo válido.

Nós também temos que recordar o seguinte: é evidente que a estrutura da Administração Pública e a estrutura do setor empresarial não é imutável. E este Governo tem dado o exemplo disso desde o início da legislatura, nomeadamente com a apresentação de propostas de extinção de empresas públicas, no caso da Azorina, da SDEA e da Sinaga, aprovadas aqui em sede do Parlamento.

E, portanto, este Governo, nesta matéria, apesar dos dois anos e meio, tem já provas dadas nesse desafio de reestruturação, quer do SPER, quer da Administração Pública Regional.

Em matéria de reestruturação da Secretaria da Agricultura, também foram declarações em sede da Comissão de Economia, a visão deve ser global do ponto de vista daquilo que é a orgânica da Secretaria e, nesse caso, dos institutos públicos, no caso do IAMA ou no caso da empresa pública IROA. Portanto, deve ser uma abordagem global e não parcial. E esta é uma das limitações da proposta aqui apresentada e que está em discussão.

E também disse o Sr. Secretário da Agricultura que estava a ser desenvolvido um trabalho, um estudo, do ponto de vista daquilo que seria uma abordagem global da própria orgânica da Secretaria. Embora não tenha apresentado data para a sua apresentação, mas era um trabalho que estava em curso, o qual também aguardamos.

E, portanto, esta proposta, neste contexto, não deixa de ser parcial, ainda que com o mérito que todos reconheceram em determinados aspetos.

Mas em concreto neste projeto de DLR há uma matéria da qual discordamos de uma forma objetiva e fundamental: passa por aquilo que é a proposta de constituição de uma sociedade anónima de capitais públicos e também por aquilo que é a fundamentação para esta proposta. Nós entendemos que aquilo que são as

funções atuais do IAMA são perfeitamente compatíveis com aquilo que é a figura jurídica de um instituto com autonomia administrativa e financeira.

E as questões que na Comissão de Economia foram apresentadas pelo proponente em termos de maior facilidade de financiamento, que é o caso do artigo 13.º do projeto, nós entendemos que esse financiamento deve passar, sempre, naquilo que são as necessidades desse instituto ou daquilo que são as funções do IAMA, não por financiamento bancário, mas sim para aquilo que é o esforço do orçamento da Região nas necessidades de financiamento, quer sejam para investimento, quer sejam para o funcionamento corrente do instituto. E, portanto, não reconhecemos a necessidade da transformação numa sociedade anónima de capitais públicos, com o fundamento de que seria necessário para o financiamento desse instituto.

E também naquilo que é outro dos argumentos apresentados, no sentido de que facilitaria candidaturas a fundos europeus, nós entendemos e tem sido a prática passada, que qualquer candidatura, mesmo que seja uma empresa pública, no caso do SPER, no caso da saúde, passa sempre pela autorização da tutela. Ou seja, as empresas públicas ou os institutos, quando apresentam propostas de candidaturas a fundos europeus, isso passa sempre por aquilo que é uma verba global atribuída a cada setor e aquilo que são as prioridades dentro de cada Secretaria. E, portanto, nunca é uma iniciativa autónoma sem que passe pela respetiva tutela.

E, nesse sentido, as duas vantagens que são apresentadas, quer ao nível de financiamento, quer ao nível da possibilidade de candidaturas a fundos europeus, parece-nos que não é válida essa justificação para a futura criação de uma sociedade anónima de capitais públicos.

Poderia a Iniciativa Liberal colocar a questão: então, porque é que o PSD ou outro partido não apresenta alterações ao diploma? A questão fundamental é essa: desde logo, qualquer alteração que fosse apresentada em matéria do regime de empresa de capitais públicos implicava uma alteração substancial da proposta, ou seja, poucos seriam os artigos que ficariam de pé. E, portanto, não seria compatível

com a proposta que é apresentada.

Por último, cito ainda o parecer do Conselho Económico e Social, que, na prática, partilha um pouco aquilo que já foi exposto aqui, ou seja, que essa alteração acaba por ser parcial e que aquilo que se exige seria uma alteração mais profunda. E esta alteração, transformando duas entidades numa, só por si não resolve aquilo que é o desafio que se coloca do ponto de vista da reforma da Administração Pública e, neste caso em concreto, da Secretaria da Agricultura.

Nesse sentido e em consequência do que disse, nós não poderemos acompanhar a proposta que é apresentada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Chega, o emagrecimento da máquina do Estado e tudo o que está lá como satélite e que se foi inventando é sempre algo bastante favorável, é algo sempre desejável até.

Eu arrisco-me até a dizer que o Estado é dos piores gestores que eu conheço de empresas. Sempre que o Estado lá mete a mão, a coisa corre mesmo muito mal. E se querem um bom exemplo: SATA. A palavra SATA diz tudo.

Podemos falar de outras coisas, mas também é certo que nalgumas situações e até nalguns setores ou nalguma área mais específica, num arquipélago como os Açores, às vezes, o Estado acaba por ter que ter algum papel de maior peso.

Do estudo que fomos fazendo e das conversas que fomos tendo com algumas pessoas ligadas ao setor, inclusive ligadas ao IROA e ao IAMA, percebemos que

o emagrecimento também não seria nada de outro mundo, mas o que nos chamou mais a atenção foi um pouco o descontentamento também dos trabalhadores. E isso, realmente, deu-nos um grito de alerta.

Apesar de concordarmos com muito do que disse ali o Sr. Deputado Nuno Barata daquela tribuna, apesar de concordarmos com muito ou quase na sua maioria, ficámos também aqui com um grau de dúvida bastante grande quanto à utilidade de fazer isto. E quando há dúvida, ficamos aqui a meio canal. E preferimos, às vezes, ficar no meio e não cairmos para qualquer um dos lados, porque podemos estar aqui a fazer algo que no futuro nos possamos arrepender.

O Sr. Deputado já me explicou, por diversas vezes, algumas destas situações. Eu continuo a não ficar confortável. E quando não estamos confortáveis, o melhor mesmo é estarmos quietos.

E, assim sendo, não vamos acompanhar, mas também não vamos chumbar, digamos assim. Vamo-nos abster neste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo começar por dizer, aliás, também já tinha sido mencionado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que este XIII Governo Regional tem plasmado no seu programa de governo a intenção de avaliar e reavaliar tudo aquilo que seja a pertinência da existência das diversas empresas do perímetro empresarial regional, do setor público empresarial regional, e, obviamente, sem muitos complexos, encerrar aquilo que é necessário encerrar, que se demonstrar pertinente, e manter aquilo que configurar uma mais-valia para a prossecução daquilo que são os objetivos, tanto do Governo, como das políticas do Governo, como aquilo que está ao serviço dos Açores e dos açorianos e das diversas áreas

económicas.

Por isso, é óbvio que olhamos com agrado quando vêm propostas que visam também tentar otimizar o sistema e, neste caso, esta proposta da Iniciativa Liberal, sobre a criação de uma empresa que, no fundo, extingue o IROA e o IAMA, fundindo as suas funções numa empresa de capitais 100% públicos.

No entanto, consideramos que o Governo, obviamente, tem mostrado essa abertura, tem estado a trabalhar nesse sentido. Logo no início, na entrada de funções, anunciou logo a extinção da SDEA, por exemplo, que era algo que se mostrava bastante desnecessário naquilo que era a função do Governo.

E, para este caso, obviamente, avaliamos a proposta da Iniciativa Liberal, mas deparamo-nos com alguns constrangimentos, alguns de base. Também subscrevo alguma daquela que foi a argumentação do Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que não nos permitiria acompanhar este diploma nem o desvirtuar, porque, para nós, o caminho não é através da criação de uma empresa S.A. com capitais 100% públicos.

Porquanto, também, aquilo que foi a argumentação e aquilo que, no fundo, foi avançado pelo proponente relativamente às vantagens, nós não vemos essas mesmas vantagens.

Relativamente à capacidade de endividamento ou à possibilidade de endividamento, não vemos vantagem em existir uma empresa que pode endividar-se sem, no fundo, haver qualquer prestação de esclarecimentos à tutela. Até porque, neste momento, tanto o IROA, como o IAMA, não o podem fazer por impedimento legal direto, ou seja, é uma impossibilidade. E nós achamos que está bem assim. Até porque gozam, atendendo ao orçamento que depois têm, de autonomia financeira e administrativa para procederem e prosseguirem com a sua atividade sem grandes constrangimentos e de forma até bastante expedita para a resolução de problemas no imediato.

Por outro lado, a questão da possibilidade, ou não, de aceder a fundos

comunitários, também consideramos que é preferível haver este trabalho direto com a tutela, uma vez que a tutela define aquilo que são as prioridades governativas e, no fundo, acaba por canalizar esses investimentos e ir beneficiar e procurar financiamento público nos fundos que existem e que estiverem disponíveis para esse desiderato.

E o último ponto que consideramos que também não é vantajoso e achamos até que é bastante inviável, parece-nos inviável, que foi um dos aspetos que foi referenciado também ao longo deste período que mediou a apresentação do diploma, a discussão pública e as próprias manifestações de trabalhadores, que se prendia com as questões, por exemplo, das reformas antecipadas e de poder haver uma negociação mais fácil sendo uma S.A. Ora, no Grupo Parlamentar do CDS, parece-nos inviável e bastante difícil que a AGRIAZORES pudesse... Por um lado, legalmente, seria possível, mas parece-nos que, na prática, seria bastante inviável fazer uma gestão *ad hoc* destas situações, negociando com cada um dos funcionários a sua situação em específico e arrançando um plano de pagamento para que pudesse haver uma reforma antecipada e, sobretudo, dizendo que haveria um recurso ao endividamento, por exemplo, para se poder solucionar o problema destes funcionários. Ora, estaríamos a criar uma enorme e, para nós, insanável desigualdade face a todo o perímetro público empresarial regional e face a toda a Administração Pública, em que essas situações não são possíveis. Não é possível nenhuma entidade pública recorrer a endividamento para negociar um qualquer regime de aposentadoria de um qualquer funcionário.

E, por isso, estes são, no fundo, os três principais aspetos que nos fazem não poder acompanhar este diploma, esta proposta, pese embora o trabalho e o esforço em olhar para o setor público empresarial regional e tentar dar-lhe uma nova abordagem do que tentar resolver os problemas da mesma maneira. Mas, sem dúvida, para o CDS, este não é o caminho e, por isso, não vamos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, como V. Exa. sabe, tive a oportunidade já de acompanhar muitas das suas iniciativas. E convergi com V. Exa. em muitas matérias, digamos que na maior parte das matérias que já foram discutidas nesta legislatura. Mas nesta matéria não posso acompanhar V. Exa. E não posso acompanhar V. Exa. porque não concordo com a proposta que traz aqui esta Casa. Veja que, em relação ao SPER, V. Exa. diz que quer reduzir o SPER. E o Governo tinha esse compromisso no programa do governo. E já o tem feito. Veja, por exemplo, a extinção da Azorina.

Deputado Berto Messias (PS): A grande asneira que isso deu e ainda dá!

O Orador: Veja, por exemplo, a extinção da Sinaga. Veja, por exemplo, a extinção da SDEA. Veja, por exemplo, as alterações que, entretanto, realizamos em Santa Catarina.

Se V. Exa. me disser assim: a Região não tem que produzir açúcar. O setor público empresarial regional não tem que produzir açúcar. O que eu lhe vou dizer é que, sim, está V. Exa. correto. Por isso é que nós extinguimos a Sinaga.

Se V. Exa. me disser: não é estratégico para a Região Autónoma dos Açores que se produza latas de atum, com uma dívida de 2,5 milhões de euros, por exemplo, por ano. Eu também concordo com V. Exa. Essa concordo com V. Exa.

Mas nestes casos em apreço não. O IAMA e o IROA são empresas fundamentais para a Região Autónoma dos Açores, para o setor agrícola. São fundamentais. Têm dado provas, ao longo de todos estes anos, quer com este Governo, quer nos Governos anteriores, da sua utilidade. E têm dado provas também de que são empresas estratégicas para um setor que é um setor importantíssimo para o futuro da Região Autónoma dos Açores, que é o setor agrícola. E, portanto, obviamente, tenho uma apreciação muito positiva em relação ao desempenho destas duas empresas.

Depois, a questão também é que cria V. Exa. uma sociedade anónima de capital exclusivamente público. E, portanto, o que irá fazer é aumentar o SPER. Ou seja, o que V. Exa. vai fazer é exatamente o contrário do que se propõe fazer, ou seja, diminuir o SPER. Não, V. Exa., com a criação da AGRIAZORES, faz exatamente o contrário, aumenta o SPER.

E em relação a esta empresa que V. Exa. cria, sendo que os institutos públicos regionais não podem, em geral, recorrer ao crédito, não transitam de ano financeiro com dívida, portanto, essas questões que V. Exa. também levanta não existem. Mas a verdade é que essas questões já são relevantes se criar uma empresa como AGRIAZORES, que estará, essa sim, no SPER.

Por isso e por um grande conjunto de outros motivos que terei a oportunidade de abordar em intervenções que, com certeza, se seguirão a esta primeira intervenção, eu quero dizer que o PPM votará contra a sua iniciativa, contra a iniciativa aqui apresentada por parte do Sr. Deputado Nuno Barata. É por estes motivos e por outros que terei a oportunidade de abordar. Porque, na nossa perspetiva, não seria um bom serviço que estaríamos a prestar ao setor agrícola, em que estas empresas se têm revelado como empresas estratégicas, empresas muito importantes.

Aliás, quero terminar esta intervenção fazendo uma referência também aos trabalhadores destas duas empresas, que são trabalhadores que têm prestado, ao

longo destes anos, um serviço exemplar ao serviço dos Açores. E, portanto, quero aqui também fazer-lhes uma referência pelo trabalho que têm prestado à agricultura dos Açores e aos Açores, ao longo de todos estes anos. E, portanto, é de justiça que se faça esse reconhecimento também.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura é um setor fundamental para a nossa Região, representava, em 2020, cerca de 6,7% do PIB regional, gera produtos de valor acrescentado e representa 9% dos postos de trabalho em toda a Região. 15 mil pessoas dependem da agricultura para recolher os seus rendimentos. Estamos a falar do sustento de muitas famílias açorianas, que deve ser assegurado.

E, assim sendo, importa que tudo o que se desenvolva para este setor tenha como propósito contribuir para que este seja mais forte, mais eficiente e com maior capacidade de resistência à volatilidade dos mercados, mantendo a capacidade de dar aos consumidores um produto que já é de elevada qualidade, tendo sempre como foco prioritário o rendimento justo de quem produz.

A Iniciativa Liberal traz a debate uma iniciativa que visa a extinção da IROA e do IAMA, duas entidades fundamentais para o sucesso da nossa agricultura, e, com isso, a criação da AGRIAZORES, uma nova sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, motivada por alguns pressupostos, como é o caso da redução do SPER e dos custos associados aos conselhos de administração e diretivos.

Importa lembrar que a IROA é uma sociedade anónima criada para a promoção do desenvolvimento das zonas rurais, através, mas não só, de investimentos públicos em caminhos agrícolas, eletrificação das explorações agrícolas e abastecimento de água, e que o IAMA é o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, em que a sua função assenta essencialmente na regularização e acompanhamento da evolução dos mercados agrícolas ao nível da transformação e comercialização. Fica evidente que IROA e IAMA são organismos totalmente distintos e com atribuições completamente distintas. E, dessa forma, a junção de competências tão díspares no mesmo organismo pode vir a provocar perdas de eficiência conseguidas ao longo dos anos, quer pelo IAMA, quer pela IROA.

Uma das preocupações dos trabalhadores da IROA prende-se com a possibilidade de uma mega sociedade, como será o caso da AGRIAZORES, engolir a IROA, quer a nível orçamental, quer a nível da celeridade nas respostas a dar ao setor, o que se poderá refletir negativamente no serviço prestado à nossa comunidade agrícola.

Sendo criada uma única sociedade, é esperado que se reduzam encargos desnecessários e custos associados aos cargos de nomeação. Porém, a iniciativa não identifica quantos cargos são e quem são. Ou seja, a criação de uma nova estrutura de departamentos e serviços sem detalhar a orgânica dos mesmos não nos permite aferir o peso económico-financeiro desta proposta, nem está demonstrado que a criação destas entidades seja menos onerosa para o erário público e muito menos que haja um ganho real para o setor agrícola regional. Na proposta não está plasmada a relação custo/benefício, quer para a Região, quer para o setor agrícola.

Esta proposta prevê a extinção de uma empresa do setor público empresarial regional, a extinção de um instituto da Administração Pública Regional indireta e, com isso, a criação de uma nova sociedade anónima de capitais públicos, que, por sinal, será bem maior. Lembremos que a IROA tem 29 funcionários. Juntando

os funcionários do IAMA, que são cerca de 576, estamos a falar de uma entidade com mais de 600 trabalhadores, ...

Deputado Nuno Barata (IL): E depois?

A Oradora: ... o que vai contra os próprios desígnios do proponente em diminuir o SPER e contra o que também está plasmado no programa do XIII Governo dos Açores.

Outra preocupação que ressalta nesta iniciativa diz respeito à pretensão da internalização do SERCLA na Secretaria Regional da Agricultura. Ora, tendo em conta que o SERCLA é o Serviço de Classificação de Leite para fins de pagamento, inserido no IAMA, e que o PCOL é o Plano de Controlo Oficial de Leite Cru, que prevê execução dos controlos oficiais na produção primária e locais de recolha, tendo por objetivo garantir a segurança e a higiene do leite, a cargo dos médicos veterinários oficiais da Direção Regional da Agricultura, este cenário levará a conflitos de interesse, com violação dos princípios de transparência, segregação de funções e proteção de confiança, colocando em causa todo o trabalho que se tem desenvolvido em qualidade de leite e, com isso, o rendimento dos produtores.

Bom, isto foram conclusões que foram retiradas e concluídas da análise desta iniciativa na Comissão de Economia. E como estas conclusões há muitas mais, algumas delas já foram referidas aqui nesta sessão por outros deputados.

E queria agradecer também ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros por lembrar as declarações do Sr. Secretário da Agricultura. E, com isso, voltava a referir que, em sede de comissão, o Sr. Secretário dizia que, em breve, e passo a citar, “irá apresentar o resultado do estudo sobre um plano de revisão das funcionalidades dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de cada ilha”. Passaram nove meses, Sr. Secretário. Quais são os resultados desse estudo?

Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): É preciso ter lata! Isso é tão primário!

A Oradora: E mais, dizia também que esta iniciativa deve ser vista como um contributo para a reflexão e que esta não é a solução. Pois bem, Sr. Secretário... Eu gostava de concluir a questão, Sr. Presidente, se a câmara me permitir.

Presidente: Faz favor, Sra. Deputada.

A Oradora: Já que o Sr. Secretário, em sede de comissão, defendia que esta não é a solução, então, eu pergunto-lhe: qual é que é a solução?

E, para já, eu aguardarei pela sua resposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): E qual é a vossa?

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhor, responda só!

Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Os senhores também têm direito a iniciativa, não é só estarem aí sentados! Isso é o mais fácil!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Até este momento, e permita-me, Sr. Presidente, a introdução, não fugindo, naturalmente, ao âmbito do debate, até este momento, o debate estava estranhamente calmo, estranhamente com uma temperatura baixa, isto apesar dos anúncios de voto contra dos três partidos da coligação.

E também não posso deixar de registar a baixa intensidade da adjetivação sobre esta proposta, principalmente pelo, talvez, mais perito na adjetivação neste Parlamento, que é o Sr. Deputado Paulo Estevão, porque usou de muito pouca adjetivação nesta proposta, para quem vai votar contra, naturalmente.

Mas feito este introito, indo à proposta, Sr. Presidente, eu começo por dizer que a proposta, querendo fundir duas entidades, extinguir duas entidades e criar uma

nova, diz respeito essencialmente ao IAMA, que é um instituto público, porque a IROA já é uma sociedade anónima. E, a esse respeito, não traz novidade, já é uma sociedade anónima de capitais públicos. E, a esse respeito, não traz muita novidade.

Mas tive o cuidado de ver o diário das sessões, que hoje estamos em dia em que se está a remeter um pouco para o passado, mas o diário das sessões do debate relativamente à transformação do então instituto público IROA numa sociedade anónima de capitais públicos. E já nessa altura, o Bloco de Esquerda não estava cá, foi em 2006, se não me falha a memória, se alertou para uma questão muito simples... E, na altura, quem fez esse debate, quem participou e quem o fez foi o saudoso Deputado António Marinho, que alertou para algo com o qual concordo perfeitamente: nós estamos a falar de um serviço público, no caso do IAMA, também, um serviço público que não deve, naturalmente, ser transformado numa empresa. É tão simples quanto isso. Os serviços públicos devem ser prestados pela Administração Pública, pelo instituto público neste caso.

Funciona bem, não tem nenhum tipo de problema que se encontre e que a transformação em sociedade anónima possa melhorar. E esta questão de fundo leva-nos, naturalmente, a não concordar com a proposta a partir daí.

Mas há um conjunto de propostas, de aspetos que não podemos deixar de referir para além disso. Em primeiro lugar, faz a proposta e a Iniciativa Liberal questão de referir que esta será uma empresa de capitais exclusivamente públicos. A questão que se coloca é: até quando? É porque fica à distância de uma pequena alteração legislativa, uma decisão que pode ser tomada a qualquer momento por qualquer maioria, a sua privatização, por exemplo. A SATA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Não é por isso que vai deixar de ser privatizada. Aliás, é esse o objetivo, a privatização. Ou seja, claramente e obviamente, por opção ideológica da Iniciativa Liberal, quer criar aqui uma antecâmara de uma possível privatização de um serviço público, que é disso que

estamos a falar, um serviço público.

E é um serviço público muito importante para um setor económico muito importante na Região. É um setor económico que pode ter muitas queixas e terá muitas queixas, como é natural, mas eu não ouço queixas relativamente ao funcionamento da IROA, do IAMA. Não estou propriamente a ver. E mesmo que as haja, eu não estou a ver como é que a transformação numa sociedade anónima as vai resolver.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Depois, há as questões laborais. Já foram aqui referidas algumas. Naturalmente, foi alertado, e bem, pelos sindicatos, pelos próprios trabalhadores, a situação de possível desigualdade que esta proposta acarreta, porque, a partir do momento em que se tornar uma sociedade anónima, deixará de cumprir as regras de recrutamento de trabalhadores públicos. E o receio que o Sr. Deputado Nuno Barata tem dos padrinhos e dos afilhados, aí é que se torna muito mais fácil haver padrinhos e afilhados, porque qualquer presidente do conselho de administração poderá escolher os trabalhadores que bem entender, com as regras que bem entender, escolher os seus trabalhadores e pagar aquilo que entender. Ora, como é óbvio, a desigualdade que isso pode gerar relativamente aos trabalhadores que já existem e que estão na empresa, que são trabalhadores com vínculo de trabalhador público, poderão ficar numa situação de desigualdade.

A questão, ainda, dos trabalhadores dos matadouros, os que são trabalhadores neste momento dos matadores, há aquela questão das reformas. Diz a proposta que está acautelada a reforma antecipada aos 55 anos, mas a questão que se coloca é: e os novos trabalhadores? Esses novos trabalhadores não terão os mesmos direitos.

Dirá a Iniciativa Liberal que poderão negociar um sistema mais favorável. Mas isso não é exatamente aquilo que quer evitar, os favorecimentos, os critérios diferentes para pessoas diferentes, consoante a cor dos olhos ou consoante dê jeito

para determinadas agendas? Bem, o que garante efetivamente uma maior igualdade, não há sistemas perfeitos, como é óbvio, mas uma maior igualdade é, efetivamente, o vínculo de trabalhador em funções públicas.

Por isso, por esses motivos essencialmente, nós, naturalmente, não poderemos votar favoravelmente esta proposta.

Mas não podia deixar também de, sobre esta matéria...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há sempre um “mas”.

O Orador: Há sempre um “mas”, mas é uma pergunta bastante benigna, de questionar o Sr. Secretário, precisamente, relativamente aos matadouros: causou-me muita estranheza que o Governo, em resposta a um requerimento do Bloco de Esquerda, nos tivesse transmitido alguns dados relativamente a 40 trabalhadores, que nos parecem ser trabalhadores dos matadouros, segundo os dados que nos transmitiram, a recibos verdes, na área de matança, na área de controlo. E eu gostaria de perceber o porquê. Porque é que há tantos trabalhadores nos matadouros da Região a recibos verdes? Não me diga que é uma prestação de serviço! Ou é um falso recibo verde? É que me parece que é exatamente isso. E isso não deveria acontecer. Não era o Governo que queria combater a precariedade e que está a combater a precariedade?! Mas, depois, vemos estes números. Isto para não falar dos outros departamentos, é que são muitos. Mas a seu tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, tenho que me inscrever. Sr. Deputado António Lima, parece que estava já com um copo de pipocas aí à espera do debate, aqui com o Sr. Deputado Nuno Barata, e eu não lhe fiz a vontade.

O Sr. Deputado António Lima ainda não me conhece.

Deputada Ana Luís (PS): Isso é o que o senhor pensa!

O Orador: Eu faço o máximo esforço quando o resultado ainda não está alcançado. Agora que já está garantido o chumbo do diploma, eu fiz a minha parte e esperei que V. Exa. fizesse a sua também. E os outros deputados.

E, portanto, o Sr. Deputado, em relação a esta matéria, lamento desiludir as suas expectativas e a sua discussão. Não quero ofender V. Exa. e tenho a certeza que não farei. Mas o seu comentário parecia daqueles comentadores desportivos, já estava a falar na intensidade e na adjetivação. Quer dizer, tocou no braço, é falta. Foi com suficiente intensidade, ou não foi com suficiente intensidade? É o seu comentário desportivo sobre a minha intervenção. Ouça uma coisa: eu disse, eu transmiti que não apoio, que votarei contra a iniciativa do Sr. Deputado Nuno Barata, porque quero defender estas empresas que considero importantíssimas, porque quero defender estes trabalhadores, que têm feito um desempenho excecional para a agricultura na Região, porque a proposta atinge exatamente um objetivo que é diverso do que o Sr. Deputado pretende alcançar, por muitos motivos que também foram enumerados por V. Exa. Eu penso que está o essencial dito.

E, portanto, termino, Sr. Deputado. Lamento desiludir V. Exa. em relação às expectativas que V. Exa. tinha nesta matéria. Mas a minha expectativa essencial era, de facto, impedir que a proposta fosse aprovada. E já se viu que não será aprovada.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, não vou fazer a vontade ao Sr. Deputado António Lima.

Relativamente a essa iniciativa que a Iniciativa Liberal aqui nos traz, no sentido de tornar um instituto público numa empresa do SPER, juntando a isso uma já existente, o IROA, para mim, desde logo, não me parece adequado, porque a dimensão dos objetos sociais das duas organizações, digamos assim, são bastante diferentes em dimensão. E como ficou provado no trabalho que foi feito em comissão, havia um claro receio de que a pequena dimensão do IROA, quando comparado ao IAMA, iria causar constrangimentos graves de funcionamento do IROA ou daquilo que é o objeto social do IROA.

Na leitura do documento em si, analisando todos os artigos, eu cheguei à conclusão de que há artigos que são, no meu entender, perigosos ao interesse da Região, perigosos também aos interesses dos trabalhadores dessas duas organizações.

E se não fossem essas já razões bastantes, bastava ler os pareceres que foram entretanto recebidos em comissão para nos apercebermos das dificuldades que este documento poderia ter na sua aprovação, porque era um documento contra os princípios daquilo que defendiam os funcionários e não era sequer a favor de quem beneficia dos serviços dessas duas organizações.

Deputado Nuno Barata (IL): Ui, isso é que era!

O Orador: Portanto, em última instância, caberia a esta Casa dar voz e razão aos pareceres que foram, entretanto, chegando à comissão.

E, com satisfação, percebo que este diploma, em princípio, será chumbado.

E, obviamente, da minha parte, não vou ser fofinho a dizer que não vou acompanhar. Eu vou ser mais direto. Eu vou mesmo votar contra a iniciativa porque, de resto, foi essa a minha intenção desde a primeira hora, manifestar-me contra essa iniciativa, porque, quer o IAMA, quer o IROA, estou convencido que, pelo quadro de pessoal que têm, têm feito o possível por fazer o seu melhor. E como se diz em linguagem futebolística, que é coisa que eu não costumo usar muito, a equipa que ganha não se mexe. E, portanto, vou votar contra essa

iniciativa.

E, finalmente, para os funcionários do IAMA e do IROA, acho que vão ter uma noite de descanso.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): Não é verdade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, inicialmente, e tenho que admitir, gostou do *pitch* da ideia da Iniciativa Liberal, na altura em que ainda não existia diploma. O *pitch* da ideia foi espetacular. Gostei. Desde que houvesse algumas premissas que fossem consagradas. Mas, obviamente, não foram.

E já foi muita coisa dita. Eu não vou repetir. Algumas coisas também ditas pelo Bloco de Esquerda, e disse muito bem, alguns exemplos. Mas eu também posso dar outro exemplo e vou pegar no artigo 13.º desta iniciativa, que tem a ver com contrair empréstimos. E recordo-me logo de que é um artigo...

Deputado Nuno Barata (IL): Um aval.

O Orador: Sim, é um aval, é um artigo exatamente igual àquilo que temos na Saudaçor. Correram tão bem as dívidas da Saudaçor. E que, provavelmente, iria correr muito bem com esta agridoce... peço desculpa, esta AGRIAZORES. Ia correr muito bem.

Mas o mais engraçado é que, eu tenho que ir à memória novamente, e ainda por cima foi hoje, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal a dizer, à partida, que eu gostava de esfaquear a Constituição Portuguesa por causa da dívida, do orçamento, da dívida zero. Mas, depois, está a fazer aqui uma iniciativa em que dá carta branca para nós fazermos a dívida que quisermos dentro desta empresa.

Olhar para o passado e pelas empresas S.A. que nós temos, sabemos quais são as dívidas que nós temos. E quem é que paga? Será sempre o contribuinte açoriano. Por isso, obviamente, nós não vamos votar a favor.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atitudes geram atitudes, não é Sr. Deputado Paulo Estêvão? E, portanto, aos adjetivos fofinhos vamos juntar adjetivos fofinhos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Estamos a mais, não?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não vale a pena corar, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Como já se notou, a aritmética é fácil, o diploma que a Iniciativa Liberal aqui trouxe não vai passar na câmara. Neste caso, as árvores morrem sentadas. Estarei sentado sozinho na votação na generalidade.

Mas não querendo alongar o debate, porque já se percebeu qual é a intenção, há duas ou três coisas que convém esclarecer. O Sr. Deputado António Vasco Viveiros e o Sr. Deputado Pedro Neves, agora mesmo, fizeram referência ao artigo 13.º do diploma. Ora, o artigo 13.º do diploma é um artigo que eu diria que é quase obrigatório quando se constitui. Não é por acaso que ele lá está.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Fica antes do 14.º e depois do 12.º.

O Orador: E a seguir ao 12.º. E, portanto, este artigo tem que estar neste diploma, porque só esse artigo é que permite, em todas as empresas do SPER ele existe...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a primeira vez que cá estou desde a última vez que cá estive!

O Orador: As anedotas sobre o Sr. Almirante Américo Tomás, e eu não posso

contar aquela do “pise no pedal”, são, de facto, fantásticas, mas, o AGRIAZORES, eu gostava que me deixassem pelo menos acabar de explicar.

O artigo 13.º, dizia eu, é um artigo que tem que estar em todos os diplomas que criam as empresas do setor público empresarial regional, porque é o artigo que permite que, em caso de urgência, o Governo Regional dos Açores conceda um aval a um empréstimo que seja necessário para obviar a uma necessidade.

Deputado Carlos Furtado (*Independente*): Não fale em aval, que isso arrepia!

O Orador: E é por isso, para conter algumas destas leviandades que possam por aí existir, que a Iniciativa Liberal inscreveu no Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2023 essa impossibilidade, ou seja, ela está aqui criada, mas está impossibilitada numa lei de orçamento.

Mas não vamos por aí, porque não interessa aos Srs. Deputados perceberem as coisas, apenas vos interessa arranjar argumentos para chumbar.

Mas vamos ao argumento principal que tem sido a arma de arremesso: aqui-d'el-rei, os trabalhadores! Os trabalhadores destas instituições que iam ser extintas e que os senhores não querem extinguir, neste momento não estão bem, neste momento estão muito mal. Os trabalhadores dos matadouros, por exemplo, que, de facto, têm a possibilidade de se reformarem aos 55 anos, não se reformam aos 55 anos porque eles não podem ir para casa aos 55 anos com os cortes nos vencimentos que têm. E isto cria constrangimentos não só aos trabalhadores e às suas famílias, cria constrangimentos ao funcionamento dos próprios matadouros, porque não podem contratar outros e ficam com pessoas com baixas prolongadas, com problemas de saúde graves, que não podem estar nas linhas e que não obviam às necessidades que os matadores precisam.

E, Sr. Deputado António Lima, o senhor falou muito bem nos recibos verdes. Sabe porque é que existem os recibos verdes? Porque o IAMA, sendo um IPRA, não pode negociar com os seus trabalhadores para os reformar antecipadamente e contratar outros mais novos que possam ir para a linha trabalhar.

Mas, Sr. Deputado António Lima, ainda lhe vou dar mais uma novidade, vou-lhe dar uma novidade que o senhor provavelmente não sabe, senão já tinha rasgado as vestes: em alguns matadouros da Região Autónoma dos Açores, são os clientes que fornecem a mão de obra para ver o seu trabalho realizado, para ver a linha a funcionar no dia em que precisam dos animais abatidos para exportar. E isto é que é grave, Sr. Deputado António Lima! Isto é muito grave!

Esta proposta, sendo uma sociedade anónima, a agilidade na contratação é outra, a agilidade nas reformas antecipadas é outra. Esta proposta, ao contrário do que dizem todos, não complicava a vida dos trabalhadores, melhorava a vida dos trabalhadores e melhorava a vida das administrações, que todos os dias têm que recorrer a subterfúgios para resolver os problemas.

Mas eu não me vou alongar nesse debate porque não vale a pena. Nós já percebemos. Nós já percebemos que ninguém quer reformar esse setor.

Apesar dos pareceres todos terem dito que, sim, senhor, era preciso fazer qualquer coisa, mas nenhum também foi capaz de apontar uma solução. Nenhum foi capaz de apontar uma solução. Todos disseram que não estava bem e que era preciso fazer qualquer coisa. Soluções é que não vieram. E o Governo também teve uma data de tempo. O Governo e o Grupo Parlamentar do PSD, com 21 deputados, também tiveram muito tempo. E eu percebo, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, é que para retalhar este diploma era muito difícil. Era, de facto, muito difícil. Mas fazer um de novo era fácilimo. Eu demorei dois meses e meio.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

A iniciativa que as Sras. e os Srs. Deputados estão hoje para decidir, obviamente, já se perdeu... já se percebeu... Já se perdeu, é verdade. A boca fugiu para a verdade. Ou seja, vai ser recusada, pelas intervenções anteriores das bancadas parlamentares.

Ora, sendo reprovada, dizer ao Sr. Deputado Nuno Barata que a sua proposta, a sua iniciativa não irá cair em esquecimento, irá fazer parte daqueles contributos que todos estamos a recolher nos vários departamentos, porque, no caso em apreço, a política pública da agricultura tem várias matérias, tem várias vertentes, tem várias funcionalidades diferentes e não podem ser decididas nem pode haver uma orgânica de olhómetro, ou seja, tem que haver uma participação que tenha uma perspetiva de visão do que é que é necessário, de quais são os novos serviços públicos em termos de balcão. Porque os serviços públicos da Secretaria da Agricultura não fornecem só serviços aos agricultores, fornecem a todos os açorianos, àquele que quer uma licença de transporte de um produto agroalimentar, àquele que quer uma licença para um animal de estimação, àquele que quer uma mobilidade para um animal. E, portanto, atingem todos os açorianos.

É nessa perspetiva de ajustar as respostas às necessidades atuais, mas também em termos futuros. É percebendo aquilo que são os recursos humanos, que, por vezes, em determinados departamentos pode haver uma concentração maior e noutros uma maior fragilidade. É percebendo também aquilo que é o conhecimento e a experiência desses recursos humanos, quer seja na categoria de assistente operacional, de assistente técnico ou de técnico superior. É percebendo também a duplicação, por vezes, a competição que existia dentro dos próprios departamentos. É percebendo também que as políticas públicas, para terem uma maior responsabilização e sucesso, devem caminhar para a especialização. Ou seja, políticas de gestão do território não devem ser misturadas com políticas de

informação e de formação de mercados, para que tenhamos resultados. E precisamos de ter resultados, conhecimento e responsabilização destes mesmos departamentos.

Nesse sentido, disse em comissão que a reforma tem que ser ampla, tem que ser debatida de baixo para cima, ou seja, também com os próprios funcionários. Não pode haver um pensamento único nesta decisão. Tem que ser partilhada. Quando digo único, três ou quatro pessoas. Tem que, efetivamente, ser uma decisão departamento a departamento.

É nesse sentido que nós já temos, de facto, um estudo interno, que não custou dinheiro, mas foi participado por utentes destes serviços, foi participado por funcionários, ou seja, colaboradores e foi participado também por recurso, de facto, a opiniões externas. É um primeiro estudo, que é um plano de revisão das funcionalidades dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha. Ou seja, há nove Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha. E, desses nove serviços, já temos aqui, de facto, resultados, já temos considerações, já temos objetivos e já temos recomendações no sentido de elas serem executadas.

Mas esperamos de outros departamentos, esperamos também da parte do IROA, do IAMA, da Direção Regional da Agricultura, da Direção Regional do Desenvolvimento Rural, das Florestas, que há muito a fazer.

Por exemplo, isto é um exemplo, vale a pena continuar a divisão dos caminhos, quer os rurais, agrícolas e florestais, em dois departamentos? Não vale a pena, se calhar, concentrar essas intervenções? Por exemplo, uma das reflexões. Vale a pena ter institutos públicos? Porque é que todo o serviço não há de estar na departamentalização do Governo?

Bom, é esse tipo de reflexão que tem que ser feito para que possamos ter uma orgânica funcional tecnicamente e juridicamente, que possa funcionar para servir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: O papel fundamental, necessário e urgente que se impõe é servir.

Servir no âmbito de quem produz, servir no âmbito de quem consome, servir no âmbito da segurança alimentar. É o caso do Laboratório de Enologia. É o caso do Laboratório de Veterinária. É o caso do Laboratório de Sanidade Vegetal.

Bom, efetivamente, existe um conjunto de recursos que podem estar polarizados e que merecem uma melhor concentração e uma melhor objetividade naquilo que tem que fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É nesse sentido que já temos parte desse trabalho.

Mas, logo de início, nós identificamos algumas lacunas em termos de inoperância, em termos de ineficiência, em termos daquilo que pode barrar o bom trabalho em termos de resultados. Por exemplo, nos dois institutos que estão hoje em apreço para a sua junção, só no IAMA, com a publicação dessa Secretaria, nós cortamos quatro divisões e uma direção de serviços. Pouparamos, anualmente, 193 540,53 euros! Já está feito o trabalho!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ou seja, logo de início, numa primeira revisão, da observação daquilo que não funcionava e daquilo que limitava o funcionamento com vista aos resultados, nós fizemos um corte. E o IAMA ficou a continuar com mais eficiência. Parabéns aos trabalhadores, parabéns aos colaboradores, com conhecimento, com experiência e com esforço. Com um corte 193 540,53 euros, continua a fazer mais trabalho e melhor trabalho. É isso que é importante, de facto. Mas é preciso fazer mais. Para aprofundar esta orgânica, para aprofundar esse servir às populações, às comunidades, é preciso compreender, é preciso perceber, assimilar conhecimento e, de facto, depois, executá-lo em termos de uma orgânica funcional e jurídica.

Respondendo às questões do Sr. Deputado António Lima. Sr. Deputado António Lima, as exigências em termos de matadouro, em 2021 e 2022, principalmente em 2022, cresceram de forma grandiosa. Isto, porquê? Porque batemos um recorde no abate de bovinos na Região, de 84 000 cabeças. Ora, e porque é que isto aconteceu? Isto aconteceu porque havia no prémio ao abate, ou seja, no incentivo ao abate de animais na Região, para evitar a sua mobilidade até ao continente e a preços mais baixos e para que haja mais-valias económicas e sociais em termos de emprego, em termos de empresas, para que ficassem nos Açores, havia cortes de 30% neste mesmo prémio. Como terminamos com esses cortes, ficou apelativo ao incentivo do abate local. E, por isso, nós temos mais consumo local, temos mais carcaças exportadas e temos mais abate nos nossos matadouros. Isto é sucesso! Isto é um ganho económico para os açorianos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Repare, Sr. Deputado, isto nem sequer é um ganho económico para o Governo nem nada disso. Nós não queremos louros relativamente a isso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh, mas que ideia!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário é magnânimo!

O Orador: Eu não sou espelho, portanto, não vale a pena se rirem. Eu não sou espelho.

E, portanto, o que interessa aqui é o resultado final. Nós eliminamos o corte do prémio ao abate. Incentivamos, de facto, a este abate local. E isso levou a uma exigência, em termos de mão de obra, maior. Desde logo, o matadouro de São Miguel, que funcionava só com uma linha de abate, tivemos que colocar a

funcionar duas linhas de abate para dar razão àquilo que eram as necessidades de abate local.

Ora, é verdade que existem cerca de 40 pessoas a recibo verde, mas, este ano, naquela que é a política do Governo Regional de substituir trabalho precário por trabalho efetivo, nós já abrimos, este ano, mais de 16 vagas, em 2023, para trabalho efetivo, que estão a decorrer.

Deputado Berto Messias (PS): Eu quero é saber isso: dá quantas carcaças? Isso é que interessa!

O Orador: Ou seja, desses 40, 16 já vão ser contemplados. Portanto, irá haver o concurso público. Não sei se são esses 40. Ou seja, mas estamos a substituir aquilo que é a precariedade, as necessidades de mão de obra. Porque também temos uma perspetiva, é que o abate irá continuar e irá continuar para novas gamas de trabalho. Uma quarta gama na carne de bovino irá surgir. Aliás, incentivada pelas nossas políticas públicas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E é nesse sentido que temos que acautelar as necessidades de mão de obra. 16 vagas. É verdade que é um trabalho de risco. E, por isso, nós temos 54 pessoas de baixa... Engano-me, 72 pessoas de baixa. Acontece. É um trabalho de risco, trabalha-se com facas, trabalha-se, de facto, com carcaças, que têm peso. E portanto, sendo assim, obviamente que, em termos de mão de obra, nós estamos a acautelar o futuro, substituindo essa precariedade por, de facto, trabalhadores definitivos.

Também dizer-vos que os trabalhadores não se reformam aos 55 anos por causa do fator de sustentabilidade, como sabe. É só por causa disto. Por causa dos cortes.

Ora, foi entregue, no dia 4 de abril, pelo PSD, na República, uma iniciativa de resolução para terminar a partir de 2024 com o fator de sustentabilidade. Veremos como votam as outras bancadas. Se assim votarem a favor, a partir de 2024 não há fator de sustentabilidade, e os trabalhadores podem-se reformar aos 55 anos de idade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Finalmente, Sr. Deputado, reafirmar aquilo que eu disse de início, nós não vamos fazer esquecer a sua proposta, irá contribuir também para aquilo que é o produto final de uma orgânica funcional. Já temos trabalho feito, muito trabalho feito em vários departamentos. Não podemos ir fazendo uma orgânica com substituição parcelar. Uma orgânica não é algo que se faz todos os anos, não é algo que se faz todos os meses. Faz-se com profundidade, com visão e com conhecimento.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições sobre este diploma. Não havendo, vamos passar a sua votação...

Sr. Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estava aqui a confirmar uma informação. E agradeço a resposta do Sr. Secretário. E, como é óbvio, o Bloco de Esquerda congratula-se com a maior atividade de qualquer serviço da Administração Pública e do serviço em particular. Agora, essa maior atividade não deve ser feita à conta da precariedade dos seus trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Não é isso que se passa!

O Orador: E o Governo, em vez de criar mecanismos para colocar trabalhadores rapidamente, como as bolsas de recrutamento que já foram aqui referidas até relativamente aos assistentes operacionais das escolas, pode fazer o mesmo para os matadouros e não recorrer a esta precariedade. E que não é só em São Miguel. É em São Jorge, Graciosa, Lajes do Pico, Horta. Quer dizer, não é apenas em São Miguel. É em todo o lado. E isso é perfeitamente escusado.

Mas, Sr. Secretário Regional, sobre o fator de sustentabilidade, eu estou plenamente de acordo consigo, com a necessidade da sua eliminação. O Bloco de Esquerda já propôs várias vezes. Pena que o PSD, na Assembleia da República, tenha contribuído por várias vezes para o manter.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos então votar, na generalidade, este Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII, que cria a AGRIAZORES.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII foi reprovado, com 1 voto a favor do IL; 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 1

abstenção do Chega.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, para uma declaração de voto, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou, naturalmente, a favor deste diploma.

Uma declaração de voto muito rápida, apenas para dizer que alguns dos Srs. Deputados já devem ter reparado que eu uso uns blocozinhos negros, onde vou tomando algumas notas.

Deputado Pedro Neves (PAN): A caixa negra!

O Orador: Este é o bloco n.º 266. Portanto, já tenho alguns guardados em casa. E na primeira página desses blocos, de todos eles, eu escrevo uma divisa de vida: maior do que a tristeza de não ter vencido é a vergonha de não ter tentado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra esta iniciativa por todo o trabalho que se fez ao nível de infraestruturas, de estímulos financeiros, de defesa da reserva agrícola regional, dos apetrechamentos dos vários perímetros de ordenamento agrário, com autarcas, associações de produtores e por todo o trabalho de gestão da rede regional de abate e da atribuição de regimes de qualidade.

A IROA, como sociedade anónima, e o IAMA, como instituto, deram e dão um contributo muito forte para que a agricultura seja capaz de responder aos desafios com que se depara nos dias de hoje, com a necessidade da redução dos custos de produção e o aumento da rentabilidade de quem produz. Este é um trabalho que

não pode ser feito por uma única direção, porque há toda uma agilidade necessária do ponto de vista financeiro e da execução de um plano de atividades e da rapidez das solicitações necessárias ao setor agrícola.

Não obstante estes organismos poderem ser melhorados, quer ao nível das suas competências, quer ao nível dos seus recursos humanos e financeiros, entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ser essencial continuar o percurso de melhoria da competitividade, da qualidade da produção regional, incentivar a modernização, a diversificação da qualidade dos produtos regionais, com o intuito de melhorar o rendimento dos agricultores da Região e, com isso, impulsionar a economia regional.

Entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a fusão da IROA e do IAMA num único organismo constitui, neste momento, um erro estratégico, administrativo e, sobretudo, técnico, porque em nada vem alterar a estratégia existente no aspeto atual da agricultura açoriana, não visa o melhoramento no serviço atual, apenas faz a apresentação diferente daquilo que já está a ser feito.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito breve. Desde a apresentação da proposta que eu considere que o que se pretendia fazer com a criação desta nova empresa, a AGRIAZORES, fundindo o IAMA e a IROA, não iria favorecer o funcionamento desta nova empresa e afetaria aquela que é a utilidade, a grande utilidade do

IAMA e da IROA.

São empresas que são nucleares para o apoio ao nosso setor agrícola, que é um setor fundamental para os Açores, historicamente importante, que é importante no presente e estou absolutamente convencido que continuará a ser no futuro, até com a excelência das medidas que estão a ser aplicadas por parte do atual Governo.

Como se viu ao longo da intervenção do Sr. Secretário da Agricultura, são, neste momento, demonstráveis do ponto de vista daqueles que são os dados do crescimento e da melhoria das condições que se conhece no setor. Por isso, eu considero que, em relação a esta matéria, o que é importante é aperfeiçoar o setor, na linha do que o Sr. Secretário referenciou ao longo da sua intervenção. E a fusão destas empresas não seguia o caminho correto de melhoria do setor agrícola.

Seja como for, da minha parte, da parte do Grupo Parlamentar do PPM, nós consideramos que os nossos objetivos políticos nesta matéria, que era, de facto, impedir que esta proposta fosse aprovada, foram plenamente atingidos.

E estou absolutamente convencido que, no futuro, quer o IAMA, quer a IROA, continuarão a demonstrar a importância tremenda que têm no apoio ao setor agrícola, um setor fundamental para a economia dos Açores, um setor fundamental para a nossa Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com orgulho que me associo à derrota dessa iniciativa. É com orgulho que sinto

que participei e que fui um contributo para o bem-estar das pessoas que trabalham na IROA, S.A. e no IAMA. Essas pessoas há muitos meses que já não dormem descansadas, há muitos meses que paira sobre elas a indiferença de, se calhar, forças partidárias de alguma dimensão que não se manifestaram, desde a primeira hora, como eu me manifestei, contra essa iniciativa.

Há pessoas que trabalham nessas duas organizações que, até há um quarto de hora atrás, tinham dúvidas de qual seria o resultado dessa votação. Da minha parte, nunca tiveram, sempre manifestei qual seria.

E é importante que, neste momento, demos esse descanso a essas pessoas, que elas possam agora contar com o seu posto de trabalho, contar com aquele posto trabalho nas condições que tinham até agora, sem hesitações, percebendo que não serão ultrapassadas na carreira, que não haverá situações desagradáveis do ponto de vista laboral que as venham prejudicar.

Portanto, a fusão desses dois organismos ia representar um *downgrade* na vida profissional dessas pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É para uma interpelação.

Presidente: Espere um bocadinho. Eu pergunto se há margem declarações de voto.

Sr. Deputado Rui Martins, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Uma interpelação, Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Muito bem. Atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Retomamos amanhã, às 10 horas. Boa noite.

Eram 19 horas e 36 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

O redator, André Silva